



REVISTA ESTRATÉGICA

EDIÇÃO ESPECIAL: 20 ANOS DO CAE/CPLP

ANO V, DEZEMBRO DE 2023 - NÚMERO 05 - www.caecplp.org



**CENTRO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Sobre o Editor

O Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) é um órgão da componente de Defesa da CPLP responsável pela pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos, no domínio da Estratégia, com interesse para os objetivos da Comunidade.

O CAE/CPLP tem como objetivos contribuir para promoção da pesquisa, reflexão e intercâmbio de conhecimentos, tendo em vista a interpretação, atualização e aplicação de doutrinas e procedimentos estratégicos na área da Defesa, de interesse comum; promover o estudo de questões estratégicas de interesse comum que habilitem a tomada de posições concertadas nos diversos *fora* internacionais; promover e desenvolver estudos e projetos de investigação sobre Estratégia na área da Defesa, tendo em consideração as necessidades dos Estados Membros; Promover o intercâmbio e a cooperação com centros de investigação de interesse para a CAE/CPLP, dentro e fora da Comunidade; e Promover o arquivo e a divulgação de estudos e documentos no âmbito das suas atividades específicas.

A Revista Estratégica, neste contexto, pretende ser um veículo de conhecimento e de partilha no âmbito da componente de Defesa da CPLP, regendo-se por princípios académicos que se consubstanciam num contributo para a reflexão estratégica no contexto do mundo atual em que a nossa Comunidade se insere.

Centro de Análise Estratégica

Aviso Legal

Publicado pelo Centro de Análise Estratégica da CPLP
Rua Coronel Aurélio Benete Manave, n°383, Maputo - Moçambique
Tel.: +258 21 089 473
Email: secretaria@caecplp.org
ISSN 2707-6962

Os trabalhos desencadeados em prol da 5ª Edição Revista Estratégica do CAE/CPLP, gravitam em torno de conteúdos subjacentes às Palestras, Seminários Internacionais Político Estratégicos (SIPE) ocorridos neste Centro, assim como o registo da comemoração do seu 20º Aniversário e das Altas Entidades que tiveram a gentileza de os visitar ao longo do ano de 2023.

Registrar e divulgar estes assuntos revela-se ser de grande interesse por constituir produtos que refletem a dedicação e empenho dos profissionais do CAE/CPLP, incluindo os Núcleos nacionais do CAE/CPLP nos Estados Membros da CPLP assim como entidades e instituições parceiras, no cumprimento das suas atribuições estatutárias que se prendem essencialmente com a Pesquisa, Estudo e Difusão de conhecimentos no domínio da Estratégia, com um olhar atento na promoção de debates e reflexões por forma a cumprir o seu papel de facilitador, dinamizador e impulsionador da Cooperação de Defesa na CPLP.

A Revista Estratégica do CAE/CPLP afigura-se cada vez mais como um meio de referência para a divulgação de artigos, debates e reflexões de assuntos no domínio da Estratégia com incidência a Cooperação de Defesa da CPLP, constituindo-se um veículo de excelência para fazer soar as actividades, realizações, projectos, perspectivas e desafios da Cooperação de Defesa na CPLP no seio Componente de Defesa da CPLP extensivamente aos académicos que debruçam sobre a temática de Defesa na CPLP.

Neste quadro, aprez ressaltar que este número que agora é dado a estampa, reúne principalmente artigos decorrentes dos resultados das Palestras e Seminários Internacional Político-Estratégico (SIPE) realizados no Centro, em formato híbrido, dos quais se destaca:

- XXVII SIPE: -“Estratégia do Mar para CPLP - Desafios e Oportunidade para o Estados Membros”;
- XXVIII SIPE: -“Desafios implementação de Resolução 1325 da ONU- Mulheres, Paz e Segurança”;
- Palestra: “Contributos da Missão de Treino da União Europeia para a Defesa e Segurança em Moçambique”;
- Palestra: -“Diplomacia como um factor de afirmação da CPLP no âmbito de paz e segurança internacionais”.

Aproveito para deixar aqui patente o meu reconhecimento ao Gabinete de Documentação e Divulgação, pelo esforço envidado no sentido deste número tornar-se numa realidade e faço votos para que a leitura venha ser agradável e profícua.

Coronel Tirocinado Armindo Sá Nogueira Miranda
Director do CAE/CPLP
(Triénio 2022-2025)



FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Rua Coronel Aurélio Benete Manave, n°383, Maputo - Moçambique
Tel.: +258 21 089 473
Email: secretaria@caecplp.org
www.caecplp.org

DIRECTOR

Coronel Tirocinado Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda

COORDENADOR EDITORIAL

Major Humberto Francisco Mandevo Macaringue

EDITOR

Tenente Alberto Norberto Chongo

CONSELHO EDITORIAL

Professor Doutor Emílio Jovando Zeca, Director-adjunto do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade Joaquim Chissano – CEEI/UJC - Moçambique

Professora Doutora Kamilla Raquel Rizzi - Professora Associada de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, Campus Santana Livramento – Brasil

Coronel Doutor Luís Manuel Brás Bernardino – Professor no Departamento de Estudos Pós-Graduação do Instituto Universitário Militar (IUM) – Portugal

COLABORAÇÃO

Major Silvia Sousa - Fórum de Saúde Militar da CPLP – Portugal

MAQUETIZAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

M.H Tecnologias & Serviços, Lda.

Revista Estratégica: Edição Especial 20 anos do CAE/CPLP, Ano V, Número 5, Dezembro 2023

ISSN 2707-6962

Tiragem: 100 exemplares

Centro de Análise Estratégica, 2025

ÍNDICE

| | |
|---|------------|
| SEMINÁRIOS E PALESTRAS..... | 1 |
| XXVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO: A ESTRATÉGIA DO MAR DA CPLP: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA OS ESTADOS MEMBROS..... | 1 |
| XXVIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO: DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325 (2000) DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA PARA A COMPONENTE DE DEFESA DA CPLP .. | 27 |
| I PALESTRA: CONTRIBUTO DA MISSÃO DE TREINO DA UNIÃO EUROPEIA (EUTM) PARA A DEFESA E SEGURANÇA DE MOÇAMBIQUE..... | 62 |
| II PALESTRA: A DIPLOMACIA DA DEFESA COMO FATOR DE AFIRMAÇÃO DA CPLP NO ÂMBITO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS | 79 |
| CERIMÓNIA EVOCATIVA DO 20º ANIVERSÁRIO DO CAE/CPLP | 92 |
| INTERVENÇÕES: DISCURSOS | 93 |
| MENÇÕES HONROSAS..... | 102 |
| LANÇAMENTO DO LIVRO: “25 ANOS DE COOPERAÇÃO DE DEFESA NA CPLP” | 105 |
| VISITAS DE ALTAS ENTIDADES | 112 |
| a) SECRETÁRIO EXECUTIVO DA CPLP | 112 |
| b) MINISTRO DA DEFESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE | 114 |
| c) MINISTRO DO ESTADO, DA FAMÍLIA, INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE CABO VERDE..... | 117 |
| d) MINISTRA DO ESTADO E DA DEFESA NACIONAL DE CABO VERDE | 120 |
| AÇÕES FORMATIVAS | 123 |
| 2ª EDIÇÃO DO CURSO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA E PROSPETIVA..... | 123 |
| ARTIGOS | 126 |
| SEGURANÇA SANITÁRIA MUNDIAL: PERSPETIVAS E CONTRIBUTOS DO FÓRUM DE SAÚDE MILITAR DA CPLP..... | 126 |
| A SEGURANÇA MARÍTIMA NO CORREDOR DO ATLÂNTICO MÉDIO DA ÁFRICA OCIDENTAL E GOLFO DA GUINÉ: - AS INCIDÊNCIAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO MULTINACIONAL DE COORDENAÇÃO MARÍTIMA (CMCM) DA ZONA G EM CABO VERDE | 149 |
| LISTA DE ACRÓNIMOS..... | 170 |

XXVII SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO

A ESTRATÉGIA DO MAR DA CPLP: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA OS ESTADOS MEMBROS

Dedicado a temática “A Estratégia do Mar da CPLP: Desafios e Oportunidades para os Estados Membros”, o XXVII Seminário Internacional Político-Estratégico (SIPE) do CAE/CPLP, realizou-se, em formato híbrido, em 9 de fevereiro de 2023, às 13H00 (GMT +2).

O seminário teve como objetivos: (i) Refletir sobre a importância do Mar para o desenvolvimento sustentável e projeção económica e estratégica dos Estados membros; (ii) Partilhar a estratégia do mar dos Estados membros da CPLP; (iii) Identificar contributos para a Estratégia do Mar da CPLP.

A moderação do seminário foi realizada pelo **Comodoro Paulo Jorge de Oliveira Cavaleiro Ângelo** (Portugal), Chefe da Cooperação no Domínio da Defesa de Portugal em Moçambique.

Os conferencistas do seminário foram: **Dra. Soraia Munguengue** (Angola), **Capitão-de-Mar-e-Guerra Sandro Baptista Monteiro** (Brasil), **Capitão-de-Mar-e-Guerra Macedo Manuel Coutinho** – (Moçambique) e **Coronel Coelho Dias** (Portugal).

O seminário contou com a participação de entidades de diversas instituições que colaboram com o CAE/CPLP em vários domínios, nomeadamente: Entidades de Instituições de Defesa e Segurança, Diplomatas, Adidos de Defesa, Núcleos Nacionais do CAE/CPLP, Académicos, Sociedade Civil, entre outras interessadas na temática.

CONFERÊNCIA DE ABERTURA

Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda | Director do CAE/CPLP



Figura 1: Coronel Armindo Sá Miranda realizando a abertura do seminário

Em sua intervenção, o Director do CAE/CPLP, Coronel Armindo Sá Miranda deu boas vindas a todos convidados, enaltecendo a honrosa participação por videoconferência (VTC) do Exmo. Sr. Almirante António Silva Ribeiro, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesa (CEMGFA), e presencialmente, a participação do Embaixador de Angola em Moçambique, Exmo. Sr. José João Manuel, do Embaixador de Brasil em Moçambique, Exmo. Sr. Ademar da Cruz, do Major General Ramiro Ramos Tulcides, representante do Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, do Comandante da Força Aérea de Moçambique, do Magnífico Reitor da Universidade Joaquim Chissano, José Magode, do Digníssimo Cônsul de Cabo Verde, Dr. Simão Barbosa, dos Adidos de Defesa dos Estados Membros da CPLP acreditados em Moçambique, dos Coordenadores dos Núcleos Nacionais e dos demais convidados.

Argumentou que a participação dos convidados faz cumprir a missão que o CAE foi incumbido aquando da sua criação à 28 de Novembro de 2003, em Santa Maria da Fé, em Portugal. Referiu ainda que o seminário está dentro dos objectivos estatutários do CAE/CPLP e consta no plano de actividades que foi aprovado na última Reunião do Conselho Consultivo, que coincide com os 20 anos deste Órgão e dos 25 anos da cooperação de Defesa da CPLP.

Adicionalmente, enalteceu ao **Almirante António Silva Ribeiro** pelo esforço, desempenho e pela forma exemplar e competente como exerceu as suas funções e ao mesmo tempo trabalhar com as parcerias na busca de soluções para a Componente de Defesa da CPLP na Europa, África e Mundo. Agradeceu o apoio dado pelo CEMGFA Português ao CAE/CPLP nomeadamente no cumprimento das suas missões, na criação do Espaço CPLP e na reabilitação da Biblioteca do CAE/CPLP, em estreita parceria com o Brasil, e a habitual participação nos diversos seminários e palestras do CAE/CPLP, trazendo sempre ideias futuristas em prol de uma melhor Componente da Defesa na CPLP.

Acrescentou que seus inestimáveis contributos têm contribuído significativamente no cumprimento dos objectivos institucionais do no CAE/CPLP, estando-se a registar progressos constantes e diversificados que têm contribuído para a sua afirmação na promoção da Defesa e Segurança assim como o desenvolvimento económico e social sustentável no seio da CPLP.

Numa altura em que o Almirante António Silva Ribeiro está prestes a terminar o seu segundo mandato à frente do Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Portuguesas fica registado na história do CAE/CPLP, considerando ser de elementar justiça o seu dever e obrigação de em nome do CAE/CPLP e dos elementos da estrutura centralizada e descentralizada e dos Directores que lhe antecederam, reconhecer tanto a mais-valia da dinâmica imprimida pelo Almirante CEMGFA Português, quanto ao seu significativo contributo, para o reconhecimento e a afirmação do CAE/CPLP em prol do desenvolvimento da Componente da Defesa da CPLP.

SESSÃO PLENÁRIA

MODERAÇÃO

**Comodoro Paulo Jorge de Oliveira Cavaleiro Ângelo | Coordenador da
Cooperação no Domínio da Defesa na República de Moçambique**

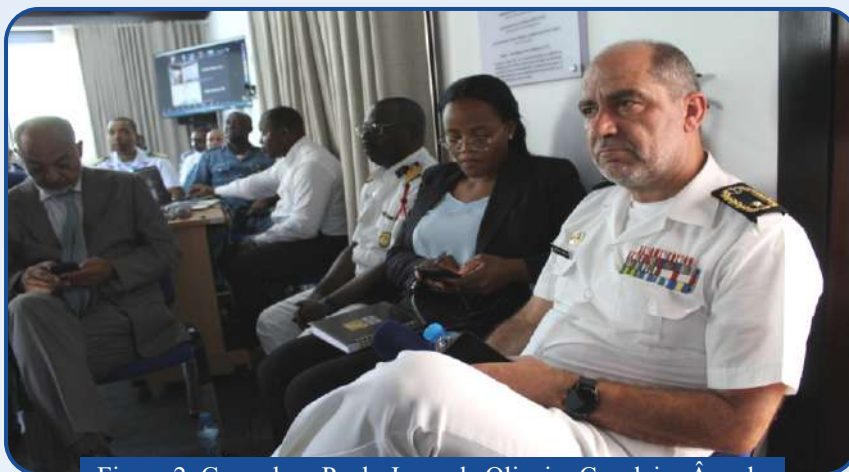


Figura 2: Comodoro Paulo Jorge de Oliveira Cavaleiro Ângelo

Em sua intervenção o Comodoro Paulo Jorge de Oliveira Cavaleiro Ângelo saudou a todos os participantes e em particular a direcção do CAE/CPLP, agradecendo o convite formulado para a moderação do debate, e seguidamente conduziu a moderação do evento nos termos do programa do mesmo.

I APRESENTAÇÃO

**Dra. Suraia Munguengue | Consultora Externa do Instituto de Defesa
Nacional | Angola**



Figura 3: Dra. Suraia Munguengue realizando a sua apresentação

No âmbito da temática do seminário, a **Dra. Suraia Munguengue** focalizou a sua abordagem no tema **“Evolução do Pensamento Estratégico de Angola para o Mar - Contributos para uma Estratégia para os Mares da CPLP”**. Na nota introdutória argumentou que Angola, de forma natural, é um Estado oceânico, e em face disto, nas últimas duas décadas vem desenvolvendo um pensamento estratégico para o mar, como condição *sine qua non* para a preservação da sua soberania naquele espaço, usufruir de forma sustentável dos recursos que possui, bem como, contribuir para cooperação internacional nos assuntos do Mar como por exemplo no quadro da CPLP.

Desde 2002 o governo tem dedicado uma atenção especial às questões marítimas em várias dimensões, tendo em atenção a sua localização geográfica, características físicas do mar, os interesses nacionais e desafios de Defesa e Segurança Nacional.

Geopoliticamente, o mar de Angola apresenta os seguintes aspectos:

- Uma zona costeira de cerca de 1.650km divididos em Mar Territorial: Zona Contígua; ZEE (Lei nº 14/10 de 14 de Julho de 2010 - Espaços Marítimos de Angola) em consonância a CNUDM) de 1982);
- Factor de poder Nacional (extensão, posição, recursos, população, portos) para o desenvolvimento de um Poder Marítimo;
- Atlântico Sul - apresentando a 6ª maior ZEE da região. Incluindo a região do Golfo da Guiné, rica em recursos naturais estratégicos;

Constituem principais desafios e ameaças marítimas, no caso de Angola, a delimitação das fronteiras marítimas e alargamento da PC, pirataria marítima, crime organizado transnacional (Tráfico de droga), melhor controlo e fiscalização do mar, degradação das infra-estruturas portuárias, Poluição ambiental e pesca e exploração de recursos ilegal.

Para fazer face aos riscos e ameaças marítimas elencadas, o governo estabeleceu um Quadro Institucional e Legal, nomeadamente:

- Decreto (Conselho de Ministros) nº 59/09 de 26 de Outubro - Cria o Sistema Nacional de Vigilância Marítima, órgão de coordenação intersectorial que tem por objectivo o exercício de direitos soberanos nas águas sob jurisdição de Angola, coordenado pelo Ministério da Defesa, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria;

- Lei dos Espaços Marítimos de Angola (Lei nº 14/10, de 14 de Julho de 2010) - Regula o exercício de poderes Estado Angolano e define os limites exteriores dos espaços marítimos sob soberanias e jurisdição nacionais, desde o mar territorial até a plataforma continental, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, assim como define as fronteiras marítimas à Norte e à Sul);
- Comissão Interministerial para Delimitação e Demarcação dos Espaços Marítimos de Angola (D/P nº 11/18, de 8 de Fevereiro) - Coordena o processo de delimitação e demarcação dos espaços marítimos com o países vizinhos, assim como a negociação com a República do Gabão no âmbito da extensão da plataforma continental para além das 200 milhas);
- Conceito Estratégico de Defesa Nacional (D. P nº 107/18, de 23 de Abril) - Identifica as ameaças e riscos à Segurança e Defesa Nacional relevantes, de origem externa, incluindo todas actividades ilícitas desenvolvidas no Mar;
- Decreto Presidencial nº 147/19, de 12 de Agosto - Cria a Comissão Multisectorial para os Assuntos do Mar, com atribuições para elaborar a Estratégia Nacional para o Mar e o respectivo plano de Acção, elaborar regras visando a gestão integrada da zona costeira e ordenamento do espaço terrestre de acordo com o ordenamento do espaço marítimo para garantir que a gestão dos interesses no continente e no oceano estejam interligados) e
- D.P nº 183/22, de 22 de Julho - Estratégia Nacional para o Mar de Angola 2030 (Estratégia integrada).

A Estratégia Nacional para o Mar de Angola 2030 tem como **Visão** - Promover o aumento do bem-estar social, do emprego e riqueza nacional, potenciando a Economia Azul num quadro de desenvolvimento sustentável, apoiado no conhecimento científico e afirmando Angola como uma referência marítima no seu quadro geoestratégico e assenta-se nos seguintes **Valores**: partilha de informações, comunicação, colaboração, cooperação, reforço da capacidade e coordenação.

Constituem objectivos estratégicos da Estratégia Nacional para o Mar de Angola os seguintes:

- Fomentar e diversificar a Economia Marítima;
- Aumentar o emprego e qualificação profissional no mar;
- Optimizar os meios, instrumentos e mecanismos de segurança e vigilância marítima;
- Promover o conhecimento científico, desenvolvimento tecnológico e cultura dos oceanos;
- Promover e garantir o bom estado ambiental do meio marinho e a gestão sustentável dos recursos biológicos;
- Optimizar o modelo de governança do espaço marítimo e a coordenação intersectorial e;
- Reforçar o papel de Angola no contexto internacional e regional nas políticas marítimas.

O terceiro objectivo trata do domínio da Defesa e Segurança Interna que se traduz em objectivos específicos, e que dentro dos específicos existem medidas e metas concretas.

A Arquitectura de Segurança Marítima de Angola estruturado contempla o Sistema Nacional de Vigilância Marítima (Órgão Operacional), que inclui a componente de detecção e de intervenção, e o Subsistema Nacional de Observação e Vigilância (responsabilidade do Ministério Defesa Nacional), Subsistema Nacional de Monitorização e Captura de Pescado (responsabilidade do Ministério das Pescas e do Mar) e o Subsistema Nacional Integrado para o Controlo do Tráfego Marítimo (responsabilidade do Ministério dos Transportes sob, Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria).

Quanto ao contributo para a estratégia para os mares da CPLP identificou o seguinte:

- Está em curso a execução do Plano de Acção da implementação da Estratégia Nacional para o Mar 2030;
- Criação do Centro de Controlo e patilha de informações da Zona A (Arquitectura de Yaoundé);
- Institucionalização da Guarda Nacional Costeira, que será uma componente da Marinha de Guerra de Angola (MGA), centrada nos assuntos ligados da administração marítima;
- Necessidade de actualização da Estratégia dos Mares da CPLP (2010);

- Incrementar a cooperação entre os Estados Membros nos diversos domínios ligados aos mares e;
- Incluir nos exercícios militares FELINO a componente naval.

II APRESENTAÇÃO

Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) Sandro Baptista Monteiro | Encarregado da Divisão de Relações Internacionais | Estado-Maior da Armada | Brasil



Figura 4: Capitão de Mar e Guerra Sandro Baptista Monteiro realizando sua apresentação

O **CMG Sandro Baptista Monteiro** incidiu a sua comunicação no tema: “*A Estratégia do Mar para o Brasil*”. Iniciou a sua apresentação fazendo uma comparação com a apresentação da **Dra. Suraia Munguengue** (Angola), argumentando que no Brasil não há um documento chamado Estratégia da Marinha Nacional do Brasil como em Angola. Com efeito, existem diversos documentos de alto nível de planeamento da Defesa, nomeadamente: a Política Nacional da Defesa, o Plano Estratégico da Marinha, Política Naval e Política Marítima Nacional. Sendo que Estratégia da Marinha esta dividida em três (03) sob estratégias, designadamente (i) Estratégia de Riquezas; (ii) Estratégia de Meios e (iii) Estratégia Naval.

Em Janeiro de 2021 foi criado um grupo de trabalho ministerial para actualizar a política marítima nacional, coordenada por Marinha de Brasil, que contempla assuntos do actual uso do espaço marítimo, diante dum crescente fenómeno de territorialização dos oceanos das demandas recorrentes entre métodos da economia do Mar, conhecido como Economia Azul.

O CMG Sandro Baptista Monteiro argumenta que a importância do Mar é irrefutável porque é muito fundamental para o desenvolvimento humano e Brasil tem uma relação muito forte com o Mar. Pois, desde o tempo dos descobrimentos, o país teve vários episódios em relação à Costa e o Mar, além de ser uma nação marítima.

No seu entender, constituem principais factores da relevância do Mar os seguintes:

- O Mar como meio de transporte marítimo, principal via de comércio externo;
- O Mar como fonte de alimento (pesca);
- O Mar como fonte de recursos energéticos (petróleo e gás) e;
- O Mar como fonte de outros recursos (Biotecnologias, minerais, etc.).

A importância do Mar, pode ser ilustrada no ciclo virtuoso das actividades marítimas. O incremento das actividades marítimas, incluindo o comércio marítimo, permite a geração de recursos marítimos, o que ao conseqüente incremento do poder naval para protecção desses recursos, que, por sua vez, fortalece a supremacia marítima e essa supremacia marítima cria condições que permitem a segurança marítima e fortalecer o comércio marítimo.

A Zona Económica Exclusiva (ZEE) do Brasil, designada de “Amazónia Azul”, com cerca de 5,7 milhões de km² de área oceânica ao longo da costa brasileira, equivalente a 60% do território terrestre de Brasil, com uma dimensão de biodiversidade semelhante ao da Amazónia Verde. Neste sentido, a Amazónia Azul tem um valor muito inquestionável por ser a principal de via de transporte do comércio externo do Brasil, por sua diversidade de recursos naturais, pesca, biodiversidade marinha, por suas reservas de petróleo e gás e de outros recursos minerais, além de ter uma influência muito forte sobre o clima brasileiro.

No Brasil existe uma comissão interministerial para os recursos do Mar (comissão de várias instituições dentro de Brasil), liderada pela Marinha Brasileira, que orienta o desenvolvimento das actividades que visam a efectiva utilização, exploração e aproveitamento sustentável dos recursos naturais da Amazónia Azul e das áreas internacionais de acordo como os interesses do Brasil, e por meio dos diversos programas, incentiva como acção dos recursos humanos na área das

ciências do Mar, estimula o desenvolvimento da pesquisa, inovação das diversas áreas de conhecimento, além de contribuir para ampliação de uma mentalidade marítima na população brasileira, despertando interesse da população sobre a importância do Mar e o uso racional e sustentável dos seus recursos.

O Entorno Estratégico do Brasil, como uma área de interesse prioritário, inclui América do Sul, Atlântico Sul, os países da Costa Ocidental Africana e Antártico. O Brasil reconhece a importância em contribuir para a promoção da paz, da segurança e da estabilidade no seu entorno estratégico. O Atlântico Sul, é um espaço estratégico fundamental para o Brasil, onde busca com protagonismo e intensidade aumentar a sua presença nesse espaço vital em diversos aspectos.

Relativamente ao ambiente estratégico, que vai um pouco além do ambiente geográfico é importante fazer uma análise do Atlântico Sul sobre outros aspectos de outros aspectos como ambiental, científico, económico e geopolítico.

A projecção económica para o Mar tem uma relação histórica na inserção das potências marítimas no Conselho das Nações. O Brasil é a 13^a maior economia do mundo, responsável por 17% da produção mundial da carne bovina e 4^o maior produtor de grãos. Neste sentido, o Atlântico Sul reveste-se de importância estratégica para o comércio marítimo internacional, constitui uma importante reserva e fonte de recursos económicos, recursos estes que constituem uma economia azul da qual dependem milhões de brasileiros. Esta importância tende aumentar visto que o desenvolvimento tecnológico permite novas descobertas de novas tecnologias e o uso desses recursos energéticos.

Nas últimas décadas o oceano tem recebido atenção porque a sociedade internacional adquiriu uma consciência profunda da importância desse ambiente para a humanidade. O comércio e as comunicações internacionais, obtenção de proteínas marinhas, extraídos e cultivados, a biodiversidade, fontes de energia, exploração de combustíveis e minerais mudanças climáticas entre outros, são temas de grande importância, não só para o Brasil mas também para todos os países.

Os aspectos científicos que tem a ver com agregação da produção de conhecimentos científico-tecnológico nos espaços marítimos, induzindo a uma exploração económica em prol de desenvolvimento, sem que afecte a questão

ambiental. A este respeito, compete a Política Naval do Brasil, implementar e orientar a mentalidade marítima, desenvolvimento das actividades marítimas do Brasil de forma integrada e harmoniosa, a fim de promover a pesquisa científico-tecnológica e a utilização permanente, sustentável e plena do Mar e das águas interiores.

Geopoliticamente, o Atlântico Sul no contexto económico, ambiental e científico, por si só seria suficiente para a importância estratégica. A relevância deste importante espaço marítimo prende-se também com a importância política que passou a ter para a afirmação do Brasil no ambiente internacional. Por meio do Atlântico Sul, o Brasil defende uma postura política de cooperação e de diálogo com os países em desenvolvimento em prol de interesse comum como é o caso da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACA).

A ZOPACA foi criada em 1986 com objectivo de promover a cooperação regional, a manutenção da paz no Atlântico Sul, livre de armas nucleares e sem interferência de potências extra-regionais. O principal mecanismo deste Fórum intergovernamental é a Reunião Ministerial da ZOPACA, que não ocorre desde 2013, a última foi em Monte Belo e que a 18 de Abril deste ano ocorrerá em Cabo Verde a 8ª Reunião Ministerial de ZOPACA, retornando o ciclo de reuniões, reforçando-se esse importante Fórum Intergovernamental. Uma das propostas será a constituição de um Secretariado Permanente para Assuntos da ZOPACA, por membros de todos países participantes, o que vai permitir a troca de ideias e interesses para fortalecer ainda mais este Fórum.

Brasil tem iniciativas do no Golfo da Guiné. Apesar da redução da pirataria no Golfo da Guiné como corolário destas iniciativas, ainda há preocupação sobre a segurança marítima na região, principalmente pela ocorrência de outros crimes ligados ao Mar. Em face disso, o envolvimento do Brasil no Atlântico Sul, torna-se inevitável, e isso reflectiu na criação de um grupo de trabalho interno interministerial em 2019, para o acompanhamento da situação no Golfo da Guiné, composto por integrantes do Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Defesa e da Marinha de Brasil.

Outrossim, se reflectiu na elevação do Brasil como membro pleno do G7++, grupo de amigos do Golfo da Guiné, e na participação do Brasil nas outras

iniciativas na Região. O *modus operandi* da Marinha do Brasil no Golfo da Guiné, se encaixa perfeitamente na Missão do Golfo da Guiné. A presença do meio naval de Brasil no Golfo da Guiné inibe a ocorrência da pirataria e de outros crimes. O objectivo primário da marinha do Brasil no Golfo da Guiné é adestrar, cooperar e preparar as marinhas e guardas costeiras para que mantenham com os seus próprios meios a segurança marítima em suas águas judiciárias.

III APRESENTAÇÃO

Capitão-de-fragata (CFR) Pedro Coelho Dias | Divisão de Planeamento | Estado Maior da Armada | Portugal



Figura 5: CFR Pedro Coelho Dias realizando sua apresentação

O **CFR Pedro Coelho Dias** incidiu a sua comunicação a importância estratégica do Mar nas dimensões económica, social, ambiental e diplomática e aos desafios associados a dimensão securitária dos riscos e das ameaças.

De acordo com CFR Pedro Coelho Dias, a visão estratégica actual da Marinha em termos da Segurança e Defesa visa garantir a protecção dos interesses de Portugal no Mar e através do Mar e dos Oceanos, e está alinhada com a directiva política da Estratégia do Mar 2021-2030, que traduz a ambição portuguesa de tornar Portugal mais Atlântico e capitalizar esse activo que são os Oceanos.

Portugal encontra-se numa perspectiva de Espaço marítimo aberto ao Mundo ponto de confluência e passagem das principais rotas que ligam Europa do Norte

ao Mediterrâneo e ao Atlântico Sul e Central. A sul Portugal situa-se num dos estrangulamentos marítimo que é o *Check point* mais importante da economia mundial que liga o Mediterrâneo ao Atlântico (Estreito de Gibraltar).

A localização geoestratégica de Portugal, na fronteira ocidental da Europa, é crucial como ponto de entrada da liberalização do mundo ocidental, dependendo do comércio marítimo e da conectividade atlântica, bem como para qualquer disputa sobre os espaços terrestres eurásia como se pode ver na actualidade.

Portugal parte do epicentro marítimo, muito em particular da Organização do Tratado do Atlântico do Norte (OTAN), numa área que converge a supervisão, nomeadamente: os cabos marinhos, os transportes marítimos e o transporte aéreo. A Marinha portuguesa tem um papel de proteger e promover interesses nacionais no e através do Mar, fruto das ligações históricas aos outros núcleos de poder na América do Sul, África e Extremo Oriente. Portugal tornou-se num extremo de conexão, com um importante papel de charneiro e passagem das principais rotas que ligam Europa do Norte ao Mediterrâneo e ao Atlântico Sul e Central.

Num futuro não distante, a penetração de outros actores estatais na área da influência da CPLP, bem como a utilização limitada do Atlântico Sul por estes mesmos actores, poderá vir a colocar fortes desafios à coligação representativa, quer pela OTAN, quer pela União Europeia (EU), quer a própria CPLP. A invasão da Ucrânia constitui uma evidência clara da Nova Ordem Mundial multipolar, a mudança de paradigma no sistema internacional, em que pela primeira vez na história, uma superpotência invade uma democracia consolidada. Portugal ocupará uma posição decisiva na disputa do mundo bi-multipolar, num ambiente onde prevalecerá as imposições russas e o crescimento de outros actores estatais com características de potências marítimas e continentais.

A dimensão económica é intrinsecamente ligada à estrutura da ZEE e as ambições de Portugal na extensão da plataforma continental. Ambos representam um valor ainda difícil de se estimar, mas certamente elevado num futuro em que a tecnologia permitirá a sua exploração útil de modo rentável e ambientalmente sustentável deste espaço de um ponto de vista geoeconómico.

As águas portuguesas estão posicionadas numa área de intensa actividade marítima, no cruzamento das linhas de comunicação onde circulam 90% do

comércio mundial e 60% das importações nacionais, incluindo 100% de petróleo, que na economia nacional representa 5% do PIB. As águas nacionais são atravessadas por uma rede de cabos submarinos que ligam Portugal aos 5 continentes. Ainda na dimensão económica, o desafio que é a competição por espaço disponível para a instalação de infra-estruturas que acentuará mais tarde ou mais cedo a tendência para compor as zonas mais afastadas da costa.

Na dimensão ambiental, os oceanos são uma importante fonte da biodiversidade, nessa perspectiva, Portugal alberga uma extraordinária geodiversidade e biodiversidade no Mar tal como todos os outros países costeiros. As áreas marinhas protegidas, nas zonas geograficamente limitadas em águas oceânicas ou costeiras, assumem um especial valor para a conservação da natureza. Criadas com propósito de reforçar a conservação da natureza ou preservar o património subaquático existente, uma das ferramentas privilegiadas para a gestão dos oceanos, é da responsabilidade da Marinha contribuir para a protecção e utilização sustentável deste património.

Na dimensão social, está relacionada com o facto de existir em todo mundo cerca de 35 milhões de empresas ligadas ao Mar. Em Portugal as actividades marítimas correspondem cerca de 4% de emprego nacional, aproximadamente a 250 mil postos de trabalho ligados directo ou indirectamente ao Mar. Essas ocupações profissionais acabam por ter uma influência muito importante no estilo de vida e nos costumes das pessoas que vivem junto à costa.

Quanto a importância do Mar nas dimensões ambiental, diplomática, económica, importa não descolar os riscos e ameaças que se pode desenvolver no espaço marítimo e que podem se desenvolver nas 4 dimensões referidas, afectando negativamente o ambiente marítimo, os relacionamentos diplomáticos, a economia azul e a ligação das pessoas com o Mar.

Num cenário geopolítico, em constante evolução, a natureza das ameaças no domínio marítimo, molda as missões da segurança marítima da Marinha Portuguesa, tais como a imigração irregular, contrabando e tráfico, narcotráfico, também ameaçam as águas portuguesas. A pesca ilegal não declarada e não regulamentada, também é um factor de preocupação, uma vez que contribui para a dilapidação dos recursos marinhos, colocando em perigo a segurança alimentar.

Quanto aos tipos de ameaças, nota-se a proliferação de armamento que exploram todas as formas de transportes possíveis, designadamente, por via marítima, a pirataria e os assaltos a mão armada, particularmente alarmante em zonas remotas, como o Golfo da Guiné, perturbando o fluxo do comércio marítimo. O terrorismo islâmico tem tido ramificações no ambiente marítimo - embora a frequência de actos de terrorismo no Mar seja bem menos que em terra, acresce ainda o risco de ataques terroristas à plataformas petrolíferas ou infra-estruturas portuárias críticas.

O combate a todas essas ameaças implica maior acção por parte do Estado, a qual tem que ser, necessariamente, organizada numa perspectiva colaborativa, cooperativa e complementar em ambiente internacional interagência, para que se atinja um controlo efectivo dos espaços marítimos. No contexto português, essa acção deve ser suportada por uma Marinha de capacidade oceânica que desempenha as funções tradicionais das marinhas de guerra e das guardas costeiras, uma Marinha de modelo holístico e pós-moderno.

Os cabos submarinos são responsáveis por quase 100% das comunicações de dados e internet continentais, servindo de suporte para aproximadamente 15 milhões de transacções financeiras diárias que totalizam cerca de 9 milhões de euros, isso significa que o ciberespaço tem uma forte dimensão submarina normalmente pouco conhecida, significa também que os cabos submarinos constituem o sistema nervoso central do mundo globalizado, suportando os fluxos de informação, assim como os fluxos financeiros essenciais à sociedade contemporânea.

Na sua visão estratégica, a Marinha portuguesa construiu o seu mapa da estratégia que procura representar de forma visualmente apelativa à estratégia do homem do Chefe de Estado-Maior da Armada (CEMA), Almirante Henrique Eduardo Passaláqua de Gouveia e Melo para os próximos anos e é estimada pela missão que para este efeito foi cintilada de uma forma simples e facilmente perceptível, proteger e promover os interesses de Portugal no e através do Mar. Dentre os valores institucionais que pautam a actuação de todos que servem Portugal na Marinha, destaca-se a disponibilidade, a lealdade, integridade, a coragem, a camaradagem e a justiça.

Com esta base conceptual, com a missão no topo dos valores navais, a Marinha portuguesa identifica-se como uma Marinha holística, pronta, útil, focada, significativa e tecnologicamente avançada. É uma visão que inclui, em si própria, os 6 objectivos delineados para o mandato do Almirante CEMA, nomeadamente: (i) uma Marinha holística com papel abrangente no âmbito da acção do Estado Português, no Mar tanto em âmbito militar e não militar, (ii) uma Marinha pronta com base no que sustenta actividade operacional, (iii) uma Marinha útil para afirmar o valor geoestratégico do Mar português, (iv) uma Marinha focada na sua missão de servir Portugal no e através do Mar, (v) uma Marinha significativa nas suas capacidades para aproveitar as oportunidades que o mar pode proporcionar e (vi) uma Marinha tecnologicamente avançada, capacitada para a transição digital e para a robotização da guerra.

A nível dos recursos financeiros, na perspectiva de uma Marinha equilibrada, o orçamento deve ser 25% para operações e manutenção, 25% para investimento e 50% para o pessoal. A nível dos recursos humanos, torna-se necessário reequilibrar, afectando 30% para o pessoal nas operações, 50% na logística, 15% para administrativa e 5% de reserva. Estas são as 5 principais funções da Marinha, em que a ciência e cultura ocupam a origem desta espiral de desenvolvimento funcional, como multiplicador das outras funções nucleares que são a presença, a dissuasão e projecção.

A **presença** está essencialmente ligada ao exercício das tarefas de vigilância, fiscalização e controlo do espaço marítimo nacional e também da busca e salvamento marítimo. A **dissuasão** visa evitar a utilização contrária dos interesses nacionais e aliados do espaço marítimo, nomeadamente no triângulo estratégico, compreendida entre o Continente, os Açores e a Madeira. E a função de **projecção** está ligada a capacidade de projecção de forças ou capacidades logísticas para qualquer ponto do triângulo estratégico português, e daí para o espaço marítimo adjacente, onde seja necessário salvaguardar interesses nacionais, assistência humanitária ou evacuação das populações.

As 5 funções encontram-se assente no sistema nervoso central resiliente e integradas em sede da estrutura mais baixa do sistema do comando e controlo, comunicações, sensores e dados das Forças Armadas. A Marinha portuguesa tem

vindo a desenvolver nas suas funções através de um triângulo, que constitui também o núcleo de uma Marinha útil e pós-moderna. Pós-moderna por ter uma visão holística na sua acção do Mar e útil para assegurar o Estado português, na medida das suas capacidades no uso do Mar, levando a cabo missão no âmbito da defesa militar e apoio a política externa de Estado, missão de segurança e autoridade de estado do Mar e missão de suporte ao desenvolvimento económico, científico e cultural. Esta constituição reflecte o desenvolvimento histórico do modelo português já com mais 77 anos de existência.

O modelo de duplo uso divide as actividades desenvolvidas pela Marinha em duas naturezas, complementares, interligadas e coexistentes. Uma essencialmente militar e outra não militar a partir de um núcleo comum, à natureza organizacional, recursos e estruturas. Os dois modelos são coerentes e complementares entre si, garantindo a contínua acção de Estado no Mar. A identificação de uma real capacidade operativa no Mar, seja ela qual for, será sempre uma tarefa difícil, morosa e com custos muito significativos. Passará necessariamente pela aquisição de meios e pelo estabelecimento de um sistema de sustentação que garante a operação desses mares. Fazem parte da sustentação as bases de apoio, sistema de manutenção e reparação, o sistema logístico, a componente humana, a cultura organizativa e operacional, o sistema financeiro e contabilístico, os sistemas de comando e controlo, comunicações e informações.

Na visão portuguesa, uma guarda marinha concentrada excepcionalmente na actividade militar e nas actividades não militar respectivamente, não poderão compreender na sua totalidade o ambiente marítimo, quando operam sofrerão de cegueira selectivas contrárias aos interesses de Estado. Uma Marinha verdadeiramente útil ao país deve centralizar as funções alternativas do Estado no Mar como forma de racionalizar os recursos nacionais. No contexto português essas tarefas devem ser suportadas por uma marinha de capacidade oceânica que desempenham as funções tradicionais das Marinhas de guerra e guarda costeiras. No caso muito particular de Portugal, o produto operacional da autoridade marítima nacional é sustentado e apoiado pela marinha em termos de recursos humanos, materiais, financeiros e de informações. Importa ainda salientar as ligações das suas estruturas de comando e controlo, designadamente ao nível

estratégico em que o CEMA é também autoridade marítima nacional, tendo acima dupla vertente e outra ao nível tático, onde os comandantes da zona marítima apresentam uma tripla vertente nomeadamente, como chefes de departamentos marítimos e comandantes regionais da polícia marítima.

IV APRESENTAÇÃO

CMG Macedo Manuel Coutinho | Chefe da Repartição de Pessoal | Marinha de Guerra | Moçambique



Figura 6: CMG Macedo Manuel Coutinho realizando sua apresentação

Em sua intervenção o CMG Macedo Manuel Coutinho argumentou que a CPLP é uma Organização Internacional com um importante impacto regional e cada vez mais de dimensão (ou vocação) global. Uma Comunidade que assenta na partilha de (i) Matriz histórica- cultural-linguística comum; (ii) Aposta no desenvolvimento da Cultura, da História e da Língua Portuguesa, (iii) Projecta a Lusofonia nos quatro cantos do mundo, (iv) Vector de influência político-diplomática, (v) Eixos da Política Externa dos Estados membros, e (vi) Nos interesses económicos, diplomáticos e de segurança/defesa.

Compreendido entre três oceanos (Atlântico, Índico e Pacífico), a CPLP, uma Comunidade de países marítimos (ribeirinhos), dispõem de 7,6 milhões de km² de área marítima, com enorme potencialidade económico-financeiro, mas com uma acrescida responsabilidade na componente securitária.

A adopção da “Estratégia da CPLP para os Oceanos” (2010) veio demonstrar, claramente, a necessidade de se reforçar acções de cooperação marítima, abrindo portas para a interoperabilidade e partilha de meios e de informações de forma mais eficiente e proactiva, nomeadamente entre as Marinhas da CPLP e as autoridades navais e aéreas.

Focalizando-se no objectivo da sua apresentação, **“Reflectir sobre a adopção de uma Visão Estratégica no Mar para a CPLP”**, o CMG Macedo Manuel Coutinho defendeu a necessidade de uma visão que aposte na cooperação estratégica, que possa ser materializada, na área da Defesa, através de um Plano Estratégico de Cooperação para a Defesa, que deve estar politicamente alinhado com os interesses da CPLP no mundo.

O potencial estratégico do Mar prende-se essencialmente nas vertentes de (i) meio de comunicação e transporte; (ii) fonte de recursos naturais vivos e não vivos (pescado, petróleo e gás); (iii) comércio internacional; e (iv) geração de empregos directos e indirectos, constituindo-se um dos mais ricos patrimónios da humanidade. A importância estratégica prende-se ao facto de, a título exemplificativo, 90% das reservas mundiais de petróleo e 67% das reservas mundiais de gás natural estarem localizadas no mar.

Partindo da assunção de que a estratégia de segurança marítima da CPLP tem como objectivo o fortalecimento da governação marítima e do Estado de Direito, cooperação interagências, cooperação marítima multilateral, fortalecimento da segurança marítima para a optimização da “Economia Azul e que os objectivos estratégicos de segurança marítima se prendem em fortalecer a governação marítima, optimizar a economia azul, reforçar a protecção e a segurança marítima, a Política e Estratégia do Mar constituem um forte suporte para a solução dos problemas que se prendem com a defesa da soberania e da integridade do território nacional, a segurança marítima, a pesca e a migração ilegais, o narcotráfico e a pirataria, para consolidação da gestão sustentável, integral e multisectorial dos espaços marítimos e costeiros, do acesso e utilização dos recursos marinhos e costeiros renováveis e não renováveis.

O ordenamento inadequado, a fraca fiscalização e a deficiente coordenação do acesso, utilização e exploração do capital natural no mar traduz-se em baixos

benefícios económicos, sociais e ambientais.

A Política e Estratégia do Mar de Moçambique tem como objectivo: (i) reforçar o exercício da soberania do Estado sobre as águas jurisdicionais marítimas, (ii) desenvolver no mar uma economia azul, rentável e sustentável, (iii) promover o desenvolvimento tecnológico e científico no mar, priorizando a investigação, a inovação e a extensão, e o exercício de actividades económicas no mar e nas zonas costeiras, (iv) estabelecer princípios e mecanismos para o ordenamento dos espaços marítimos e das zonas costeiras (v) promover a cooperação internacional e à delimitação de fronteiras marítimas, (vi) promover a utilização sustentável do mar e das zonas costeiras para manifestações desportivas, culturais e religiosas, e (vii) proteger e valorizar o património arqueológico existente no mar e nas zonas costeiras.

A Política e Estratégia do Mar de Moçambique abarca actividades socioeconómicas e culturais que tenham lugar dentro dos limites das águas interiores marítimas; mar territorial; zona contígua; ZEE; plataforma continental e a sua extensão; zonas costeiras até ao limite dos distritos costeiros e no alto mar, sobre actividades exercidas por pessoas nacionais, e assenta-se na seguinte visão: um mar seguro, gerido de forma integrada e responsável, com benefícios sócio-económicos para Moçambique, rumo ao desenvolvimento sustentado, tendo por missão promover o conhecimento e o desenvolvimento económico, social e cultural sobre o mar, assentes nos princípios da economia azul.

A Política e Estratégia do Mar assentam em eixos directores (Pilares, Linhas de Política e Estratégia) à volta dos quais gravitam os pilares. Cada um dos pilares tem várias linhas de políticas enunciadas e para cada uma das linhas de política são enumeradas as respectivas estratégias.

A Estratégia de Segurança Marítima, que tem como objectivos específicos:

- No âmbito jurídico - avaliar e divulgar toda a legislação santomense relacionada com os assuntos do mar, garantir a aplicação da legislação vigente;
- No âmbito económico - atrair investimentos nacionais e internacionais para o programa de “Economia Azul”;
- No âmbito social - divulgar os assuntos do mar; desenvolver programas de

consciencialização da população para os assuntos do mar;

- No âmbito ambiental - desenvolver Planos de Controle e Combate à poluição marítima;
- Âmbito técnico-científico - desenvolver inventariação programa de e não vivos um dos recursos vivos da ZEE da RDSTP, estimular e fortalecer parcerias internacionais no âmbito da capacitação dos agentes públicos e privados nos assuntos do mar, criar um Centro de formação voltado para os assuntos do mar ;
- No âmbito da defesa - estimular e fortalecer parcerias internacionais, regionais e bilaterais com vista a garantir a presença contínua de meios navais no espaço estratégico de interesse nacional.

Constituem-se principais desafios a Estratégia do Mar da CPLP:

- Definição de políticas marítimas para os países da CPLP e construção de infra-estruturas;
- Eliminação de barreiras burocráticas existentes institucionalmente nos Estados;
- Promoção de instituições eficazes e transparentes para dar resposta as demandas existentes na organização;
- Criação de normas que possam ajudar a julgar alguns casos de pirataria;
- (in) Segurança Marítima;
- Interesses extras;
- Vulnerabilidades estruturais;
- Melhor coordenação das políticas marítimas que possam garantir o controlo e o melhor aproveitamento dos recursos do mar.

Constituem-se oportunidades:

- Incremento dos mecanismos de cooperação de forma coordenada;
- Exercícios militares; e
- Acção diplomática
- Elaboração de uma lei do mar que envolva todas as instituições da CPLP ligadas ao mar;
- Formação de técnicos magistrados, construção de um centro de detenção e de reintegração e colaboração e coordenação dos sectores intervenientes

no ramo marítimo;

- Partilha de informação por todas as entidades envolvidas e a criação de uma estrutura de alto nível, que recolha, supervisione, analise e distribua, atempadamente, os resultados e as novas medidas a tomar, por todos os

SESSÃO DE DEBATE: PERGUNTAS E RESPOSTAS



Figura 7: Participante do seminário fazendo questões

Participante 1: Prof. Doutor José Magode | Magnífico Reitor da Universidade Joaquim Chissano

Pergunta 1: O senhor comentou reconhecendo que os Estados na CPLP se enquadram em contexto geopolítico diferenciado, na qual a agenda da segurança marítima, segurança dos Estados é extremamente importante, referiu ainda que nos respectivos quadros geopolíticos há aspectos de uniformidades sob ponto de vista de desafios, ameaças, há também aspectos de diversidades no contexto da inserção de cada um destes Estados, em que se revela ser importante, o que se encontra a pluralidade estratégica, algumas dimensões face a estes desafios? Com a globalização se tem vindo a revelar uma inevitável tendência ou opção, a transformação dos Estados em níveis diferenciados entre os Estados rendeiros, quer dizer que a concepção de espaços ou territórios sobre a soberania dos nossos governos, há investidores externos com grande poder e é visível em Angola, como por exemplo as petrolíferas, observa-se isso também no Brasil e a presença desses

actores trás sem dúvidas, problemas na questão da segurança. De que mecanismos, o caso de Angola o Estado se adoptou, para prestar atenção e o tratamento diferenciado e recomendável à presença desses actores no campo da segurança marítima em particular?

Resposta 1: Angola tem vindo a fazer investimentos em termos tecnológicos para dar resposta às ameaças no Mar do país. Angola, tem agora o primeiro Satélite, lançado recentemente, que vai muito bem contribuir para a segurança marítima, é um grande investimento, um projecto ambicioso em termos tecnológicos, mas também Angola tem um programa de modernização das Forças Armadas e potencialização do poder naval. Nos últimos anos, Angola tem feito investimento Naval para a aquisição de navios com capacidade de patrulha oceânica e em termos de pesca permite controlo da costa marítima.

Quanto ao tráfico de drogas, é uma actividade multinacional, é um crime de carácter internacional. Angola tem feito a sua parte para conseguir combater o tráfico através da cooperação internacional.

Participante 2: Dr. João Rucho Pereira

Pergunta 2: Para haver paz tem de haver segurança, essa segurança passa também pela segurança marítima, porque é através do Mar que é muito bom para navios de transportes de mercadorias, e ter-se muitas valias, quer a nível da pesca, quer recursos naturais, mas também é utilizado pelos traficantes de drogas, pela pirataria marítima para fazer coisas más. O que se está a ser feito no aspecto de prevenção, da análise de riscos e para minimizar a insegurança, o tráfico de drogas, quer em Angola como no Brasil, sob ponto de vista tecnológico.

Resposta 2: No caso de Brasil, é um desafio muito grande manter a segurança marítima, numa área de aproximadamente 5,7 milhões de km², só com a tecnologia e serviços da inteligência seria possível. O programa de gerenciamento de Amazônia Azul, que é o programa de desenvolvimento de grandes tecnologias que trazem o monitoramento e protecção da região, é composto por diversos meios navais, satélites, estações terrestres e uma inteligência marítima e terrestre em coordenação com a polícia federal e com outros órgãos, tendo ajuda brasileira de

inteligência para prevenir e monitorar ocorrências ilícitas no mar. Brasil tem alguns acordos com países vizinhos e tem um acordo de patrulha naval com a França, que mantém a presença para evitar a questão da pesca não regulamentada e tem com Uruguai no sector Sul. A questão dos drones já vem incluída nos navios e que complementam actuação da marinha no mar.

Participante 3: CMG José Bandura | Marinha de Guerra de Moçambique

Pergunta 3 e 4: Qual é a relação existente entre Autoridade Marítima Portuguesa e a Marinha de Duplo Uso? O que significa a Marinha de Duplo Uso em relação à Autoridade Marítima de Portugal?

Resposta 3 e 4: Para garantir 10% da operação precisa-se 90% de recursos humanos, materiais, financeiros e logísticos, ou seja, pulverizar um país com várias marinhas. O que acontece em Portugal, existem vários departamentos com responsabilidades no Mar. Por exemplo, a Marinha dos EUA que é oceânica, se preocupa apenas com assuntos da guerra e também tem o Modelo da guarda Costeira que é responsável pelo todo o resto.

Em Portugal esse é o modelo eficaz porque partilha a cultura organizacional, as pessoas falam o mesmo tipo de linguagem, partilham recursos e estruturas. A Marinha tem disponibilizado capacidades, conseguem estar no Mar, tem presença, tem vigilância marítima, consegue coordenar isso facilmente com os meios aéreos da Força Aérea e contem relacionamento estreito com Autoridade Marítima Nacional.

A partilha de informações é sempre um desafio, Portugal não sente essas dificuldades, tem mecanismos muito aliados na partilha da informação, o centro de operações marítimas na Base Naval de Lisboa, assenta numa óptica de Oficinas de ligação que partilham e é preciso conhecer quem está de outro lado e qual é a rede segura, quando acontece um ilícito sabe-se quem telefonar e quem está no equivalente do centro da operação marítima.

Participante 4: CMG Nestor Voto | Instituto Superior de Estudos de Defesa - ISEDEF

Pergunta 5: Falou de modelos da Marinha no Brasil, o Comandante da Marinha exerce a função da Autoridade Marítima, em Portugal também o Chefe de Estado-maior da Armada exerce a função da Autoridade Marítima e em Moçambique a

função da Autoridade Marítima é exercida por outras entidades e não pelo Comandante da Marinha. Quais são as vantagens e desvantagens desse modelo?

Resposta 5: Recorrendo à partilha do Mar por parte de países do *hinterland*, muitos deles, como é o caso de Zimbabwe e Malawi, que também gostariam de ter um espaço como reserva no Mar e que podiam usar na atracagem dos seus navios em benefício dos seus interesses, isso reduziria de certa forma alguns custos. Quanto ao duplo uso, Moçambique ainda não tem esse conceito do Mar, pode vir a ser um conceito por reflexão, o que acontece é a divisão de competências e a partilha de recursos, como é o caso da Polícia Costeira que usa os meios da Marinha e vice-versa.

Participante 5: Comandante Paulo Jorge Gomes | Cooperação no Domínio da Defesa Portugal – Moçambique

Pergunta 6: No exercício de Actividades do Mar, onde é que está a edificação do sistema da Autoridade Marítima?

Resposta 6: A lei da Autoridade Marítima está em revisão, o que se verifica é que mesmo que estas instituições mudem de nomes, sempre haverá ligação entre elas, uma interdependência entre as entidades e todos estão ao serviço de Estado Moçambicano, e todos tem interesse em garantir a segurança Marítima.

Participante 6: Dra. Alice Ananias Langa | Academia de Ciências Policiais – ACIPOL | Moçambique

Pergunta 7: Qual é o papel da Comunidade na vigilância integrada?

Resposta 7: A comunidade contribui na partilha de informação. Para se conseguir saber sobre a movimentação de tráfico de drogas, armamento e o contrabando, é graças à Comunidade.

NOTADE ENCERRAMENTO

Dr. Simão Barbosa | Cônsul Honorário de Cabo Verde em Moçambique



Figura 8: Dr. Simão Barbosa, Cônsul Honorário de Cabo Verde em Moçambique, realizando o encerramento o seminário

Em sua intervenção, o Dr. Simão Barbosa, Cônsul Honorário de Cabo Verde em Moçambique, saudou a todos os convidados e agradeceu pelo convite formulado pelo Director do CAE/CPLP para assistir o evento, num momento em que se esta a enfrentar as ameaças crescentes devido à actividade humana.

A CPLP é sem dúvida uma referência democrática ao nível sociocultural, marcada por participação activa na criação de canais de soluções para resolução de problemas para o bem comum e para o progresso da humanidade. No ano em que a cooperação dos Estados Membros da CPLP celebra 25 anos, organizar um fórum para discutir e procurar as vias estratégicas viáveis pelos mares da CPLP, representa passos gigantes para nós enquanto Estados Membros.

Os oceanos são a biosfera do Planeta e representam até 70% da superfície da terra, produzem 50% de oxigénio que consumimos, sugam 25% de toda a emissão de dióxido de carbono e interceptam 90% de calor que as emissões que produzem. Os oceanos para além de pulmão do planeta são também maiores armazéns de carbono, constituem um actor vital contra os efeitos das mutações climáticas. Os oceanos alimentam uma riqueza e uma variedade imaginável no mundo animal e produzem alimentos, empregos e recursos minerais e objectos necessários para a continuidade da vida no planeta que pode ser gerido de modo sustentável.

É preciso inovar as soluções e a gestão sustentável que envolvem tecnologias verde e o uso também de recursos marinhos sob pena de ameaças de saúde, a ecologia e a aglutinação dos oceanos. Cabo Verde, pequeno insular em desenvolvimento, exposto e vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, tem a gestão sustentável do Mar e na redução das emissões de carbono em total convergência com apelo das Nações Unidas, com o foco e comprometimento das mudanças mundiais para preservar os oceanos e prosseguir e proteger o futuro, uma das suas prioridades.

O Primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correa, discursando na II Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, em Lisboa, instou a visão dos países insulares em via de desenvolvimento, reivindicando o uso e permanente reconhecimento das suas especificidades e uma discriminação positiva, com índice de vulnerabilidade adicional.

Cabo Verde manifesta total convivência de apoio ao apelo das petrolíferas a acção para saudar os oceanos, para proteger o futuro, defender as normas e regras de direito, expressa em compromissos globais e que possam conduzir a declaração universal de direito dos oceanos. O Chefe do governo de Cabo Verde enfatizou a visão dos Estados Membros da CPLP, para com o desenvolvimento sustentável da Economia Azul e demonstra a importância de Cabo Verde tem para com o Mar que representa 99% do tamanho do arquipélago, apelou aos Estados Membros para que continuem apoiar Cabo Verde e que o país retribuirá com os resultados.

XXVIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICO-ESTRATÉGICO Centro de Análise Estratégica DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO 1325 (2000) DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MULHERES, PAZ E SEGURANÇA PARA A COMPONENTE DE DEFESA DA CPLP

Subordinado ao tema: “Desafios à Implementação da Resolução 1325 (2000) das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança para a Componente de Defesa da CPLP”, o XXVIII SIPE do CAE/CPLP, realizou-se, em 29 de Novembro de 2023, em formato híbrido - presencialmente no Espaço CPLP, sito nas instalações do CAE/CPLP, em Maputo, e pela via telemática através dos canais do Centro nas plataformas Zoom e Youtube, cuja conferência de abertura foi proferida por

S.Exa. Ministra de Estado e da Defesa de Cabo-verde, Dr^a. Janine Tatiana Santos Lélis.

O XXVIII SIPE teve como objetivos:

- Analisar o estado de arte da implementação da Resolução 1325 (2000) das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança na Componente de Defesa da CPLP;
- Identificar os desafios que se colocam à implementação da Agenda Mulher, Paz e Segurança na Componente de Defesa da CPLP; e
- Identificar contributos que potenciem linhas de ação futuras e reforço da Cooperação de Defesa da CPLP no âmbito da Agenda Mulher, Paz e Segurança das Nações Unidas.

O XVIII SIPE decorreu no contexto da celebração do 20º aniversário do CAE/CPLP e do 25º aniversário da Componente de Defesa da CPLP, cuja temática remonta a pouco mais de 20 anos, nomeadamente em Maio de 2000 em que foi colocada a questão da Agenda Mulheres, Paz e Segurança a nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O seminário foi conduzido em dois painéis. O primeiro integrado pela **Tenente-coronel Diana Morais** (Portugal) e pela **Dra. Leidy Creusa Cussomba** (Angola), sob a moderação da **Dra. Hulda Morreira** (Cabo Verde). E segundo pelo **Coronel José Osni dos Santos** e **Capitão-de-Mar-e-Guerra Ana Luiza Leonel De Sousa** (Brasil) e **Dr^a. Rosa Maria de Lurdes Zaquau** (Moçambique), moderado pela **Dr^a. Melanie de Aguiar Cipriano** (Universidade Joaquim Chissano – Moçambique).

Participaram do seminário entidades de diversas instituições que colaboram com o CAE/CPLP em vários domínios em Moçambique e nos Estados Membros, nomeadamente: Entidades de Instituições de Defesa e Segurança, Diplomatas, Adidos de Defesa, Núcleos Nacionais do CAE/CPLP, Académicos, Sociedade Civil, entre outros interessados na temática.

NOTAS DE BOAS VINDAS



Figura 9: Major Humberto Macaringue, Chefe do Gabinete de Documentação e Divulgação do CAE/CPLP, dando boas-vindas aos convidados

Em sua intervenção o Major Humberto Macaringue, em nome do Diretor do CAE/CPLP, Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda, dos colaboradores do Centro e em seu nome pessoal, expressou cordiais saudações a todos participantes presentes e pela via telemática, agradecendo pela disponibilidade em se juntarem ao Centro no evento, cuja temática para além de atual e de grande interesse para os Estados Membros da CPLP.

Endereçou uma saudação especial a S.Exa. Excelência Ministra da Defesa Nacional de Cabo Verde, aos representantes dos embaixadores de Angola e Portugal e aos antigos Directores do CAE/CPLP presentes no evento, ressaltando o grande simbolismo que a presença destes se reveste para o Centro, por ser a primeira vez em que o CAE/CPLP registou a participação presencial de grandes entidades incluindo três directores no mesmo evento.

Enalteceu o excelente trabalho desenvolvido pelos coordenadores dos Núcleos Nacionais (NN) no âmbito do cumprimento dos objectivos institucionais do Centro e seu inequívoco contributo para que o seminário se tornasse realidade. Agradeceu aos conferencistas pela disponibilidade e colaboração com o CAE/CPLP no âmbito do seminário, cuja temática suscita o envolvimento e engajamento de todos os Estados Membros para o reforço da cooperação nesta matéria na Componente de Defesa da CPLP.

SESSÃO DE ABERTURA

Dr^a. Janine Lélis | Ministra de Estado e da Defesa de Cabo-verde



Em sua intervenção S.Exa. Ministra da Defesa Nacional de Cabo Verde Dr^a. Janine Tatiana Santos Lélis, começou por saudar ao Director, aos colaboradores do CAE/CPLP e a todos presentes. Manifestou especial agradecimento pelo convite formulado pelo Director do CAE/CPLP, para em representação do governo de Cabo Verde participar do XXVIII SIPE do CAE/CPLP sobre os desafios a implementação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU) sobre Mulher, Paz e Segurança na Componente Defesa da CPLP.

Ressaltou que esta participação acontece no quadro das actividades comemorativas dos 20 anos do CAE/CPLP, cuja importância é ímpar para a nossa comunidade e reside no reforço das nossas estratégias, através dos inúmeros momentos de discussão e reflexão, formação e capacitação que tem sido promovido, permitindo que a componente da Defesa da (CPLP) se materialize através dos seus objectivos.

Na mesma senda gostaria de enaltecer os esforços que têm sido feitos para o cumprimento da missão de transformar o centro em um fórum de excelência no domínio da pesquisa, estudo e difusão de conhecimento no domínio da estratégia,

facto que estamos assistindo neste SIPE, cujo objectivo é avaliar e perspectivar a implementação daquilo que é para nós um dos mais importantes instrumentos internacionais de protecção das mulheres, seu papel e dos seus direitos.

A resolução do CS-ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança, vem apresentar uma nova perspectiva sobre as mulheres, conhecendo-as não só como vítimas de violência, mas como agentes relevantes, capazes de agir nos processos de paz, negociação e prevenção de conflitos armados.

Esta resolução vem ainda com um conjunto de medidas para melhorar as condições de vida dos que sofrem nos conflitos, nomeadamente, as mulheres e crianças. O documento conclui com evidencia a necessidade de se aplicar o princípio de equidade de género em todas fases de construção de paz.

A importância deste instrumento reside também nas várias novas resoluções de que foram imitadas no seguimento da sua aprovação tendo uma das protegidas no CS-ONU. Para nós embora passados 23 anos depois da sua aprovação, a resolução continua actual com desafios, ainda no que concerne a protecção das mulheres e crianças em situações conflitos. Por esta razão continuamos a trazer vários centros de debates em torno desta relevante temática para partilhar as suas lições aprendidas e identificar os contributos para as acções futuras que devem ser levadas a cabo na Componente de Defesa da CPLP.

Estamos a crer que todos Estados, instituições, órgãos de defesa e segurança e o próprio CS-ONU devemos reforçar o nosso engajamento na implementação deste instrumento de forma pragmática e assertiva através de aplicação de políticas permanentes. E para a implementação desta resolução, o Ministério da Defesa de Cabo Verde tem o Plano Sectorial com horizonte temporal 2027, para entre outros objectivos, promover mais a socialização sectorial da resolução, maior integração das mulheres nas Forças Armadas (FFAA), maior integração capacitação e formação em questões de género e intensificar a participação da sociedade civil na implementação desta resolução. No plano encontra-se inseridas 27 actividades nos vão permitir atingir as metas que nos propusemos alcançar. Neste momento já temos os pontos focais do Ministério da Defesa Nacional, FFAA, Comandos regionais, com as suas atribuições todas definidas.

Estamos a melhorar as condições de habitabilidade e saúde em fase de construção da enfermaria do centro de instrução militar. Para o próximo ano está previsto também a construção de uma enfermaria que vai também da região militar, ajudando a melhorar as de sensibilização dentro e fora dos comandos. No passado mês de Julho, em parceria o instituto de Cabo Verde para igualdade de Género, concluímos curso de formadores em matéria de género, incluindo 18 militares, igualmente temos realizado palestras abertas, com recrutas, actividades que passaram a servir em todas incorporações e pelos formadores militares.

A par disso, destaca-se também acções de sensibilização junto das chefias superiores das FA, efectivos femininos de forma a incrementar as candidaturas para as missões de paz e para as fileiras das FFAA. Publicamos ainda a portaria que promoveu a discussão sobre a inclusão das questões de género nas FFAA, pretendemos ainda promover a inclusão da sociedade civil no grupo de trabalho para o acompanhamento, monitoria e avaliação do PA da resolução 1325. E ainda promover iniciativas de cooperação através de iniciativas regionais no âmbito desta resolução.

Estas são de forma resumida algumas iniciativas que temos estado a desenvolver, reconhecendo que apesar todo esforço ainda há muito por ser feito, mas estamos determinados para o cumprimento deste designo que representa mais uma missão no processo de construção de um mundo melhor para todos.

Em Cabo Verde, apesar de não existirem conflitos armados, continuamos a registar com alguma preocupação casos de violência dos direitos das mulheres, o que representa para nós um atentado a dignidade da pessoa humana, referimo-nos aos casos de violência baseada no género, violação sexual, discriminação e assédio moral e sexual.

Tem sido nossa bandeira o combate desses males, mas essencialmente da prevenção, sensibilização, atendimento, assistência, protecção, sensibilização social com abrangência territorial. Neste sentido criou-se o fundo de apoio as vítimas de violência, para garantir recursos que nos permitirão a execução efectiva das medidas de protecção, apoio e assistência as vítimas de violência.

Para dar relevância do tema, violência baseada no género, passou-se a considerar no nosso código penal, como crime de prevenção prioritária e igualmente como crime público, obrigando a sua denúncia.

Em cumprimento da lei de violência baseada no género, para além de punir, prevê a prevenção e a reabilitação. Foram criados em diferentes conselhos centros de atendimento as vítimas e algumas casas de abrigo. Nestes centros, são prestados serviços de informação, atendimento e acompanhamento psicossocial das vítimas e o encaminhamento a outros serviços, como a polícia, procuradoria e saúde.

Por sua vez estas casas de abrigo são atribuídas as vítimas visando o acolhimento temporário, no caso em que as suas residências continuavam ameaçadas. Actualmente temos disponíveis quatro (4) casas, na Ilha são Tiago, uma (1) em são Vicente e uma (1) no Fogo. Ainda celebramos protocolos com unidades hoteleiras e pensões para abrigar as vítimas em zonas onde não há centros instituídos.

Estas são algumas medidas que temos vindo a adoptar e que resultam em grande engajamento de todos parceiros de cooperação, instituições públicas que se preocupam com a participação efectiva das mulheres em todas esferas da sociedade, que para nós é a condição primária para a criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Por ter este entendimento, o governo, em seguimento da implementação do programa para 2023, tem apostado igualmente em políticas de promoção de igualdade de género, através da diferenciação positiva a favor das mulheres. Temos estado a fazer isso por via de aprovação de políticas, instrumentos legais, a lei de igualdade para mudar completamente o paradigma de representação da mulher nos cargos de tomada de decisão, quer ao nível do parlamento, quer nos conselhos de gestão de empresas públicas.

Esta iniciativa legislativa veio afixar uma representação mínima de 40% nas listas das candidaturas nos órgãos do poder político, apontando assim para um novo cenário político em Cabo Verde. Esta meta foi atingida em 2020 nas eleições autárquicas com a significativa redução da violência em 40%. Nas eleições legislativas de 2021, dos 72 deputados eleitos para assembleia nacional, 27 foram

mulheres, passando de 17 deputados da anterior legislatura para 27 correspondente a 37.5%, o que faz acreditar que em democracia é uma construção permanente e que se está criando espaço para uma efectiva igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres.

Para além disso, foi aprovado em 2021 o quinto 5º plano nacional de igualdade de género, documento orientador das políticas públicas de género, elaboradas em consonância com as directivas da convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação. Na mesma senda, alargou-se a licença de maternidade de 60 para 90 dias e pela primeira vez, implementamos a licença de paternidade.

Também temos em curso programas de inclusão produtiva para promover outras actividades através de actividades geradoras de rendimentos, com a perspectiva de reforçar as competências técnicas, profissionais, reforçar o empreendedorismo, a educação financeira, oferecer oportunidades para a vida, principalmente para as mulheres representantes de agregados familiares com menores até 15 anos, tudo isso para emponderar e promover esta luta para a igualdade de género.

No que concerne ao investimento dirigido a este empoderamento económico aprovou-se também a estratégia para a redução da pobreza extrema para a qual se espera resultados até 2026. Criou-se o programa integrado para o apoio a família, que visa fazer o acompanhamento familiar e prestação social a família em risco, através de transferência de recursos financeiros para garantir o acesso dos serviços mínimos. Isto demonstra a nossa aposta no reforço das oportunidades das mulheres para que possam ter autonomia financeira e reforçar as suas capacidades e liderança nas instituições e empoderamento físico.

Implementamos o programa Emprego Digno, que teve um desempenho da estratégia de produção do emprego para 2026, este programa veio estabelecer as acções prioritárias para assegurar a inserção produtiva e reduzir o desemprego entre jovens. Criamos e temos em execução o Fundo Mais, que é uma iniciativa inovadora, transformadora, a partir da qual se extrai taxas turísticas, depois encaminhadas para esse empoderamento através do programa de transferência de rendimento, visando promover uma sociedade de paz, reforçando o papel da mulher com as suas inerentes consequências no domínio da defesa, trabalhando

seguramente todas as fragilidades, desafios, e preocupações que devem ser trabalhadas como direito da política pública.

Estamos cientes dos caminhos que ainda falta fazer, pelo que auguramos que este seminário também constitua um fórum para ouvirmos o que é partilhado noutras regiões e latitudes, e pudermos aprimorar nossas perspectivas porque estamos sempre em processo de aprendizagem e ajustamento permanente. E neste sentido que auguramos que este seminário seja profícuo e nos permita conhecer os principais desafios e as linhas de acção futura para uma forte cooperação na Componente de Defesa no âmbito da implementação da agenda Mulher, Paz e segurança.

Terminando reiteramos um agradecimento pela atenção dispensada, as autoridades moçambicanas, ao CAE/CPLP, que sempre nos honra, nos motivou para pudermos estar aqui valorizando assim este Centro, e a presidência de Cabo Verde.

SESSÃO PLENÁRIA | I PAINEL

I APRESENTAÇÃO

Tenente-Coronel Diana Morais | Ministério da Defesa Nacional | Portugal



Figura 11: Tenente-Coronel Diana Morais realizando a sua apresentação

Tenente-Coronel Diana Morais iniciou a sua intervenção saudando aos participantes. Agradeceu ao CAE/CPLP pelo convite formulado e parabenizou ao Centro pelo 20º aniversário da sua criação.

Relativamente a temática do seminário argumentou que Portugal adoptou o seu primeiro Plano Nacional de Acção (PNA) em 2009, o que coloca Portugal um pouco na vanguarda dos países que adoptaram este tipo de política pública, actualmente está em vigor o terceiro PNA.

O PNA tem como objectivos, aumentar a participação das mulheres em todas as fases dos processos de construção da paz, garantir a formação das pessoas envolvidas nos processos de construção da paz, promover e proteger o respeito pelos direitos das mulheres nas zonas de conflito e pós-conflito, aprofundar e difundir o conhecimento sobre a temática MPS e promover a participação da sociedade civil na Resolução 1325.

Como pontos fracos, no primeiro PNA houve ausência ou omissão de diagnóstico inicial, a clara identificação no plano das entidades envolvidas na execução da medida e ausência de um responsável principal, omissão de resultados esperados com a execução dessas unidades ou actividades, inexistência de calendarização e a inexistência da dotação orçamental que afectava exclusivamente ao plano.

Como pontos fortes, os PNA trazem como boas práticas para a implementação, aumento e reforço da visibilidade da temática, produção de informação estatística de forma sistematizada, promoção da imagem externa de Portugal enquanto país com uma agenda estabilizada na igualdade de género.

O Segundo PNA vigorou no país entre 2014 a 2018. Comparativamente ao primeiro PNA que traz os objectivos estratégicos e o segundo PNA, apresenta áreas estratégicas, não havendo grandes diferenças entre os dois planos.

O segundo PNA manteve os pontos fracos decorrente da ausência de diagnóstico inicial, omissão de resultados ou metas esperadas e inexistência de dotação orçamental. Como pontos fortes, manteve-se a questão de promover a imagem externa de Portugal enquanto país, com uma agenda estabilizada na igualdade de género.

O terceiro PNA foi aprovado em 2019 e terminou o seu período em 2022 mas ainda se encontra em vigor porque várias áreas governativas envolvidas no desenvolvimento do plano estão ainda a trabalhar o quarto PNA, sob a liderança

do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Uma das coisas que se manteve é a questão das áreas estratégicas/objectivos estratégicos estarem alinhadas com os pilares da Resolução 1325: a participação, a prevenção e protecção, a questão de manter sempre a sociedade civil como um objectivo estratégico ou seja o envolvimento e a colaboração com as organizações da sociedade civil. O salto que se manteve no terceiro PNA foi a questão de Portugal incluir a agenda na sua acção externa.

Focalizando-se também naquilo que a Defesa Nacional tem feito na implementação desta agenda. O principal instrumento que a Defesa tem para apoiar a implementação desta agenda é o Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade, que é uma ferramenta fundamental que ajuda a alavancar todas as iniciativas neste âmbito.

O primeiro Plano Sectorial da Defesa assentava em quatro eixos nomeadamente, igualdade, conciliação, formação e duas específicas que são mulheres, paz e segurança. Porque o que se pretende com esse Plano Sectorial da Defesa Nacional para igualdade, abrange a questão da implementação da Resolução 1325 da agenda MPS e vai mais além, incorporado também aquilo que está nos PNA para a igualdade e não discriminação. O âmbito do Plano Sectorial da Defesa não é estrito à agenda MPS, é no sentido da igualdade e não discriminação e inclui um eixo específico para agenda MPS.

O objectivo estratégico do primeiro Plano Sectorial da Defesa Nacional era o acréscimo do comportamento de mulheres, que é importante. Em 2022 fez-se a revisão do plano, onde manteve-se os quatro eixos que já vinham do plano de 2019, considerando a importância do alargamento dos objectivos estratégicos para não estar apenas restritas aquilo que é o acréscimo de comportamento das mulheres.

Um dos objectivos estratégicos que é fundamental na implementação da agenda é a questão da institucionalização da perspectiva da integração do género, institucionalizar aquilo que são as boas práticas, pois só assim se conseguiria mudar a cultura da organização e a implementação de forma eficaz a agenda.

O Plano Sectorial da Defesa Nacional para a Igualdade que está em vigor de 2022 a 2025, segue o anterior de 2019-2021, mantendo os quatro eixos de acção, Igualdade, Conciliação, Formação e Agenda Mulher Paz e Segurança e complementa a implementação de um total de 47 medidas, que dentre elas destacam-se cinco medidas que se consideram relevantes e que trouxeram alguma inovação no plano de 2019.

Uma delas é a inclusão do conceito de diversidade no recrutamento e retenção nas Forças Armadas (FFAA), onde se procura identificar as barreiras no recrutamento, desenvolver critérios comuns e harmonização no âmbito da protecção da parentalidade de militares das FFAA, harmonização dos conteúdos que são ministrados em todos os cursos das FFAA e implementação das acções de sensibilização sobre assédio e não discriminação.

A existência de uma estrutura que acompanha a execução e faça avaliação do Plano Sectorial da Defesa Nacional é também fundamental. Existe um gabinete de igualdade que foi criado em 2020, que responde directamente ao Ministério da Defesa Nacional. Neste gabinete se implementou as figuras como assessores de géneros, no fundo são concelheiros de Chefes dos Ramos e de Chefes de Estados Maiores da Forças Armadas (CEMGFA) no âmbito da igualdade e da MPS. Tem também a equipa interdepartamental do Ministério da Defesa Nacional para igualdade, que tem representantes quer das FFAA, quer dos serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, e tem também o Instituto Social das FFAA e a Autoridade Marítima Nacional.

Dos objectivos que foram atingidos destaca-se a criação de Gabinete de Igualdade do Ministério da Defesa Nacional, criação de assessores de género do CEMGFA e de Chefes dos Ramos, criação da Unidade de Prevenção de Assédio (UPA), aprovação de Códigos de conduta, aumento de mulheres nas FFAA de 9% para 28%, inclusão de relações externas de Defesa e a criação de prémio de Defesa Nacional e Igualdade, que é o prémio que atribui e reconhece o mérito das entidades de Defesa que promovem projectos no âmbito da igualdade e não discriminação.

Quanto aos desafios destaca-se a falta de estruturas permanentes e pessoal técnico

qualificado para desempenhar essas funções a tempo inteiro, a falta de conhecimento sobre o tema e como este se relaciona com o desempenho das missões das FFAA.

Quanto às recomendações, é importante ter planos de acção ou directivas sectoriais com metas realistas de indicadores mensuráveis para indicadores desta agenda. Segundo, promover a participação de mulheres nas FFAA, onde deve haver rede de contactos e partilha de boas práticas.

No âmbito da Defesa da CPLP, pode se fazer um trabalho muito importante porque as dificuldades de cada Estado Membro serão diferentes. Muito importante é a questão da formação e treino, onde deve haver a formação em todas as unidades sobre o que é isso de igualdade e por último é muito importante que toda a recolha de informação seja feita com dados estatísticos desagregados por sexo.

II APRESENTAÇÃO

Dra. Leidy Creusa Cussomba | Directora Adjunta para a Política da Defesa | Angola



Figura 12: Dra. Leidy Creusa Cussomba realizando a sua apresentação

Em sua intervenção, a Dra. Leidy Creusa Cussomba começou por saudar aos participantes e agradecer pelo convite formulado. Relativamente a temática do seminário, incidiu a sua abordagem na experiência de Angola no sector da Defesa, nomeadamente aos Desafios à Implementação da Resolução 1325-2000 das

Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança para a Componente da Defesa na República de Angola.

Argumentou que nos dias de hoje, a igualdade entre as mulheres e homens é considerado em todo mundo, uma questão de direitos humanos, justiça social, alavanca para o alavancamento, ou seja é um exercício efectivo e pleno da cidadania.

Em Angola uma das principais estratégias políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens é a sua abordagem integrada e transversal em todas as áreas e sectores. As FFAA Angolanas constituem um importante vector de integração, emancipação e consolidação dos Direitos da mulher.

Além de tudo ainda existem culturas patriarcais profundamente enraizadas que tornam difícil para as mulheres participarem plenamente da vida política e económica. Para superar esses desafios, é necessário um compromisso forte por parte dos governos nacionais e da comunidade internacional.

Existem documentos pelos quais a comunidade internacional tem tentado promover a protecção das mulheres em conflitos armados e ou outros abusos, como é o caso da 4ª Convenção de Genebra de 1949, que é um dos principais instrumentos de protecção às vítimas de conflitos armados, que contém provisões relevantes para as mulheres, a que se consubstanciam a Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição também de 1949, Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, que entrou em vigor em 1981, Declaração da Assembleia Geral das Nações Unidas (1993) sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres e a Resolução 1325/2000 do Conselho de Segurança da ONU, chamada “Mulher, Paz e Segurança”.

Em Angola desde sempre as mulheres tiveram uma participação na vida militar, mas concretamente no processo da luta pela independência de Angola, onde algumas mulheres são consideradas com heroínas. A diversidade de género nas instituições militares tem melhorado a tomada de decisão e de resolução de problemas. As mulheres têm mostrado a sua capacidade única de entender certas dinâmicas sociais e culturais, permitindo que as forças militares actuem de

maneira mais eficaz e sensível em diversas situações.

Para que essa participação das mulheres se torne mais eficaz e efectiva no período pós-independência há necessidade de se promover a educação sobre a prevenção da violência sexual e de género, promover a igualdade de género nos órgãos de defesa, incentivar a educação sobre o papel das mulheres na construção da paz e na segurança, incentivar a participação das mulheres em todos os níveis do sistema educacional e incentivar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão.

Na República de Angola o processo de promoção das mulheres ainda está no seu início, porque ao longo do tempo a sociedade angolana do ponto de vista da defesa teve mais participação de homens. A presença das mulheres nas FFAA é crucial para garantir que as necessidades das mulheres em áreas de conflitos sejam tomadas em consideração.

A falta de recrutamento específico das mulheres para ingressar nas FFAA, a necessidade de mobilidade frequente, as demandas físicas nos serviços militares, podem criar alguma dificuldade para as mulheres que desejam formar uma família. A maternidade e a conciliação da vida profissional e pessoal, são desafios enfrentados pelas mulheres nas FFAA.

A estes desafios se consubstancia a cultura militar tradicional, muitas vezes caracterizada por uma mentalidade masculina dominante advogando taxativamente que as mulheres não servem para as FFAA, que pode perpetuar estereótipos de género e dificultar a inclusão plena das mulheres.

O executivo angolano reconhece as mulheres como actores essenciais em sectores para alcançar a paz e segurança, promovendo uma perspectiva de género mais participativa, igualitária e significativa das mulheres nos processos de construção de paz, na busca para alcançar igualdade do género.

Para tanto, o Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, se comprometeu e tem estado engajado em acções e programas para a integração, igualdade, oportunidades e promoção das mulheres para altos cargos de Direcção e Chefia no aparelho do Estado, nos cargos públicos e de liderança nos diferentes sectores da sociedade angolana.

É assim que, em 2017 foi aprovado o Decreto 143/17 que aprova o Plano de Acção da República de Angola para a implementação da agenda 1325. Embora esta agenda remonta desde 2000, só em 2017 a República de Angola aprovou este decreto e o seu Plano de Acção. Por força deste decreto muitas mulheres foram nomeadas a cargos de direcção e chefia tais como, governadoras, ministras. A data deste seminário, Angola tem como representante máxima das mulheres, uma Vice-Presidente da República e também a Presidente da Assembleia Nacional, onde as mulheres detêm uma representatividade de 50%.

O mesmo aconteceu no Ministério da Defesa quando houve fusão entre o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria e o Ministério da Defesa em 2021. Depois da fusão entre os dois ministérios, houve a necessidade de enquadrar o pessoal dos dois ministérios no Ministério da Defesa, dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, onde também houve a implementação da agenda 1325 na sua primeira fase, embora em número bastante reduzido.

A visão do executivo, encabeçado pelo Presidente da República de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço, para o período 2022-2027, é de que o país registará avanços significativos no empoderamento feminino de forma que as “mulheres angolanas” estarão em melhores condições para atingirem todo o seu potencial, num país que oferece igualdade de oportunidades e promove a igualdade de género.

O papel das mulheres militares e civis nas FFAA tem evoluído significativamente nas últimas décadas, com conquistas notáveis, desafios persistentes e avanços promissores. A igualdade de género e a inclusão plena das mulheres são essenciais para fortalecer as instituições militares e garantir uma defesa eficaz e equilibrada.

Embora ainda haja muito trabalho a ser feito, é importante reconhecer as contribuições e o potencial das mulheres no aparelho do executivo e não só. À medida que mais barreiras são quebradas, a sociedade se beneficia com a diversidade de habilidades, perspectivas e experiências que as mulheres trazem para o campo militar. O futuro das FFAA está se tornando cada vez mais inclusivo e equitativo, e as mulheres desempenharão um papel fundamental nesse processo de transformação.



Figura 13: Participante do seminário apresentando suas questões

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Participante 1: Capitã Marinela Américo

Pergunta 1: Sobre o plano e inexistência de orçamento, como é feito até agora a execução do orçamento?

Resposta 1: relativamente ao orçamento o que acontece quando é feito um plano de acção deveria vir com um orçamento dedicado. O orçamento vem do orçamento das unidades, o Plano Sectorial da Defesa tem várias medidas, se uma das medidas é o estudo das barreiras de recrutamento, o orçamento para desenvolver este estudo virá do Ministério da Defesa Nacional. O que não existe é o orçamento proveniente do Ministério da Defesa Nacional e o orçamento das unidades tem que ser gerido para as variadas missões. Não havendo o orçamento dedicado corre-se o risco de não haver o orçamento desejado para a execução das medidas implementadas.

Pergunta 2: Sobre o recrutamento, onde as academias foram concebidas para homens, olhando para os exercícios, como é que é feita a desigualdade, uma vez mesmos exercícios acabam beneficiando algumas mulheres?

Resposta 2: no princípio da igualdade é preciso tratar igual o que é diferente, onde as mulheres e os homens são fisicamente diferentes. As FFAA e as academias

devem pensar porquê que tem as provas físicas para entrar nas FFAA e nas academias e as provas físicas devem ser para avaliar as condições físicas dos militares, porque seja homem seja mulher vai ter que desempenhar mesma função.

Participante 2 - CMG Macedo Coutinho | Marinha de Guerra de Moçambique

Pergunta 3: Outra questão apresentada é, que na estrutura sobre o género aparece o gabinete do Ministro dentro dos ramos que são Pontos Focais, como é que é feito nas unidades operacionais onde há mulheres?

Resposta 3: Se as academias definirem o perfil do graduado, o oficial da infantaria tem que ter a força do braço suficiente para determinadas tarefas, isso é que tem que se garantir, isso reflecte quando se desenha as provas para uma determinada função. Algumas FFAA como americanas e canadianas as provas físicas não são de fazer flexões ou correr mas sim levantar cargas de munições, sendo tarefas que normalmente acontecem em combate.

Relativamente à estrutura de género, cada ramo das FFAA tem a sua estrutura do género e os seus próprios Pontos Focais em cada unidade, regimento e base. Todos os cursos dos militares em todas as categorias, praças, sargentos e oficiais desde que entra nas FFAA até ao final das suas carreiras, incluindo todos cursos de promoção, sejam incluídos nos respectivos questões relacionadas com a igualdade e a agenda MPS.

Participante 3: Subinspector Filipina Amélia Ramula

Pergunta 4: Sobre o recrutamento específico das mulheres em Angola, queria saber, o que é e como é feito?

Resposta 4: Ainda não existe recrutamento específico porque este recrutamento não tem acontecido com regularidade, ou com épocas próprias definidas. O recrutamento específico acontece quando há orçamento no sector da Defesa, infelizmente em Angola ainda não tem um orçamento direccionado às questões da mulher para agenda 1325. Todas as questões ligadas a mulher normalmente o orçamento é retirado no próprio orçamento do Ministério da Defesa ou do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA), o que não acontece com a

regularidade ou a periodicidade que devia acontecer.

Pergunta 5: A Homossexualidade está sendo aceite dentro das FFAA?

Resposta 2: Em África leva-se mais o aspecto cultural e em outras realidades como ocidentais está sendo normalizado, vai levar o seu tempo para a sua aceitação em África. Para o caso das FFAA apenas o que existe é a separação em mulheres e homens, sendo que temos casernas femininas e masculinas.

Participante 4: Dra. Maria Daul Uamusse | Universidade Eduardo Mondlane

Pergunta 6: Tem tido várias nomeações diferentes daquilo que se via no passado, onde várias mulheres têm se destacado nos departamentos, como é que essas nomeações são feitas e em que consistem? Qual é o plano e abordagem que se leva até chegar?

Resposta 6: Qualquer instituição tem critérios próprios para a nomeação, um dos principais critérios é estar preparado para ser nomeado. A formação e capacitação são critérios básico e principal. Para o caso dos militares isso tem a ver com a patente para se ocupar os cargos propostos.

SESSÃO PLENÁRIA | II PAINEL

I APRESENTAÇÃO

Coronel José Osni Dos Santos | Ministério da Defesa | Brasil



Figura 14: Coronel José Osni Dos Santos durante a sua apresentação

O Coronel José Osni Dos Santos começou a sua intervenção saudando as distintas autoridades participantes do XXVIII SIPE do CAE/CPLP. Agradeceu pela oportunidade que lhe foi concedida para participar deste evento para discutir um tema relevante e actual, incidindo a sua abordagem a realidade brasileira na Implementação da Resolução 1325 (2000) das Nações Unidas sobre Mulheres, Paz e Segurança para a Componente, nomeadamente as acções do Ministério da Defesa na participação brasileira em operações de paz, visando identificar contributos para superar os desafios à implementação da resolução 1325 das Nações Unidas sobre mulheres, paz e segurança.

Relativamente a temática do seminário, o Coronel José Osni Dos Santos, fez menção a CMG Márcia, oficial da Marinha brasileira, que em 2018 recebeu o prémio “Defensora de Género Militar das Nações Unidas”, após a sua participação na Missão de Estabilização Multidimensional Integrada das Nações Unidas na República Centro Africana.

Seguidamente passou um áudio da Comandante Márcia, no qual ressalta que “o trabalho da mulher junto com a população local cria uma melhor interacção, tonando fácil a colecta de informações e a conexão não só com as mulheres mas com os homens também, visto que as mulheres são mais acolhedoras e inspiram mais confiança na população”.

Quanto ao histórico da participação brasileira nas missões das Nações Unidas, a primeira participação em 1957, com o Batalhão de Suez, e posteriormente a participação na República Democrática do Congo em 1960. Seguindo-se a participação na República Dominicana em 1965, participação em Moçambique em 1994, em Angola em 1995, em Timor-Leste em 1999, no Haiti em 2004, e posteriormente a participação no Líbano a partir de 2011 que é uma participação que continua em execução. Assim, a participação brasileira nas missões das Nações Unidas se caracteriza como um processo contínuo iniciado há 66 anos, envolvendo cerca de 55 participantes militares e civis.

Entre 2003 e 2022 se registou um número crescente de participação das mulheres uniformizadas nas diversas missões que o Brasil fez parte, passando pela participação em Timor-Leste e Haiti. A criação do Plano Nacional de Acção (PNA) em 2017 constituiu um marco diferencial para alavancar esta participação

e tem sido um processo contínuo onde o Brasil tem buscado essa ampliação. Actualmente do efectivo brasileiro participante em várias missões das Nações Unidas, 17 são do segmento feminino, conforme mostra a figura abaixo:



Figura 15: Participação brasileira nas missões das Nações Unidas

A participação das militares brasileiras é igualmente notória na sede das Nações Unidas em Novo Iorque, onde em um total de 11 militares brasileiros, 4 são mulheres, com destaque para a já referenciada Comandante Márcia, Tenente-coronel do Exército Ivana Marco, que ocupa uma função que trata da proteção e prevenção de abuso sexual em um dos órgãos da Organização das Nações Unidas (ONU), e recentemente a Capitã-de-Mar-e-Guerra médica Daniela Nogueira que ocupa uma função dentro de um órgão da ONU que trata da saúde ocupacional.

As acções práticas do PNA sob a perspectiva militar e policial no Brasil tem buscado incrementar a participação das mulheres brasileiras nas diversas missões de paz da ONU, não somente nos cargos de assessores mas também nos cargos e funções de liderança. O Brasil como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU mantém este foco e orienta a maior participação do segmento feminino entre as 7 prioridades que foram estabelecidas, ou seja, caracteriza e materializa o avanço da Agenda MPS, como aplicação prática na manutenção da paz e no combate ao abuso e a exploração sexual, componentes-chave do PNA.

Relativamente aos pilares estabelecidos pela resolução 1325 nomeadamente o 1º pilar que versa sobre a participação das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão, ressalta-se a Contra-Almirante (Médica) Dalva Mendes, primeira mulher

a ser Oficial General das FFAA brasileiras assim como a Major-brigadeiro (Médica) Carla Lyrio.

O 1º pilar avança outros campos, como é o caso da ampliação ao acesso às oportunidades de carreira militar, de tal forma que em 1992 foi matriculada a primeira turma de 49 mulheres na Escola de Administração do Exército; posteriormente em 1997 o acesso do segmento feminino no Instituto Militar de Engenharia; em 2017 as primeiras mulheres cadetes a ingressarem na Academia Militar das Agulhas Negras, linha de ensino militar bélico; e actualmente as mulheres alcançaram o posto de Coronel e participam de cursos na Escola de Comando e Estado-maior do Exército, denotando assim a possibilidade de ascenderem ao posto de Oficiais-Generais.

Ressalta-se ainda neste quesito a formação, em 2021, de oito cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, no Curso Básico Paraquedista, que é um curso operacional que exige um pouco mais de esforço físico, determinação e força de vontade.

Estas oportunidades não se restringem ao nível hierárquico de Oficiais, abrangendo igualmente a formação de Sargentos, como a título exemplificativo a Sargento Xavier, primeira mulher a concluir o Curso de Operações na Selva, um curso que exige uma diferenciada capacidade de resistência aos esforços físicos, tendo também concluído o Curso Básico de Paraquedista e desempenha a função de instrutora no Centro de Formação Curso de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus. Com isso se evidencia que a participação do segmento feminino abrange as áreas operacionais, administrativas e logísticas.

Adicionalmente, Brasil conta actualmente com a participação efectiva de mulheres em outras funções tais como assessoras do género e assuntos civis, como é o caso da (i) Capitã Luciana Moreira que se encontra no Congo, e se projecta como uma ferramenta para a divulgação da agenda da participação efectiva das mulheres; (ii) participação da Capitão-de-Fragata Carla Daniel na República Centro Africana, nas missões de contacto mais próximo com a população civil para procurar entender sobre os problemas locais, premiada com o prémio “Defensora de Género Militar das Nações Unidas” em 2019 (Figura 2).



Cabe destacar também a participação da Major Letícia Lese no Congo; Major Gabriela no Sudão que monitorou acordos e as negociações de cessar-fogo na região de Darfur, oeste sudanês; Tenente-Coronel Lislaine Link no Malí, responsável pela logística alimentar dos contingentes militares e policiais, sendo a única brasileira destacada nessa missão. Na área da tecnologia destaca-se a participação da Major (Engenheira Militar) Nina na Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO), como pesquisadora na área geoespacial, com foco em mapeamento em tempo real e no uso de drones, aprimorando actividades de inteligência, vigilância e reconhecimento.

A Estratégia de Paridade de Género da ONU 2018-2028 possui índices a serem atingidos no que concerne a participação do segmento feminino nas FFAA, assim como na Polícia. Graças ao empenho do Ministério da Defesa em coordenação com as forças singulares e com apoio das instituições militares, nestes últimos dois anos, Brasil, conseguiu atingir e até superar os percentuais da participação das mulheres nas diversas missões que faz parte.

Quanto ao 2º, formação e treino do pessoal militar e civil que participa nos processos de paz, a formação não está ligada apenas ao aspecto quantitativo mas também qualitativo, dessa forma, o Brasil, através do seu Centro de Operações de Paz do Exército promove esse treinamento através de cursos e estágios, tais como o “Estágio de Preparação de Jornalistas e Assessores de Imprensa para Áreas de Conflito” e o “Estágio Sectorial de Preparação Específica de Militares do

Segmento Feminino para Operações de Paz”, esse último que é um estágio específico para mulheres destinado para futuras missões de paz.

A Marinha também possui um Centro de Operações de Paz de Carácter Naval. Assim sendo, a sinergia desses dois Centros de Operações de Paz irá proporcionar uma resultante que é a preparação dos efectivos que estarão em condições de participar das missões de paz. Importa referir que os estágios oferecidos por estes centros estão abertos para participação de mulheres no âmbito internacional, denotando com isso o intercâmbio que o Brasil tanto valoriza para que se possa seguir com o processo de aquisição de conhecimentos.

Mais uma actividade promovida com a participação de mulheres foi o Exercício Internacional Viking, onde foram destacadas militares brasileiras do Exército e Força Aérea, num total de 17 mulheres que participaram do Exercício, agregando assim conhecimento para futuras missões de paz.

Fora a promoção de cursos e estágios, o Brasil tem participado de seminários, conferências e reuniões em Associações de Centros de Treinamentos de Operações de Paz, como a título exemplificativo a participação do Ministério da Defesa na Conferência Internacional “Fortalecimento do Papel das Mulheres em Operações de Paz, entre 16 a 18 de junho de 2022, em Alaanbaatar-Mongolia; participação na 27ª Conferência da Associação Internacional de Centros de Manutenção de Paz (IAPTC), realizada entre 6 a 10 de novembro de 2023, em Nairobi-Quênia e; e participação na 15ª Reunião Plenária da Associação Latino-Americana de Centros de Treinamento para Operações de Paz (ALCOPAZ), dedicado ao tema Mulheres em Operações de Paz, entre 28 de novembro a 1 de dezembro, em Salvador-Brasil.

Relativamente ao 3º pilar, atinente a prevenção contra a violência sexual e à promoção dos direitos das mulheres, o Brasil possui uma administração interna que trata deste assunto.

Finalizando, o Coronel Jose Osni Dos Santo argumentou que as FFAA brasileiras têm conseguido atingir as metas anuais da presença feminina nas missões de paz da ONU e tem procurado até mesmo superar essas metas, e isso tem proporcionado a ampliação da participação feminina em seus quadros.



Figura 17: CMG Ana Luiza Leonel de Souza realizando a sua apresentação

A CMG Ana Luiza Leonel de Souza iniciou a sua apresentação abordando sobre o Plano Nacional de Acção Brasileiro assinado em 2017 em reconhecimento a importância da agenda para as actividades de manutenção da paz e segurança internacional.

O PNA brasileiro foi elaborado contemplando 4 pontos nomeadamente: (1) Participação, (2) Prevenção e Protecção; (3) Consolidação da paz e cooperação humanitária e; (4) Aprofundamento, sensibilização e engajamento. Para cada um desses 4 pilares foram definidos objectivos que deveriam ser alcançados por organismos governamentais brasileiros, incluindo as FFAA.

No pilar participação, foram estabelecidos objectivos exclusivamente para marinha de guerra do Brasil, com o propósito de ampliar a participação de mulheres em operações de paz, dos quais se destaca (i) Ampliação do acesso a carreira; (ii) Capacitação; (iii) Instalações logísticas; (iv) Incentivo ao voluntariado na promoção de MPS; (v) Intercâmbio de experiências de boas práticas e; (vi) Diagnóstico sobre os principais desafios.

No que tange ao objectivo de ampliar o acesso a carreira, a trajectória da mulher na marinha do Brasil começou em 1980 com a criação do corpo auxiliar na reserva da marinha que permitiu o acesso de oficiais e praças. Após a década 1980, já começaram ingressos em diversos corpos e quadros, tendo sido nomeados durante essa trajectória 3 oficiais generais.

Outro exemplo importante para o ingresso na marinha para toda essa trajetória da mulher, foi o ingresso das mulheres nas escolas de aprendizes de marinheiros, e a realização este ano (2023) de concurso para soldado fuzileiro naval. Com isso a marinha hoje permite o ingresso em todo corpo e quadro, contando com um efectivo de quase 8.200 mulheres, correspondente a 11.4% do efectivo total.

Considerando a trajetória gradual, para além de êxitos, em que a marinha se consagrou pioneira na actuação em diversos corpos e quadros, antes da elaboração do PNA a marinha brasileira contribuía em projectos de cooperação, como a título exemplificativo a cooperação para o enfrentamento da violência sexual em recém ingressos, militares que actuaram nas missões de Costa de Marfim e Haiti. Essas militares eram desdobradas para participar em actividades específicas como compor patrulhas, intérpretes, visando uma participação maior com as mulheres da população local e também o oferecimento de serviços médicos para essas populações.

Uma importante actividade que foi implementada que alavancou a agenda no âmbito da marinha foi a criação do Centro de Operações de Paz de carácter Naval em 2008. Hoje esse centro é um dos 78 centros que dão a certificação com reconhecimento da ONU e Brasil é um dos 60 países que contribui com esse tipo de capacitação. Atualmente, o centro oferece mais de 10 cursos para a capacitação individual e de contingente, sendo 2 desses cursos exclusivos para a capacitação de mulheres.

O estágio de operações de paz para mulheres foi implementado em 2018 com a participação de militares de todas as forças. Em 2022 foi criada a versão internacional (COP Paz Nav 22), que dá oportunidade de intercâmbio com mulheres de outras nacionalidades. É importante destacar que este curso é realizado em duas etapas e foi criado com o objectivo de incentivar a participação das mulheres nas missões de paz e missões correlatas.

A primeira etapa consiste em instruir as mulheres em relação a toda estrutura da ONU, sobre actividades realizadas nas operações e questões conceptuais. A segunda etapa, tem uma visão mais prática na qual as mulheres têm a oportunidade de ter aulas em relação aos primeiros socorros, patrulhas, revistas de pessoal,

partilha de experiências com militares que tiveram experiências em diversas operações e conhecer os desafios.

Estas *nuances* foram muito importantes para a implementação da agenda tendo dobrado a base de dados das mulheres prontas a ser empenhadas em decorrência desse trabalho que foi realizado. Sendo que duas militares da marinha foram gratificados com o Prémio Defensora Militar de Igualdade de Género da ONU pela ONU (Maria Braga e Carla Araújo) em reconhecimento de seu trabalho na missão da ONU na República Centro Africana em 2019 e 2020.

Uma outra experiência foi a criação da equipe móvel do treinamento do género em 2022. Destaca-se também a capacitação da actuação de mulheres em operações pilotos de engajamento, sendo que actualmente conta-se com 72 militares.

Em 2023 a Marinha iniciou, semestralmente, o treinamento de força de reacção rápida (Maio/Outubro de 2023) para manter em prontidão para as missões de paz da ONU. Com esse treinamento conseguiu-se ampliar a consciência, disseminação da agenda da participação da mulher e dar oportunidade para as mulheres vivenciarem um tema tático e o que seria a aplicação de um trabalho de uma Força de Reacção Rápida em campo. Ainda em 2023 foi criado o 1º laboratório de Operações de Paz onde a Marinha tem a oportunidade de interagir com diversos estudantes, professores universitários para a partilha de suas experiências.

Outrossim, destaca-se as diversas participações das mulheres na FTM-UNIFIL desempenhando várias tarefas nomeadamente (i) Ponto focal de género; (ii) Assessoria jurídica ao comandante da FTM-UNIFIL; (iii) Condução de processos atinentes as possíveis denúncias de abusos e exploração sexual e; (iv) Serviços médicos e odontológicos, revista de mulheres e crianças (resgate e salvamento). Como lições aprendidas ressalta-se o facto das missões de paz serem diferentes e, por conseguinte, exigem uma capacitação contínua.

Dentre os principais desafios ressalta-se (i) Restrições orçamentais; (ii) Aspectos culturais relacionados ao papel da mulher e; (iii) Capacitação contínua.

Relativamente as barreiras sobre a participação da mulher nas Operações de Paz é preciso fazer entender que as mulheres não são apenas um número, mas estão para

cumprir metas relacionadas a paridade de género e sua participação tem de ser vista como meio de agregar valor para o alcance dos objectivos da paz.

Finalizando, a agenda não deve ser subestimada como apenas uma questão das mulheres ou dos países que enfrentam conflitos, a responsabilidade pela execução da agenda MPS é de todos nós, é nossa, devemos actuar pelas vítimas. Com efeito, as mulheres não são apenas vítimas, são agentes de mudança. É preciso ter comprometimento, determinação e persistência para o sucesso dessa agenda, essa é a nossa busca.



Figura 18: Dra. Rosa Maria de Lurdes Zaquau (a direita) e Dra. Melanie de Aguiar Cipriano (a esquerda)

A Dra. Rosa Maria de Lurdes Zaquau iniciou a sua intervenção agradecendo pelo convite formulado através do Director do CAE/CPLP e enalteceu os trabalhos que veem sendo desenvolvidos pelo Centro.

Relativamente ao tema do seminário argumentou que a Constituição da República de Moçambique reconhece a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural (artigo 35º e 36º).

Moçambique é consignatário de vários instrumentos internacionais da igualdade de género, de protecção e defesa dos direitos das mulheres e da área do género designadamente a Convenção sobre a eliminação de todas formas de discriminação contra as mulheres da Agenda 2030 da ONU; Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Protocolo da SADC sobre Género e

Desenvolvimento; da Resolução 1325 do CSNU, e outros).

Para operacionalização e implementação da AMPS, como Estado-membro, que se comprometeu e reafirmou o apoio a Resolução 1325 do CSNU, o governo criou um quadro político legal, que estabelece linha de orientação que permita a implementação das acções para elevar o estatuto da mulher, a igualdade de género e prevenção da violência baseada no género em contexto de conflito e pós-conflito.

Para a operacionalização dos instrumentos internacional e nacional o governo moçambicano aprovou a Política de Género e Estratégias para sua Implementação (PGEI), através da Resolução nº 19 de 15 de Maio de 2006, revisto em 2018, através da Resolução do nº36/2818 de 12 de Outubro, que consubstanciam o primado dos artigos 35º e 36º da Constituição da República de Moçambique de 2004, que estabelece que homens e mulheres são iguais perante a lei e gozam dos mesmos direitos e oportunidades em todos domínios.

A PGEI, têm como objectivos (i) promover a igualdade e equidade do género em todos os sectores e; (ii) promover o respeito pelos direitos humanos e inclusão das mulheres no desenvolvimento do país, assim como na luta pela eliminação de todas as formas de discriminação com base no sexo (Ministério do Género, Criança e Acção Social -MGCAS, 2006; MGCAS, 2018).

A PGEI, apresenta 9 eixos de intervenção. O eixo 7 (Mediação de Conflitos e Consolidação da Paz) apresenta várias acções a serem implementadas de entre elas Ó (i) Garantir a inclusão, acesso e permanência de mulheres nas Forças de Defesa e Segurança (FDS), (ii) a igualdade de oportunidades na progressão da carreira e em escalões superiores; (iii) Incluir mulheres em processos de paz e resolução de conflitos, (iv) Garantir a protecção; e (v) Atendimento às necessidades das mulheres combatentes e civis durante e pós-conflito armado.

A Resolução 1325 orienta aos Estados Membros para elaboração dos PNA. Foi nesta sequência que o Governo aprovou o 1º Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher – PNAM (2018-2024). Neste âmbito, que foram elaborados sucessivos PNAM, estando atualmente no 4º PNAM, que promove a emancipação e o empoderamento da mulher, participação da mulher na esfera

económica, social e política e, têm em conta as áreas de intervenção emanadas na política do género, em especial o domínio da defesa, que orienta o sector para o incremento de 10% anuais de participação de mulheres à todos níveis até 2024.

O PNAM é composto por 8 áreas de intervenção, entre elas a área de intervenção sobre MPS, que orienta a elaboração, implementação e monitoria do Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança (PNAMPS).

Foi nesta sequência que em 2018 o Conselho de Ministros aprovou o PNAMPS (2018-2023), um Plano que também está direccionado em especial o sector de defesa e segurança. Este instrumento orienta a integração da perspectiva do género em todas as acções e estratégias de prevenção, gestão de conflitos, promoção de maior recrutamento, retenção e maior participação das mulheres nos órgãos da defesa, nos órgãos de tomada de decisões e nos processos de paz e segurança. Um Plano que tem o seu enquadramento no Plano Quinquenal do Governo (PQG).

O PNAMPS (2018-2022) apresenta os seguintes indicadores: percentagens de mulheres nos processos de diálogo político; percentagens de mulheres nas FDS e nos cargos de direcção e chefia, (civis e militares); revisão de políticas de defesa segurança para integrar a perspectiva do género; incorporação da temática de género nos currículos de formação nas escolas de polícia, militares e justiça e, estabelecimento de um quadro jurídico que estabelece quotas de pelo menos 30% para o recrutamento, ingresso e formação de mulheres no sector da defesa.

Com este quadro político legal, em Moçambique estão criadas todas condições para implementação dos instrumentos adoptados e ratificados pelo governo incluindo a Resolução 1325 de CSNU (2000). Deste modo, cabe o sector da defesa incluir nas suas políticas, planos, programas e estratégias institucionais as abordagens do género.

O processo de institucionalização do género permite uma inclusão nos projectos, nas políticas, programas, planos e estratégias as abordagens de género. Estas abordagens vão reflectir nas mulheres e nos homens, tornando as FFAA uma instituição democrática que irá contribuir para mudanças de paradigmas e acabar com os preconceitos que discriminam a mulher, com os estereótipos de género

que masculinizam o “sector da defesa” e as percepções de género que feminizam os assuntos de género, contribuindo para maior participação das mulheres e eliminar a discriminação e as desigualdades de género à todos níveis. Pois, conforme Carreira (2021) argumenta:

“A integração de políticas de género e planos nacionais de acção, vem a persuadir as organizações militar a usar uma abordagem transformativa de género, que orienta na aprovação de estratégias que vão modificar as normas sociais subjacentes para buscar novas dinâmicas e estruturas de poder, que permita integrar a igualdade e a perspectiva de género na organização”.

A participação das mulheres nas áreas políticas, económicas e sociais, tem merecido maior discussão na actualidade em Moçambique e em especial nas FFAA, constituindo uma grande preocupação pelo facto do sector da defesa não aceitar com normalidade a participação das mulheres, contestando as suas capacidades, considerando-as incapazes de exercer com eficiência tarefas e funções desta área e eficácia, por serem consideradas como sexo fraco.

Com efeito, a mulher sempre teve a participação nas FFAA desde o tempo da luta armada de libertação nacional, embora com os condicionalismos impostos, onde por iniciativa própria assumiram um papel importante na luta de libertação nacional, não obstante, nas suas tarefas auxiliares, como da saúde, operação de rádio, assistência das crianças nas zonas libertadas e alimentar os combates, a mulher fez-se presente lado a lado com o homem, embora com a proibição na linha da frente (Pachenuapa et all, 2017).

Ainda conforme o autor (*Ibid*) a dificuldade de conciliação dos papéis adequados entre homens e mulheres compromete a integração feminina em todas as FFAA, argumentos desqualificadores que articulam com aspectos para acentuar falsas incapacidades, tais como: pouca força física, gravidez e emoção exacerbada, indicam uma coesão comumente utilizada para reforçar a dinâmica da marginalização e exclusão feminina em determinados postos e funções nas FFAA, em especial a de combater, merecem especial enfoque.

Durante o período de 2021, o recenseamento militar obrigatório teve uma participação de cerca de 34% da componente feminina que completaram 18 anos

de idade, um número considerado não satisfatório, e no mesmo período houve incorporação de mulheres em cerca 10.75%, tendo havido uma ligeira subida de mais 3% em relação a 2020.

Ainda o sector da defesa, destaca-se a promoção, pela primeira vez na história de Moçambique e das FFAA de um Oficial-general do sexo feminino, nomeadamente a Comodoro a Sidónia Massangaie, Chefe do Departamento de Saúde das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM).



Figura 19: Comodoro Sidónia Fiosse Massangaie – Primeira Oficial-general em Moçambique

A Resolução 1325 do CSNU trouxe uma contribuição na dinâmica internacional a favor das questões de género, esta resolução é um sucesso para o entendimento e orientação das questões de género nos processos de resolução de conflitos e participação da mulher, vem evidenciar a vulnerabilidade das mulheres e meninas em conflito violento e identifica a violência sexual como instrumento de arma de guerra.

Este instrumento coloca as mulheres como pessoas envolvidas neste processo e protagonistas na implementação do mesmo e não apenas como pessoas que esperam de oportunidades e de protecção, contribuindo significativamente para avanços na participação das mulheres em processos de negociações e acordos de paz de forma directa e inclusão de mulheres no Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR).

Os esforços levados a cabo para a implementação da Resolução 1325 conduziu o sector da defesa a enfrentar vários desafios, entre os quais a integração de abordagens de género na planificação institucional através de Políticas de Género e PNA, nos Projectos, Programas e Planos e a estipulação de quotas em percentagens progressivas para o ingresso de mulheres nas FFAA, segundo a recomendação da SADC aumentar 30% de participação de mulheres nas FFAA.

Quanto a progressão na carreira militar por mulheres o sector de defesa ainda enfrenta problemas que se consubstanciam na restrição da participação das mulheres que escolheram seguir a carreira militar, havendo uma necessidade de promover e integrar o maior número de militares do sexo feminino e progressão na carreira (nas classes de oficiais e oficiais superiores).

Constituem-se também desafios a (i) alocação de um orçamento na óptica do género através do orçamento do estado e todos aspectos logísticos para implementação de acções de género, tendo em conta a especificidade de homens e de mulheres; (ii) Reabilitação e construção de infra-estruturas adequadas para aquartelamento de mulheres; (iii) Busca de sinergias e troca de experiências com os sectores de defesa ao nível da CPLP, da Região da SADC e da União Africana para integração da perspectiva de género e sistemas de reforma no sector da defesa.

O sector da defesa deve ter abertura para *lobbying* e advocacia junto dos parceiros de cooperação como a ONU-Mulheres Moçambique, para apoiar na implementação da Resolução 1325 e outras resoluções subsequentes; e nomear mulheres para o exercício de cargos de tomada de decisão nos organismos internacionais de apoio à construção e manutenção de Paz.

Para uma melhor organização e coordenação o sector da defesa deve ter uma abertura para formação de rede de mulheres construtoras de paz, no sector da defesa; criação da unidade de género e elaborar estratégia de género do sector da defesa, planos específicos em todos ramos das FFAA, e a criação de um sistema de coordenação para implementar a AMPS.

Em Moçambique estão criadas condições favoráveis para a implementação da Resolução 1325 e dos demais instrumentos adoptados e ratificados pelo governo,

com a elaboração aprovação de Políticas e PNA que orientam todos sectores, cabendo deste modo, ao sector da defesa integrar a perspectiva do género, nas políticas, nos programas e nos planos institucionais as abordagens do género.

Com a Resolução 1325 do CSNU e as resoluções subsequentes vai se aumentar a valorização das mulheres e a sua participação no desenvolvimento sócio-económico, na integração da perspectiva do género e a responsabilização do sector da defesa pela sua operacionalização através da criação de planos, programas e estratégias do sector da defesa, tornar os desafios em acções a serem implementadas no sector.

SESSÃO DE DEBATE

PERGUNTAS E RESPOSTAS

Participante 1: Dra. Melanie de Aguiar Cipriano | Universidade Joaquim Chissano | Moçambique

Pergunta 1: Existem dados estatísticos sobre a representatividade das mulheres nas missões diplomáticas como adidos de defesa?

Resposta 1: No que diz respeito às missões de paz, os dados estatísticos que o Brasil apresenta demonstram que estão a alcançar o previsto pela Estratégia de Paridade de Género da ONU. Concretamente em relação a participação das mulheres em missões diplomáticas como adidos de defesa, o Brasil ainda não materializou a participação do segmento feminino nesta função, mas já se vislumbra que num futuro próximo terão as primeiras mulheres brasileiras nestas funções, uma vez que os requisitos para se poder ocupar essas funções já estão disponibilizados para as mulheres, é o caso dos Cursos de Comando e Estado-Maior que são realizados no Exército, Força Aérea e Marinha, cada um com suas características.

Participante 2: Capitã Laura Jaime

Pergunta 2: A mulher africana foi concebida para ir ao lar e não a guerra, a nossa discussão é em torno da equidade, género ou igualdade?

Resposta 1: A Equidade de Género - reconhece que os indivíduos são diferentes entre si e, portanto, merecem tratamento diferenciado, mas que elimine ou reduza a desigualdade. A equidade de género implica uma série de acções que procura dar um tratamento justo para mulheres e homens. Apesar de a equidade poder ser um meio para alcançar a igualdade, estes conceitos não são sinónimos.

Participante 3: CMG Macedo Coutinho | Marinha de Guerra | Moçambique

Pergunta 3: Qual é o nível actual das mulheres nas FFAA? Qual é o desafio actual em aumentar 30% das mulheres nas FFAA? Qual será o impacto e condições?

Resposta 2: As acções estratégicas apresentadas consubstanciam linhas de orientação a ter em conta na elaboração de planos, programas e estratégias de desenvolvimento nacional, sectoriais e multisectoriais, das diversas instituições públicas, privadas e da sociedade civil do País e que a questão da paridade do género nas FFAA está muito longe de ser alcançada. A implementação da Política de Género e Estratégia da sua implementação, requer recursos financeiros, materiais e humanos adequados, compromisso das lideranças, mecanismos institucionais, instrumentos de planificação e monitoria integrados nos sistemas existentes.

Participante 4: Dr^a. Maria Uamusse | Universidade Eduardo Mondlane

Pergunta 4: Embora tenhamos vários desafios, o que está sendo feito para aplicação do Plano Nacional de Acção em várias instituições?

Resposta 4: A Política de Género é operacionalizada pelo PNAM que define, as acções, os resultados esperados, os indicadores e as metas a serem alcançadas. O PNAM orienta os planos e estratégias sectoriais. Cada sector é responsável por introduzir nos seus planos estratégicos e PES a dimensão de género, incluindo os objectivos, acções, indicadores e metas de género. A avaliação da Política do Género e Estratégia da sua Implementação será assegurada através de análise de planos, programas, projectos, estratégias e actividades deles decorrentes, estudos, pesquisas e avaliações específicas com a finalidade de verificar o cumprimento dos princípios e metas.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda | Director do CAE/CPLP



Figura 20: Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda realizando o encerramento da palestra

Em sua intervenção, o Director do CAE/CPLP manifestou grande entusiasmo e satisfação pela participação dos convidados no XXVIII SIPE, cuja reflexão sobre a temática do mesmo só enriquece a comunidade da CPLP e a Componente da Defesa. Agradeceu aos participantes e oradores pela colaboração com o CAE/CPLP.

I PALESTRA

CONTRIBUTO DA MISSÃO DE TREINO DA UNIÃO EUROPEIA (EUTM) PARA A DEFESA E SEGURANÇA DE MOÇAMBIQUE

Organizada pelo CAE/CPLP com a parceria da Missão de Treino da União Europeia em Moçambique (EUTM-MOZ), a palestra sobre o Contributo da Missão e Treino Da União Europeia (EUTM) para a Defesa e Segurança de Moçambique, realizou-se, em formato híbrido, em 26 de julho de 2023, proferida pelo Comandante da EUTM-MOZ, Comodoro Rogério Martins de Brito e moderada pelo Director do CAE/CPLP, Coronel Tirocinado Armindo Sá Miranda.

A palestra contou com a participação de Altas Entidades de Instituições de Defesa e Segurança, Diplomatas, Adidos de Defesa da CPLP acreditados em Moçambique, Académicos, Sociedade Civil, Órgãos de Comunicação Social entre outros convidados interessados na temática.

SESSÃO DE ABERTURA

Major Humberto Macaringue | Chefe de Gabinete de Documentação e Divulgação |CAE/CPLP



Figura 21: Major Humberto Macaringue, Chefe de Gabinete de Documentação e Divulgação (CAE/CPLP), dando boas-vindas aos convidados

Em nome do Director do CAE/CPLP, da sua Equipe de Apoio, e em seu pessoal, o Chefe do Gabinete de Documentação e Divulgação, Major Humberto Macaringue, endereçou calorosas saudações a todos participantes pela via telemática e aos presentes no “Espaço CPLP”, um espaço multidisciplinar em torno dos objectivos da CPLP, concebido para ser o ponto forte da CPLP em Moçambique, nomeadamente ao que prevê a cooperação em todos os domínios, permitindo a reflexão de temas transversais às componentes de cooperação e reuniões de seus integrantes, reuniões dos Grupos CPLP, aumento da visibilidade da CPLP, incremento da relação com os países Observadores Associados com representações diplomáticas em Moçambique, contribuindo para o alcance dos objectivos do CAE/CPLP.

Ressaltou que aquando da criação da CPLP, em 1996, não se previa a Componente Defesa enquanto domínio de cooperação, tendo esta sido instituída dois anos mais

tarde, nomeadamente em 1998.

Na 1ª Reunião Ministerial, realizada no mesmo ano, os Ministros da Defesa Nacional da CPLP reconheceram a Cooperação Técnico-Militar que vinha sendo desenvolvida a nível bilateral entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), constituindo-se uma vertente primordial da relação fraterna que se vem renovando e fortalecendo entre os respectivos países. Para tanto, decidiram enveredar por uma nova fase desta cooperação, alargando-a, em determinados domínios, a um novo conceito de globalização.

Neste sentido, foram identificadas novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante, nomeadamente, entre outras, (i) A preparação e treino de unidades militares adequadas para participação em operações humanitárias e de manutenção de paz; (ii) A criação e sustentação de estabelecimentos de ensino militar para utilização comum; (iii) O estabelecimento de ciclos de conferências anuais sobre Defesa e Segurança e; (iv) A criação de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo e Núcleos Nacionais em cada Estado Membro, fomentando-se, deste modo, uma maior conscientização dos assuntos e matérias nestes domínios.

Na 5ª Reunião dos Ministros da Defesa Nacional da CPLP, realizada entre 27 e 28 de Maio de 2002, em Lisboa, foi aprovado o Estatuto do CAE/CPLP, que viria a ser inaugurado em 28 de Novembro de 2003, pelo então Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, fomentando-se assim um fórum de debate multilateral em torno de questões estratégicas atinentes à Componente de Defesa da CPLP, com o intuito de promover uma maior e cada vez mais melhor Cooperação de Defesa na CPLP.

Ressaltou ainda que num contexto em que se celebra 25 anos de Cooperação de Defesa da CPLP e 20 Anos da criação do CAE/CPLP, que passou de uma (i) fase de construção, marcada pelo multilateralismo efectivo, (ii) Fase de consolidação, marcada pelo multilateralismo discreto, e que se caminha a passos largos para a (iii) fase de expansão e reforço, ressaltando-se neste período a criação, entre outros, do Protocolo de Defesa, da Identidade de Defesa, da Estratégia do Mar da CPLP, do Mecanismo de Acção em Situações de Catástrofes, da Célula de

Cooperação Civil Militar (CIMIC), do Fórum de Saúde Militar e da Conferência das Marinhas, enquanto principais instrumentos e fóruns de concertação multilaterais privilegiados de natureza específica da Componente de Defesa, somos todos convidados a reflectir naquilo que se pretende que a Cooperação de Defesa da CPLP seja no futuro, nomeadamente nos próximos 25 anos.

Pois, o tema que se trouxe à debate, envolvendo dois Estados Membros da CPLP, decorre das novas tipologias de ameaças à segurança nacional, nomeadamente a ameaça terrorista em Moçambique, por um lado, e, por outro, no contexto dos mecanismos de segurança colectiva de que Portugal faz parte.

Se por um lado este tema evidencia a vulnerabilidade dos Estados Membros as novas ameaças à segurança nacional, num contexto em que apresentam múltiplos desafios domésticos, a que se associa suas realidades distintas e complexas, que influenciam na definição de prioridades no processo de tomada de decisões, a que se consubstancia o carácter cada vez mais volátil, imprevisível, complexo e desafiador da conjuntura securitária regional e internacional, com impacto nos espaços onde se inserem geopoliticamente, com realce ao Atlântico Sul, enquanto principal entorno estratégico da CPLP, onde se localizam seis (6) dos seus nove (9) Estados Membros. Por outro lado, evidencia o papel inequívoco dos Estados Membros para a paz e segurança internacionais, algo digno de se registar com muito orgulho e satisfação, e de potenciar e capitalizar essas valências em benefício de todos Estados Membros.

Neste sentido, embora a arquitectura de Defesa e Segurança da CPLP não prevê a intervenção militar nos Estados Membros, num contexto de expansão e reforço da CPLP, urge a necessidade de se pensar estrategicamente, nomeadamente olhar para o passado com orgulho e com base nas lições apreendidas construir o presente, com olhos postos sempre no futuro.

Fato que, com base nos desafios securitários dos Estados Membros, demanda a necessidade de se reflectir sobre o Papel da CPLP na securitização dos Estados Membros, mas com um olhar no sistema internacional como um todo, ou seja, a CPLP como um produtor da Paz e Segurança Internacionais, cabendo ao CAE/CPLP, no âmbito das suas atribuições estatutárias, nomeadamente

pesquisar, estudar e difundir conhecimentos no domínio da estratégia com interesse para a Comunidade, continuar a promover debates e reflexões neste sentido e constituir-se um facilitador, dinamizador e alavancador da Cooperação na Componente da Defesa da CPLP.

Finalizando, em nome do Director do CAE/CPLP e em nome pessoal, agradeceu ao orador e aos participantes pela disponibilidade e colaboração de sempre, desejando a todos um debate aberto e profícuo, na expectativa que da palestra saiam reflexões holísticas e inovadoras em prol de uma cada vez melhor Componente de Defesa da CPLP.

SESSÃO PLENÁRIA

Apresentação | Comodoro Rogério Martins de Brito | Comandante da Missão de Treino da União Europeia em Moçambique



Figura 22: Comodoro Rogério Martins de Brito realizando sua apresentação

Introduzindo a temática da palestra, o Comodoro Rogério Martins de Brito argumentou que a verdadeira parceria de cooperação entre Moçambique e a União Europeia (UE), remonta a anos, nomeadamente desde os acordos de Cotonou, assinados em Abril de 2000, abrangendo várias áreas incluindo o domínio político e a actualmente 11 Estados da UE estão diplomaticamente acreditados em Maputo, dos quais 8 integram a EUTM-MOZ.

A EUTM-MOZ tem como objectivos centrais, promover a paz e estabilidade duradoras, como exemplo, o apoio o diálogo que resultou no acordo de paz

definitivo, culminando assim com o processo de DDR. E o grande esforço da UE é reforço da democracia, diálogo político e a paz e segurança.

A UE também tem sido um parceiro crucial de Moçambique para enfrentar os desafios económicos e na garantia de acções em áreas prioritárias, como garantir as transacções comerciais, transformação digital, transição verde, crescimento sustentável e o emprego. Já no domínio da assistência técnica e financeira destaca-se duas grandes áreas de intervenção nomeadamente a boa governação e desenvolvimento.

No que diz respeito aos direitos humanos, a acção da UE visa melhorar o diálogo entre as organizações da sociedade civil e o executivo e as instituições públicas, reforçando o seu papel de apoio e avaliação. Quanto ao respeito dos Direitos Humanos, a UE é defensora da eliminação da discriminação e da violência baseada no género, sendo que todos os princípios estão integrados no ciclo da missão dos treinos das FADM.

No âmbito do desenvolvimento da ajuda humanitária, é canalizada através da Direcção-Geral de Apoio Humanitário em situações de catástrofes humanitárias e conflitos e, a este respeito, Moçambique tem sido alvo com frequência de choques climáticos.

A situação de Cabo Delgado trouxe a EUTM à Moçambique. Resulta também de um grande entrave humanitário que tem exigido uma mobilização de todos os apoios da EU. Portugal, pela sua dimensão histórica e presença em Moçambique e no âmbito da UE, é um dos principais atores desta enorme parceira geoestratégica (a língua, cultura, costumes e os laços que unem Portugal com Moçambique).

Na área militar e de Defesa e Segurança em particular, a transnacionalização das ameaças terroristas, a radicalização islâmica, os efeitos do crime organizado, o narcotráfico, a proliferação do armamento, a crescente transnacionalização das comunidades, a competição pelos recursos naturais, a insegurança alimentar e a deterioração dos ecossistemas são fatores que não têm poupado o continente africano. E para melhor proteger os seus cidadãos, a UE tem adoptado diferentes estratégias no domínio da defesa para aumentar a capacidade para agir de forma autónoma em África.

O mecanismo europeu de apoio a paz lançado em 2021 substituiu os mecanismos já existentes da UE, destinados a prevenir conflitos, consolidar a paz e reforçar a segurança internacional, permitindo o financiamento das missões internacionais, no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), com implicações do domínio militar. Actualmente decorrem 11 missões da EU em África, sendo 6 de natureza civil e 5 de natureza militar (Sahel, Somália, República Centro Africana -RCA e Moçambique), com diferentes categorias, designadamente Treino Operacional, Parceria Militar e Capacitação das FFAA locais.

As missões de treino têm um carácter não executivo, isto é, não são missões de combate, são do domínio de treino ou de capacitação das FFAA locais (ensino, planeamento e aconselhamento estratégico) e no caso da EUTM-MOZ é intitulado Treino Operacional, uma vez que se está treinando as forças especiais para o combate do terrorismo em Cabo Delgado. A EUTM-MOZ é uma das missões da UE mais recentes em África, é a primeira que junta o treino ao fornecimento de material ao abrigo da EU-Peace-Facility.

Quanto aos antecedentes da crise securitária em Cabo Delgado, o ano 2012 marcou o início da violência em Cabo Delgado. Neste ano Moçambique procurou perceber a natureza destes actos, se eram actos terroristas, e inicialmente avaliou que eram actos de natureza criminosa e isso retardou as acções de combate, permitindo que os insurgentes criassem condições de operação.

Em 2013 assistiu-se o surgimento da Ansar al-Sunnah wa-Jammâ (ASWJ), tendo sido conhecido como a entidade que organiza a maior parte destas actividades. E 2017 marcou o início da crise, com um grande ataque a Mocímboa da Praia, aumento da violência e vários ataques relatados com maior impacto na região de Palma.

Em 2020, as autoridades moçambicanas preocupadas com o fenómeno e a degradação humanitária, solicitaram apoio a Comunidade Internacional, que culminou com a visita do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, em Moçambique, em representação do Alto Representante do Vice-Presidente da UE ([High Representative/Vice President-European Union- UE HRVP](#)), Josep Borrell.

A pedido das autoridades moçambicanas, o Comité Político e de Segurança (CPS) da UE aprovou, em julho de 2021, a criação de uma nova missão de treino em África, designada por EUTM-MOZ. Em Outubro decorreu o lançamento da missão EUTM-MOZ, tendo-se treinado as primeiras duas companhias. Em Novembro decorreu o lançamento da *Initial Operations Capabilities* (IOC), que permitiu de facto iniciar-se o projecto de treino das FADM. Esta missão tem por objetivo apoiar as FADM na resposta à crise em Cabo Delgado, através da capacitação de Forças de Reação Rápida (QRF), num total de 11 Unidades.

Esse apoio decorre essencialmente nas vertentes do treino e aprontamento, no fornecimento de equipamento não letal, no desenvolvimento de estruturas e mecanismos que permitam a gestão futura dos seus ciclos de treino, assim como a monitorização do seu empenhamento operacional quanto ao cumprimento das disposições legais em matéria de direitos humanos e do direito internacional humanitário.

As unidades moçambicanas selecionadas têm sido treinadas pela EUTM-MOZ para operar em qualquer área de operações designada, incluindo Cabo Delgado, como unidades QRF formadas (11xQRF). O fim da missão está em conformidade com o Direito Internacional Humanitário (DIH), Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) e da AMPS. A missão é levada a cabo por suas respectivas autoridades de comando dentro de um ciclo operacional sustentável, também gerido pelas FADM. A EUTM-MOZ irá apoiar as FADM), treinando 11 QRF e desenvolver as capacidades iniciais de treino necessárias e sustentáveis para restabelecer a segurança em Cabo Delgado.

A Força conta atualmente com 117 efetivos, sendo a missão de treino mais preenchida actualmente, com cerca de 97% de preenchimento, com elementos provenientes de 12 Estados Membros, distribuídos por três estruturas principais: um grupo de Comando com um gabinete e assessores especializados; um Estado-maior para apoio ao Comandante com nove células de trabalho; e um grupo de Treino que se divide em três equipas. Para além de assumir o Comando da Força, Portugal possui o maior contingente com 65 elementos no terreno, oriundos dos três Ramos das FFAA e Guarda Nacional Republicana (GNR).

O Comandante desta missão encontra-se em Bruxelas, o Tenente-General Michiel

Van der Laan, que tomou posse recentemente, comanda todas as missões da UE. O Comandante da força no terreno (EUTM-MOZ) é, actualmente, o Comodoro Rogério Martins de Brito e é alternado entre os vários ramos das FFAA, tendo sido primeiramente chefiado pelo então Brigadeiro-General Nuno Lemos Pires (atualmente Major General) e por fim um General da Força Aérea. O atual mandato iniciou em 9 de Setembro de 2022 e tem o seu término em Setembro de 2024.

Com o quartel-general estabelecido na cidade de Maputo, a Força opera nos campos de treino da Katembe (província de Maputo) e do Dongo (província de Manica) aprontando as QRF da Marinha (Fuzileiros) e do Exército (Caçadores Especiais) das FADM, respetivamente. Adicionalmente, estão a ser criadas Equipas Táticas de Controlo Aéreo (TACP) na Base Aérea de Mavalane (província de Maputo), que reforçam ambas as QRF com a valência de apoio aéreo próximo.

As companhias treinadas pela EUTM serão preparadas para operar os equipamentos não letais (drones, capacetes, luvas, tendas, coletes, kit de primeiros socorros, etc) e transformação de infra-estruturas. O investimento inicial foi de 6 milhões de euros em equipamentos, que serviu para equipar as duas primeiras QRF e o segundo pacote foi de 85 milhões de euros tendo em vista equipar todas QRF, em conjunto, de equipamentos para dar uma autonomia das companhias no seu emprego operacional.

No âmbito das discussões sobre esta missão, discutiu-se sobre o conceito, tendo-se chegado à conclusão de que o meio apropriado de combate ao terrorismo seria através das forças especiais, portanto, foi assim que se chegou a formação de QRF. É assim que a UE desenvolveu um conceito de emprego de força de intervenção, feito a medida das necessidades de Moçambique, com treinos de 16 semanas, abrangendo todas as situações do terreno operacional, do mais simples ao complexo, e abordagens que integram valores que a UE defende, nomeadamente a questão dos direitos humanos, direito humanitário, perspectiva do género, direitos das crianças e de idosos e eliminação da discriminação social.

O Conceito da missão compreende as dimensões Prontidão, Proteção, Comando e Controlo (C2), Interoperabilidade, Flexibilidade, Mobilidade, nomeadamente: (i)

Quartel-general da QRF - Capacidade de planear e comandar e controlo de operações, (ii) Inteligência, Vigilância e Reconhecimento - Drones para C2, colecta Inteligência e operações de suporte; (iii) Grupo de Controle Aéreo Tático - Coordenar o Apoio Aéreo Próximo e outras tarefas, integrado em forças terrestres ou anfíbias; (iv) Facilitadores de Combate - Esquadrão de Morteiros; Esquadrão de Reconhecimento e Esquadrão de Barcos; (v) Pelotões de Forças Especiais da Marinha/Exército - Pelotões de Manobras de Combate e; (vi) Serviço de Apoio ao Combate – Médico, Reabastecimento, Manutenção e Transporte.

O conceito de treino das QRF compreende a navegação terrestre, navegação marítima, comando, controlo e comunicação, técnicas de combate, tiro, contrainsurgência, género, DIH, DIDH, planeamento, exercícios táticos, exercício no Posto de Comando e exercício final.

Existem vários desafios futuros. No processo de treinamento chegou-se a conclusão de que seria importante que no âmbito do treinamento, juntar as diversas especialidades das QRF e treinarem em conjunto, que no seu entender seria extremamente importante para se aferir as eventuais lacunas ao fim das 16 semanas, assim como permite desenvolver outros pontos importantes, nomeadamente, a interoperabilidade, comando e controlo ou todos os factores que caracterizam essas QRF. Neste momento se está fazendo todo o processo de planeamento do exercício.

A EUTM-MOZ está a trabalhar com as FADM para criação de condições para a formação da estrutura de Comando Administrativo: que seja responsável pelo Aprontamento, Treino Combate, *Stand-By*, Empenhamento e Regeneração dessas QRF em Cabo Delgado, assim como a questão dos Equipamentos (individual e especial), viatura de mobilidade e de apoio de serviços, embarcações, material coletivo, comunicação e sistema de informação e Posto Avançado de Saúde, sobretudo na manutenção, monitoramento e controle para dar mais longevidade possível para poderem rentabilizar os materiais. É importante para que o treino seja cada vez mais assertivo, objectivo e que haja informação do seu emprego operacional para evitar-se baixas no seu emprego operacional, com situações que podiam ter sido evitadas no treino.

Mas o grande desafio de Cabo Delgado é a sua dimensão, dificultando a

integração das organizações internacionais (Agências da ONU) e outras organizações locais fundamentais, porque não há segurança sem desenvolvimento ou não há ajuda humanitária sem segurança e todos elementos são fundamentais e tem que ser coordenados numa base regulada e em Cabo Delgado há essa preocupação de envolvimento de todas agências para que além do restabelecimento da segurança, Cabo Delgado se desenvolva e se reconstrua. Quanto ao futuro, para já incerto, visualizam-se algumas possibilidades que serão analisadas no decorrer da revisão estratégica do mandato, a ter lugar no último trimestre do corrente ano, onde será decidido o futuro da missão, e Moçambique poderá decidir em que moldes a missão continua, porque o objectivo é contribuir na irradicação do terrorismo, vê-se uma vontade clara e o esforço que está sendo feito é no sentido positivo da resolução do conflito.

De uma forma muito genérica, o papel da EUTM-MOZ na Defesa e Segurança de Moçambique tem sido relevante e bastante diferenciador, alavancando a preparação e o aprontamento de uma nova capacidade militar das FADM, as suas QRF. O objectivo é acabar com o extremismo, o que poderá levar algum tempo. A performance das QRF é muito positiva e encorajadora, não obstante o registo de alguns insucessos, que fazem parte do processo, sobretudo quando há uma mudança estratégica ofensiva em curso, que vai permitir no futuro, combater efectivamente a ameaça.

Neste momento as QRF são as FADM, não estão numa posição defensiva, estão na posição proactiva e é natural que em todo este movimento, nem sempre seja possível o sucesso, mas acredita-se que seja o caminho certo. A EUTM-Moz consiste em treinar 11 unidades QRF, forças com características especiais, em prontidão e capacidade de projecção de forças limitada, mas flexíveis e interoperáveis, com capacidade de projecção de comando e controlo. Poderá ajudar a FADM na ofensiva militar, aperfeiçoamento das técnicas de combate.

A qualidade do treino das QRF, partilha de valores, permite assegurar que estas forças estão bem-preparadas para combater e enfrentar a insurgência em Cabo Delgado. Recordar-se no entanto, que a EUTM-MOZ não forma os Comandos e Fuzileiros, essa função é das FADM, o que quer dizer esta missão faz a integração e treino da força orientado para missão para a realidade de Cabo Delgado, aperfeiçoando as técnicas, tácticas e procedimentos com base nos valores, partilha

de valores e princípios da UE, nomeadamente, o cumprimento dos direitos humanos, direito internacional e humanitário, a protecção de mulheres, crianças e idosos e eliminação da violência baseada no género. Todavia, estas Forças pela sua dimensão e especificidades, não estão preparadas para certas acções como assegurar ocupação de terrenos por mais tempo.

O mandato da EUTM-Moz termina em Setembro de 2024 e que apenas no fim do corrente ano uma revisão estratégica desta missão permitirá perceber o que virá no futuro. Com cerca de 60% dos efectivos da força, o papel de Portugal e da lusofonia em Moçambique é inquestionável, sendo o garante de uma maior facilidade de comunicação, inteiração, compreensão e está certo de que sem a presença de Portugal nesta missão, os desafios seriam seguramente outros.

Este grande projecto e inédito em África, de treinar e equipar as FADM, iniciou de forma bilateral, entre Portugal e Moçambique e que independentemente da decisão de Bruxelas é importante continuar a trabalharmos juntos e eventualmente a abrir portas a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) para assegurar o papel mais activo desta comunidade na restauração da paz e segurança em Cabo Delgado.

SESSÃO DE DEBATE



Figura 23: Participante da palestra apresentando questões

Participante 1: Sr. Nelson Almirante

Pergunta 1: Gostaria de saber qual é a avaliação que EUTM-MOZ faz sobre o emprego das QRF no campo de batalha e se estão a ser empregues de acordo com a doutrina de emprego da força?

Resposta 1: Antes de se iniciar com o treino, desenvolveu-se um conceito que tem sido uma das grandes preocupações para que as forças sejam empregues de acordo com o conceito. E é natural e se compreende perfeitamente que o atraso do equipamento esteve associado a que no início não fosse empregue na sua totalidade, porque não se pode criar uma força de apoio rápido pronta para actuar ou fazer resgate num raio de mobilidade sem ter um equipamento de mobilidade.

O conceito está sendo ainda paulatinamente implementado nas QRF e para a sua assimilação, sobretudo na sua estrutura de comando, tem havido várias palestras em estabelecimentos de ensino militar em Moçambique, desde a Academia Militar, Quartel-General das FADM, Instituto Superior de Estudos de Defesa (ISEDEF) e Escola de Formação de Sargentos (ESFA). Todos esses locais, já foram alvo de palestras de sensibilização aonde distribuiu-se o conceito porque os elementos que estão nessas escolas são os futuros das forças no terreno.

No entanto, tem havido essa preocupação e julgo que paulatinamente tem havido de facto um melhor emprego das QRF de acordo com o conceito e até ao fim da missão, o conceito estará totalmente implementado e poderá corresponder o objectivo do treino, ou seja, treinar para combater como treinados.

Participante 2: Brigadeiro André Rafael Mahunguane | Casa Militar

Pergunta 2: Porque a Europa tomou a posição de fornecimento de material não letal? Não há um vazio entre os formandos e a chegada do material e tem noção das implicações que tem criado no teatro de operações?

Resposta 2: O fornecimento de equipamento letal tem a ver com uma das políticas da UE e é a primeira missão da UE que dá treino e equipamento e do momento, o valor e, ou quantidade de equipamento fornecido só fica atrás da Ucrânia por motivos óbvios, o maior esforço que a UE está a fazer em África é em Moçambique, naturalmente que gostava que fosse mais completa em termos de equipamento letal.

Em relação ao atraso, naturalmente que provocou um vazio no emprego das QRF de acordo com o conceito, daí que houve soluções, nomeadamente esperar que o equipamento fosse completo para depois iniciar com o treino e não ter qualquer QRF treinada, julgou-se que não. Não se rentabilizou o pacote conforme era o

objectivo mais adiantou-se com o treino.

Essas forças têm um ciclo de vida útil, isto é, as QRF treinadas ao fim de 1 (um) ano já não existem, elas são edificadas, treinam, são projectadas para uma área de operações, cumprem a missão e em 6 (seis) meses retraem e regeneram, sendo natural que se precise de mais QRF no teatro e o que acontece é que parte dos que terminaram o ciclo, iniciam um outro diferente do primeiro.

A intenção é que as QRF que iniciarão após a 11^a receberão o equipamento, serão treinadas e projectadas para Cabo Delgado com todo o equipamento. Ademais, grande parte das futuras QRF, para além da 11^a, será constituída por militares que já estiveram no teatro operacional porque já conhecem o mesmo, suas especificidades e *modus operandis* do inimigo. Assim sendo, aos treinados são adoptados com base nas lições já identificadas outras capacidades e na rotação seguinte levam o equipamento completo. Se fosse para esperar o material completo, a missão só iniciaria há 5 (meses) quando o primeiro pacote de cerca de 4 milhões de euros foi alocado a missão, se adiantou, capacitou e que se faça um progresso em relação ao futuro.

Pergunta 3: Considerando que o mais prático é treinar no local onde vai se lutar, as condições meteorológicas e a vegetação da Katembe são diferentes com às de Cabo Delgado, porque o treino não é feito no local ou mais próximo do teatro de operações?

Resposta 3: Em relação a treinar em Cabo Delgado, seriam as condições ideais naturalmente. Cabo Delgado não faz parte da área de treino da missão e/ou actuação. A primeira vez, que cheguei em Moçambique visitei a área de treino na Katembe e verifiquei que estavam a efectuar exercícios desapropriados às condições de emprego das QRF e procurou-se condições similares ou quase semelhantes com as de Cabo Delgado que incluem Dongo e Mavalane. O objectivo actual é chamar a estrutura superior das FDS moçambicanas para assistir os exercícios e contribuir para adequar o treino a realidade no terreno.

Participante 3: Sr. Cristóvão Kapula

Pergunta 4: O conflito em Cabo Delgado mobilizou a intervenção de vários actores e missões, existe algum canal ou plataforma de diálogo ou mecanismos de

concertação?

Resposta 4: Tem havido progressos significativos, quer ao nível tático-local e estratégico-regional. Ao nível tático-local, há uma relação quase que diária entre as várias organizações internacionais no terreno, as FADM e a Missão Militar da África Austral (SAMIM). Neste momento, estamos a coordenar esforços para que a ajuda humanitária, o desenvolvimento das várias populações esteja em paralelo.

Participante 4: Sr. Cossa

Perguntas 5 e 6: Visto que as QRF estão viradas para intervenções cirúrgicas, o que as torna indispensáveis no combate ao terrorismo em Cabo Delgado, não seria recomendado o uso de equipamento letal durante as operações no teatro? Não seria altura da União Europeia rever a política de fornecimento tendo em consideração que o combate ao terrorismo está no topo da agenda internacional?

Resposta 5 e 6: As QRF treinam com as suas próprias munições, explosivos e/ou armamento, logo é equipamento letal das FDS. Não está em causa a capacidade de combater por falta de equipamento letal, seria de mais-valia se houvesse material novo. O treino obedece um padrão muito bom e que o equipamento não constitui um flagelo, o problema é notável em outras áreas e não do equipamento letal, não obstante existirem esforços para tal.

Participante 5: Dr. Adilson Valdano Muthambe | Universidade Pedagógica

Pergunta 7: Quais são os desafios que a missão enfrenta no emprego das QRF em Cabo Delgado?

Resposta 7: A EUTM-MOZ introduziu técnicas de abordagem de resposta ao terrorismo multidimensional e não estando presente na área de operações torna-se difícil, contudo existe relação de confiança em toda a estrutura.

Pergunta 8: Será que a missão tem em conta a diversidade cultural para o emprego das QRF no terreno?

Resposta 8: A questão cultural é relevante e em 16 semanas de formação, 1 é dedicada a questão cultural, Direito Humanitário, etnicidade, religião, língua, política, entre outros. Presta-se ainda assessoria na vertente da comunicação estratégica e existe noção do contributo da missão no seu sucesso.

Participante 7: Tenente Hermenegildo | Comando do Exército

Pergunta 9: Como acontece a regeneração das QRF e qual é a sua periodicidade e garantia de sucesso?

Resposta 9: As forças são constituídas por cerca de 150 elementos (fuzileiros e comandos) e cada um exerce a sua função (condutores, socorristas, logísticos, etc). Quando são destacadas para cumprir a missão, em 6 meses retraem com vista a sua restauração, que inclui baixas, reequipamento, entre outros. Quando tal acontece, enquadram-se novos elementos recém-formados e começa um novo ciclo com novos elementos "sem tanta experiência más com novas capacidades". As QRF são uma nova capacidade dentro das FADM mesmo com o fim da missão.

Participante 8: Coronel Elisa Mizé | ESFA

Pergunta 10: Como é que a missão tem lidado com o Direito Humanitário no âmbito da formação para o emprego das forças?

Resposta 10: É complexo preparar um militar para tratar o inimigo com base no Direito Humanitário no campo operacional. A missão trabalha com vários organismos internacionais, como é o exemplo do Comité Internacional da Cruz Vermelha que ajuda a passar esse conhecimento e valores, desde a perspectiva do género e mais.

Pergunta 11: Qual é a formação no âmbito da manutenção do equipamento disponibilizado?

Resposta 11: Em relação a manutenção do equipamento, existe um plano muito bem elaborado ao nível geral das FADM e é dado paralelamente no âmbito da formação das QRF.

Participante 9: Capitão de Mar e Guerra Ladeiro

Pergunta 12: Quais são os indicadores para avaliação do sucesso da missão?

Resposta 12: Estamos a desenvolver esses indicadores que passam por grelhas de avaliação do plano de treino. O exercício final vai permitir a aplicação dessas grelhas que no fundo resumem todos aspectos técnicos e táticos que são dados durante as 16 semanas e que nos permitirão dizer o nível da preparação das QRF.

Participante 10: Aníbal Fernando

Pergunta 13: Quais são os desafios encontrados na formação das QRF e quais são as lições apreendidas neste programa de formação?

Resposta 13: Em cada ciclo de treino estão sendo introduzidas observações que no final são trabalhadas e integradas com vários ciclos de treino. Quanto aos desafios, são vários, desde a preparação dos elementos que chegam e estamos em colaboração com as escolas de formação de forças especiais no sentido de não serem inúteis aos treinos providenciados relativamente as condições do campo de treino das QRF e para que não haja impacto negativo na sua área de desempenho.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Coronel Armindo Sá Miranda | Director do CAE/CPLP



Figura 24: Coronel Armindo Sá Miranda realizando o encerramento da palestra

Em sua intervenção, o Director do CAE/CPLP, Coronel Armindo Sá Miranda, agradeceu, em nome do CAE/CPLP e de toda equipa do CAE/CPLP, que tem trabalhado arduamente em situações difíceis para que se possa levar acabo o plano de actividades que o CAE/CPLP aprovado em Fevereiro de cada ano e que é executado durante o ano, a todos presentes, começando pelo Embaixador de Timor-Leste, que assistiu atentamente a palestra em torno da EUTM-MOZ e que é um exemplo de que a CPLP está bem-vinda.

Agradeceu ainda ao Reitor da Academia de Ciências Policiais (ACIPOL) pela presença, ressaltando o trabalho integrado das Forças e que sem a polícia muitas

vezes não tem havido o sucesso. Agradeceu também a presença da aditância, da ESFA que esteve representada pela Vice-comandante, ao Ministério da Defesa, na pessoa da responsável pelas relações multilaterais e pela atenção que tem pelo CAE/CPLP. Terminando, agradeceu ao Vice-comandante para a Área Acadêmica do ISEDEF, ressaltando que a presença de todos agrada ao CAE/CPLP e que o Centro continuará a ser grato pela sua presença.

II PALESTRA

A DIPLOMACIA DA DEFESA COMO FATOR DE AFIRMAÇÃO DA CPLP NO ÂMBITO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

Organizada pelo CAE/CPLP com apoio da Embaixada do Brasil em Moçambique, a presente palestra dedicada ao tema “A Diplomacia da Defesa Como Fator de Afirmação da CPLP no Âmbito da Paz e Segurança Internacionais” realizou-se, em 8 de setembro, em formato híbrido, proferida pelo Exmo. Embaixador do Brasil em Moçambique, Professor Doutor Ademar Seabra da Cruz Júnior, sob moderação do Major Humberto Macaringue, Chefe do Gabinete de Documentação e Divulgação do CAE/CPLP.

SESSÃO DE ABERTURA

Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda | Diretor do CAE/CPLP



Figura 25: Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda realizando a abertura da palestra

Em sua intervenção, o Diretor do CAE/CPLP ressaltou a honra em receber o Exmo. Embaixador do Brasil em Moçambique, para debruçar sobre a Diplomacia da Defesa com enfoque para a Componente de Defesa da CPLP.

Agradeceu à Angola pela presença na palestra através do seu Ministro Conselheiro assim como aos demais presentes. Citando a intervenção do Ministro do Estado, Família, Inclusão e Desenvolvimento Social - Cabo Verde, Dr. Fernando Elísio Freire, em sua visita ao Piloto ao Centro, ressaltou que “se não agarrarmos a CPLP com as mãos e os pés para estarmos todos no mesmo patamar, de nada vale chegar um num e o outro ficar para trás”.

Ressaltou ainda o fato do palestrante ser diplomata de carreira que já lecionou a militares de vários níveis sobre a Diplomacia de Defesa, lhe coloca como a pessoa mais indicada para debruçar sobre a temática, esperando-se que através da palestra haja uma voz conjunta da CPLP e mesma linguagem ao nível da Componente de Defesa no que tange a Diplomacia de Defesa.

MODERADOR

Major Humberto Macaringue | Chefe de Gabinete de Documentação e Divulgação do CAE/CPLP



Figura 26: Major Humberto Macaringue durante a sua intervenção

Em sua intervenção, o Major Humberto Macaringue, Chefe de Gabinete de Documentação e Divulgação do CAE/CPLP, ressaltou a enorme satisfação e honra em moderar a palestra proferida pelo Exmo. Embaixador do Brasil em Moçambique e com uma audiência composta por ilustres figuras, dentre as quais o

Exmo. Embaixador de Portugal em Moçambique, fato que denota a relevância da temática proposta para a palestra e o interesse despertado nos participantes.

Ressaltou o fato da palestra decorrer num momento em que a Cooperação no Domínio da Defesa na CPLP passou pela (i) fase de construção, na qual realizaram-se várias reuniões ao nível da Componente da Defesa no âmbito da concertação político-diplomática e elaboração de instrumentos orientadores; (ii) pela fase de consolidação - onde começaram a sair os produtos iniciais dessa cooperação, nomeadamente: o Exercício Felino, Colégio de Defesa, Estratégia da CPLP para os Oceanos, Fórum de Saúde Militar, Conferência das Marinhas, Protocolo de Ações em Situações de Catástrofes, Constituição da Célula de Cooperação Civil-Militar, entre outros. Sendo que, atualmente, a CPLP caminha a passos largos para a (iii) fase de expansão e reforço onde busca ter maior visibilidade e impacto no Estados-membros (EM) e no Sistema Internacional.

Finalizando, ressaltou que o CAE/CPLP realizou, em 2022, uma palestra subordinada ao tema: *“Papel da CPLP para a Paz e Segurança Internacionais: Perspetivas de Integração de um Contingente da CPLP em Missões de Treino da União Europeia* e o tema proposto para esta palestra é complementar ao mesmo”.

SESSÃO PLENÁRIA

**Apresentação | Professor Doutor Ademar Seabra da Cruz Júnior |
Embaixador do Brasil em Moçambique**



Figura 27: Prof. Dr. Ademar Seabra da Cruz Júnior durante a sua apresentação

Em sua intervenção o Exmo. Embaixador do Brasil em Moçambique, Professor Doutor Ademar Seabra da Cruz Júnior, começou por agradecer pelo convite formulado através do Director do CAE/CPLP para proferir a palestra e enalteceu os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Centro.

Introduzindo a temática da palestra, ressaltou que faria uma abordagem contextual da criação CPLP e em relação aos aspetos essenciais que norteiam os documentos fundacionais da Comunidade e sobretudo os seus dispositivos de Diplomacia de Defesa.

Quando se fala de diplomacia de defesa na CPLP, a maritimidade aparece como uma expressão constitutiva e potencial indutor do desenvolvimento dos EM. Aquando da criação da CPLP, em 17 de Julho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado, em Lisboa, a conjuntura global era muito interessante e exigente, pois há poucos anos o mundo vivera uma grande e profunda alteração no sistema internacional, no período pós guerra fria, com o fim da bipolaridade e fim da guerra ideológica entre as duas grandes potências na época (Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), que causou uma grande movimentação no cenário internacional.

No momento da criação da CPLP havia uma grande discussão sobre qual seria o formato que se seguiria após o fim da guerra fria. O fato é que aquele período foi de certo otimismo, mas também cauteloso, porque havia uma série de influências positivas que informavam a constituição da CPLP. Havia naquele momento a perda de influência das doutrinas extremistas que procuravam explicar o mundo a partir da sua própria visão, sem considerar as expressões alternativas de como se pode organizar uma sociedade, e uma valorização dos ganhos democráticos.

Também é o momento onde o Estado Nacional passou a ter noção de que determinadas questões, ameaças globais e determinados desafios não podiam ser solucionados por si só, sem uma ampla coordenação, alianças em associações importantes no cenário internacional, pois já não eram problemas domésticos mas sim globais, sobretudo as questões ligadas às mudanças climáticas, direitos humanos, em que alguns anos antes, decorreu a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em 1993 em Viena, onde pela primeira vez na história da

humanidade todos os países do mundo se organizaram e coordenaram em torno de um princípio comum, que é o valor da universalidade e indivisibilidade dos direitos humanos.

Assim, o Estado Nacional ficou muito grande para tratar de coisas pequenas e seus problemas locais, assim como ficou pequeno diante dos desafios globais. Como corolário aconteceria uma nova reconfiguração e um novo tratamento sobretudo internacional e isso gerou, por sua vez, uma valorização do direito internacional e do multilateralismo e é justamente neste contexto que a CPLP é gerada.

Outrossim, notou-se o surgimento de novos atores internacionais que passaram a conviver em condições de igualdade e por vezes de maior influência que o próprio Estado Nacional diante dos desafios que se apresentavam no momento, como é o caso do fortalecimento da formação de blocos. A título exemplificativo, no caso do Brasil, a constituição do Mercosul foi determinante para que o país pudesse ter outro tipo de inserção internacional, pois já fazia parte de um bloco político-econômico que ajudou a projetar a sua economia, assim como sua presença internacional.

O mesmo aconteceu com a UE que passou o período dos anos 90 complexo, de articulação entre as dezenas de países que faziam parte da União, mas também foi um período caracterizado como de milagres diários, para manter o grau de coesão e articulação entre os Estados e não foi diferente na Ásia com a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Na África foi um período de imensidão de acordos de cooperação multilateral, de formação de blocos, como foi o caso da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que surgiu nesse momento.

Esse é o contexto em que surgiu a CPLP, imbuída de valores da democracia, do primado dos direitos humanos, luta contra o racismo, com o exemplo do Apartheid na África do Sul, que desencadeou a Conferência de Durban em 2001, Conferência dos Direitos Humanos em 1993, Conferência de Populações, Conferência dos Direitos das Crianças, e a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Rio 92. Foi um momento propício para que ideais humanistas e humanitários globais surgissem.

A diplomacia de defesa assenta-se nos valores de humanismo, democracia, bem-estar das populações, de diplomacia, e de aproximação entre povos e países no contexto internacional. Esta atividade diplomática no meio militar é crucial para a construção da confiança para o melhor conhecimento mútuo dos países e sociedades para a construção da paz, sobretudo no primado de uma cultura de paz, que é formulada, exercida e cultivada especialmente no meio militar, tanto quanto pelos diplomatas em grande medida.

Na CPLP a base cultural que une os EM é eminentemente semelhante e faz com que os povos tenham o sentido de intimidade imediata, pois há um compartilhamento de história e uma série de valores compartilhados que são de fácil e imediata absorção, facilitando assim a ideia de diplomacia de defesa. Assim sendo, é uma diplomacia de defesa e ao mesmo tempo é uma defesa da diplomacia como instrumento de concepção desses ideais entre os países.

As práticas básicas do dia-a-dia da diplomacia de defesa são inúmeras, como, entre outras, a cooperação militar regional; cooperação e actuação em organismos multilaterais com presença militar; desenvolvimento de capacidades de actuação em operações de paz; designação de adidos militares entre os Estados; acordos bilaterais e multilaterais no setor de defesa; ações de treinamento; promoção de controle democrático das FFAA; visitas às unidades militares; designação de militares para servirem instituições militares de outros países; apoio e fornecimento de equipamentos militares; exercícios militares bilaterais e multilaterais; assistência humanitária; contribuição para construção de infra-estruturas; e apoio no combate a desastres naturais.

Um bom exemplo sobre como se materializa o exercício da diplomacia de defesa entre países foi dado África do Sul em 2010, tendo realizado 642 visitas ao exterior de pessoal relacionado ao Ministério da Defesa e recebido outras 120 visitas no mesmo período. No caso do Brasil, outro exemplo, na década passada chegou a ter 74 adidos militares no exterior e 39 em organismos internacionais e mantinha 28 acordos de cooperação de defesa e outros 29 acordos bilaterais de diversos domínios de cooperação militar. No caso das Forças de Defesa, justamente no continente americano, ela é ainda mais profícua, pelo facto de existir a Junta Interamericana de Defesa, que é a organização militar de defesa

mais antiga do mundo, criada em 1942, que serve como exercício de coordenação da diplomacia de defesa.

Aquando da criação da CPLP em 1996, duas décadas após o processo de independência das antigas colónias, Brasil estava na sua primeira década de reestruturação política após o regime militar no país e Portugal, por sua vez, avançava na sua terceira república, e ambos os países procuravam uma aproximação definitiva com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

No entanto, a questão da diplomacia de defesa na CPLP começa muito claramente no início deste século, como por exemplo, temos na declaração de Brasília de 2002, antes já tinha uma formulação na declaração de São Tomé, que previa uma concertação político-diplomática entre os seus membros em matérias de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença em foras internacionais; cooperação de todos domínios; materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa e isso se refletia na parte militar, especificamente no chamado Acordo sobre Globalização da Cooperação Técnico-Militar, assinado pelos Ministros de Defesa dos EM, em 1999, na cidade da Praia, na II Reunião de Ministros de Defesa Nacional da CPLP.

Foi nesse momento que se estabeleceu uma estrutura institucional da CPLP que absorve os valores do pluralismo, multilateralismo, valores do direito internacional, valores da paz, segurança, valores da democracia, valores da cooperação e busca da defesa. Assim, tanto o Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa (SPAD), as reuniões de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), reuniões de Directores de Política de Defesa Nacional (DPDN), a própria constituição do CAE/CPLP, traduzem esses valores constitutivos da CPLP e da sua doutrina de aproximação e integração dos seus EM. Na época foi feita também uma exposição inovadora, os exercícios militares da série Felino, que incentivavam justamente essa interoperabilidade entre as FFAA dos EM da CPLP.

A ideia da interoperabilidade é essencial porque é a base institucional eficaz na qual determinados programas de desenvolvimento a partir da CPLP com uma

componente militar e com a componente de diplomacia de defesa podem servir de elementos motivadores de que no próximo ciclo determinadas acções de desenvolvimento, inclusive no campo económico, podem ser alcançadas.

Houve diversos resultados positivos das missões de paz e segurança na Guiné-Bissau, Timor-Leste, de tal forma que em Maputo, como reflexo desses movimentos favoráveis foi assinada a declaração conjunta sobre a cooperação, desenvolvimento e democracia na era da globalização. Nesse contexto dão-se os primeiros movimentos que fazem referência explícita da cooperação na área de segurança e defesa entre os Estados da CPLP. Também houve uma questão conceitual em 2008, na reunião dos PALOP's, na qual a cooperação militar portuguesa bilateral foi considerada vertente primordial na relação entre os países e suas FFAA.

A estrutura institucional da CPLP no que diz respeito a diplomacia de defesa, o CAE/CPLP tem um papel político a desempenhar, aliado a política da comunidade no que diz respeito à cooperação no desenvolvimento das capacidades militares internas e para o fortalecimento das FFAA dos países da CPLP.

Na CPLP, os EM tem por incumbências essenciais no âmbito da diplomacia de defesa acções como compartilhar informações estratégicas relativas às ameaças e desafios impostos à eles, sobretudo os desafios não convencionais, tais como a pirataria no Golfo da Guiné, guerra cibernética, tráfico de pessoas, constituindo temas onde a coordenação entre os países é direta e imprescindível.

Outro aspeto igualmente importante que projeta mais o futuro na diplomacia de defesa no âmbito da comunidade é a promoção do acesso comum. Está previsto no documento da CPLP, a tecnologia e materiais que racionalizam os custos e meios e ao mesmo tempo confirmam capacidade de garantir a segurança dos EM, tendo sempre em vista a evolução tecnológica.

A maritimidade é um elemento-chave na cooperação no domínio da defesa da CPLP, pois trata-se de uma comunidade marítima por excelência. No ponto de vista conceitual, ela é reconhecida num documento chamado “Identidade da CPLP no Domínio da Defesa” que foi divulgado em 2015, que tem uma indicação directa e clara sobre essa vocação marítima da CPLP. Trata-se de uma exortação

dos EM para que se busque uma visão integrada na promoção do desenvolvimento sustentável nos espaços dos oceanos dos EM e suas respectivas jurisdições nacionais, especialmente por meio da cooperação internacional.

No entanto, a questão desafiante diante desta vocação e organização estrutural da comunidade na sua componente de defesa, é que passa a ter a responsabilidade de garantir uma política industrial que incorpore o setor de tecnologias de oceanos na sua linha de actuação. Nesse caso, seria uma estratégia da CPLP para o Mar que transcende a exploração de hidrocarbonetos.

A CPLP, o CAE/CPLP e os órgãos que compõem a Componente de Defesa têm de ter em conta que a disponibilidade dos recursos naturais não é necessariamente um elemento que leva ao desenvolvimento, em alguns casos pode até ser um obstáculo ao desenvolvimento. Daí a importância de se trabalhar no ideal de tecnologia industrial, entender como funciona toda cadeia produtiva e criar a disponibilidade de recursos, tecnologia, inteligência e capital humano que possa tirar o melhor do aproveitamento destes recursos de maneira sustentável, mas que haja incorporação tecnológica entre os países.

No caso, por exemplo, da relação Brasil-Moçambique, há um trabalho intenso com a Universidade Eduardo Mondlane para que se constitua uma graduação em Petróleo e Gás e ao mesmo tempo que se entenda os mecanismos do Brasil de como se dá a articulação entre a universidade, centros de pesquisa de desenvolvimento de petróleo e gás e as empresas que são associadas a essa demanda de capital humano e intelectual para a exploração de forma mais autónoma.

Determinadas condições são tecnologicamente desafiadoras e os EM têm níveis de desenvolvimento diferenciados, mas a comunidade busca uma harmonização com tendência futura de tal forma que os países tendem a compartilhar as suas experiências nos vários domínios.

O grande desafio a ser trabalhado na diplomacia de defesa é a implementação ampla da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento entre os países associados, com forte componente de mobilidade (por exemplo academia e emprego militar) tem um imenso efeito de transbordamento e destino tecnológico nas sociedades

(neste aspecto fez referência de milhares de bolsistas moçambicanos em diversas áreas de conhecimento), mas na componente da inovação, conhecimento aplicável no desenvolvimento de tecnologias dos sectores produtivos, é um desafio que pode ser assumido em vários fóruns, assim como princípios e valores que têm de ser adotados de maneira comunitária.

Entre infraestruturas de pesquisa que tem a ver com o mar, o Brasil tem o maior laboratório do hemisfério sul, navios oceanográficos, infraestruturas de computação, geologia, previsão climática (questão essencial para a estabilidade de um país como Moçambique). Para ter acesso das observações de satélites Brasil está disponível para que as observações passem por Moçambique fazendo órbita com frequência.

Esses são exemplos de como os dois países podem trabalhar em questões que dizem respeito ao uso sustentável dos recursos marinhos, desenvolvimento de cadeia de pesquisa a partir de uma perspectiva de defesa, mitigação, reação rápida a desastres naturais, cabotagem marítima, elementos essenciais para uma política de desenvolvimento).

No que tange as potencialidades de Moçambique (Agricultura, logística, transporte, recursos marinhos), Brasil também tem algumas vantagens preferenciais que podem ser exemplares, à medida que se procede diálogos em que todos ganham.

A CPLP tem um grande desafio para mostrar a sua maturidade ao mundo, nomeadamente como a partir de trajetórias de desenvolvimento e dificuldades diferentes podem projetar-se com grande benefício para todos os países. Enquanto atividade que deve ser exercida por diplomatas e militares, as instituições da defesa da CPLP são exemplo de concertação que muito nos orgulha, pois projetam o que uma concertação genuína em prol da paz pode revisar em termos de coordenação entre os EM e o desafio que isso representa para o desenvolvimento.



Figura 28: Participante da palestra fazendo questões

Pergunta 1: Qual é o instrumento que um país pode usar para desenvolver uma tecnologia para desenvolver determinado processo produtivo?

Resposta 1: Pode-se dar o exemplo da China, que usou a cláusula que exige a transferência de tecnologia do investimento direto estrangeiro (IDE) para as empresas locais, esta medida possibilitou um desenvolvimento do processo produtivo importante e impressionante porque pressupunha investimento com absorção tecnológica.

Pergunta 2- A CPLP tem uma estratégia de proteção dos recursos no ambiente marinho?

Resposta 2: O aspeto fácil para encerrar esta questão, seria através do conhecimento, mas o fundamental seria através da presença social robusta, nomeadamente o conhecimento, acesso à tecnologia, participação do processo produtivo, profissionais atuando nesses processos. Para a CPLP fazer isso precisa de um trabalho de articulação, coordenação e partilha de experiências de determinados processos e deve estar aberta as demandas de cooperação integral as diplomacias dos nossos países.

Pergunta 3: Olhando para o Código de Yaoundé, como é que a diplomacia da defesa pode trabalhar para contribuir para a construção da segurança e defesa no Golfo da Guiné.

Resposta 3: Não há outra forma de atuar contra as ameaças (pirataria, ataques entre outras) no Golfo da Guiné, a única forma eficaz é o conhecimento especializado, coordenação, diplomacia tradicional de cooperação entre os países envolvidos, parceria militar e visão estratégica dos países da região.

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Coronel Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda | Director do CAE/CPLP



Figura 29: Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda realizando o encerramento da palestra

Centro de Análise Estratégica

Na nota de encerramento, o Director do CAE/CPLP manifestou sua enorme satisfação pela eloquente palestra proferida pelo Emo. Embaixador do Brasil em Moçambique, Professor Doutor Ademar Seabra da Cruz Júnior, trazendo uma reflexão em torno de uma temática transversal que enriquece a CPLP e a Componente da Defesa, em particular, ressaltando alguns programas em curso no âmbito das relações civis-militares e geointeligência, com o Brasil na frente.

Finalizando, agradeceu ao Exmo. Embaixador do Brasil em Moçambique pela excelente colaboração com o CAE/CPLP, solicitando as notas da palestra para divulgação em um artigo na edição 2023 da Revista Estratégica do Centro, e agradeceu a todos os participantes pela disponibilidade e pelas questões colocadas que, para além de propiciar um debate enriquecedor, contribuíram para ter uma visão mais alargada da temática da palestra.



Inaugurado a 28 de novembro de 2003 pelo então Presidente da República de Moçambique, S. Exia. Joaquim Alberto Chissano, o CAE/CPLP assinalou, em 28 de novembro de 2023, o 20º Aniversário da sua criação, cuja cerimónia evocativa foi presidida pelo Exmo. Representante do Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Dr. Casimiro Augusto Mueio, Secretário Permanente deste Ministério.

Participaram do evento o Diretor Geral da CPLP, em representação do Secretário Executivo da CPLP, o Embaixador de Angola em Moçambique, Representantes do Embaixadores da Guiné Equatorial e de Timor-Leste, Representantes do Ramos das FADM, Diretor de Política de Defesa Nacional de Moçambique, Atual e Antigos Diretores do CAE/CPLP, Adidos de Defesa do Brasil e Portugal em Moçambique, Coordenadores dos Núcleos Nacionais do CAE/CPLP, Chefe da Cooperação Militar Brasileira em Moçambique, entre outros convidados.

Após a intervenção de boas-vindas feita pelo Director do CAE/CPLP, na qual agradeceu a todos os convidados pela participação e disponibilidade, enaltecendo a importância e simbolismo de que se reveste a participação de entidades ligadas à Componente de Defesa da CPLP e parceiros nesta efeméride, algo que denota e reafirma o seu compromisso para com os objetivos da criação do CAE/CPLP, realizou-se uma apresentação sumária sobre os 20 anos do Centro, ressaltando-se o contexto da sua criação, missão, objetivos, visão, instrumentos orientadores, histórico dos Diretores, funcionamento, evolução e ciclo de decisão da Componente de Defesa da CPLP e principais realizações, incluindo o “Espaço CPLP”, a Biblioteca e a capacitação dos pesquisadores do Centro.

INTERVENÇÕES: DISCURSOS

S. EXA. EMBAIXADOR ARMINDO BRITO FERNANDES | DIRETOR-GERAL DA CPLP



Figura 30: Embaixador Armindo Brito Fernandes durante a sua intervenção

“É com elevada honra e enorme satisfação que, em representação do Secretário Executivo da CPLP, atualmente em visita oficial a Timor-Leste, me associo e participo nesta cerimónia de homenagem e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e pelo contributo prestado por Vossas Excelências à frente do Centro de Análise Estratégica da CPLP.

Celebrar 20 nos de atividade do CAE é um motivo de orgulho para todos nós e para a CPLP enquanto Organização. E para isso, o contributo de Vossas Excelências foi, é, e continuará a ser, determinante.

Sob a mentoria dos sucessivos diretores, ao cabo destes 20 anos, o CAE realizou inúmeras atividades que contribuíram amplamente para a dinamizar e dar corpo à cooperação no setor da Defesa - que é sem dúvida um exemplo de grande sucesso na CPLP.

E são vários os exemplos destes contributos:

-é o caso dos diferentes grupos de reflexão, dos inúmeros seminários sobre temáticas de grande atualidade e de abordagem intersetorial, envolvendo a área da saúde, da língua portuguesa, os observadores associados, entre outras;

- É o caso dos diversos ciclos de palestras, colóquios e cursos de estratégia;*

- *Como é também o caso das diversas publicações produzidas pelo CAE;*
- *Ou ainda do documento sobre a Identidade da CPLP em Matéria de Defesa;*
- *A que acresce a regular informação prestada pelo CAE nas reuniões, cimeiras da componente de Defesa, designadamente no quadro da Reunião de Ministros e na Reunião de Diretores de Política de Defesa, que tem por base um intenso e continuado trabalho de pesquisa e análise feita pela estrutura permanente do CAE e pelos Núcleos Nacionais de cada Estado-Membro.*

A assinalar os 20 anos do CAE, e para além desta cerimónia, temos também o lançamento da versão eletrónica do livro '25 anos de cooperação de Defesa na CPLP'. Quero nesta ocasião dirigir uma saudação particular aos seus autores, a Professora Doutora Kamilla Rizzi e o Coronel Luís Bernardino, pelo trabalho desenvolvido que ficará como um marco que testemunha o trabalho realizado em 25 anos de cooperação em matéria de defesa.

Enquanto Secretariado Executivo temos feito questão de nos associarmos ao trabalho do CAE/CPLP: foi o que aconteceu com a realização do Espaço CPLP, que obteve a aprovação de financiamento por parte dos Estados-Membros da CPLP, ocasião em que tivemos a honra de contar com a presença do então Diretor do CAE/CPLP, Comandante Evandro Camelo, na reunião do Comité de Concertação Permanente.

Realizámos também iniciativas conjuntas como a apresentação do livro 'Comandar no Mar', a participação do Secretário Executivo em palestras promovidas pelo CAE/CPLP; e tivemos a recente visita do Secretário Executivo, Zacarias da Costa, às instalações do Centro, em julho último, tal como acontecera com o Secretário Executivo anterior. E estamos, como não poderia deixar de ser, inteiramente disponíveis para divulgar a versão eletrónica do livro sobre os 25 anos de cooperação em matéria de Defesa, que hoje será lançado.

No que diz respeito ao funcionamento do CAE/CPL, cumpre destacar o papel fundamental desempenhado pela República de Moçambique na disponibilização de meios humanos, financeiros e físicos, para que o CAE/CPLP possa cumprir a sua tarefa de desenvolver pensamento estratégico e analítico e contribuir para uma melhor compreensão dos fenómenos de defesa e segurança que impactam os

nossos Estados-Membros, nos seus diferentes entornos regionais.

As matérias de Defesa têm vindo a captar a atenção de um público cada vez maior e cada vez mais diverso, proveniente não só dos Estados-Membros, mas também dos Observadores Associados. É isso mesmo que nos indicam os registos das consultas ao portal da CPLP, onde acabámos de lançar um canal exclusivamente dedicado à cooperação em matéria de defesa e no qual colocámos uma ligação de acesso ao CAE/CPLP.

Quero nesta ocasião manifestar ao Diretor do CAE/CPLP a total disponibilidade do Secretariado Executivo para publicar notícias, bem como conteúdos e ligações relativas às atividades realizadas, procurando desta forma contribuir para divulgar o CAE/CPLP e ampliar o público interessado nestas matérias.

Termino, reiterando o nosso penhorado agradecimento e reconhecimento a todos e a cada um dos Senhores Diretores do CAE, que muito contribuíram com a sua elevada competência, com a sua formação e experiência, bem como com a sua pertença a diferentes ramos das Forças Armadas, ou a outras carreiras, provenientes de diferentes Estados-Membros da CPLP, para fazer do CAE/CPLP um centro de pensamento e de análise que reflete a natureza pluricontinental, a diversidade estratégica e o alcance global da CPLP.”

TENENTE-GENERAL LUÍS DIOGO DE CARVALHO|REPRESENTANTE DOS ANTIGOS DIRECTORES DO CAE/CPLP



Figura 31: Tenente-General Luís Diogo de Carvalho durante a sua intervenção

Senhor Secretário Permanente do Ministério da Defesa de Moçambique

Senhor embaixador de Angola em Moçambique

Senhores convidados, meus senhores, minhas senhoras

Quero antes de mais agradecer a elevada honra que recebemos do excelentíssimo senhor Coronel Armindo Sá Miranda, Director do CAE/CPLP, para esta intervenção ao tema “20 anos do CAE/CPLP: Oportunidades e Desafios para o Futuro”.

Tendo presente a nossa experiência aquando da nossa direção do CAE/CPLP, a nossa presença nesta cerimónia é expressão inequívoca da importância que conferimos a nossa instituição, o CAE/CPLP. Os meus agradecimentos vão também ao governo moçambicano pela hospitalidade e ao Coronel das Forças Armadas de Portugal, Luís Bernardino pelo apoio prestado durante no meu mandato.

É motivo de alegria e grande satisfação a nossa presença neste acto comemorativo dos 20 anos de existência do Centro no qual tivemos o privilégio de contribuir com todas as nossas forças e dedicação.

Recordo-me perfeitamente da primeira vez que entrei neste Centro, e hoje passados 5 anos vejo a grande diferença evolutiva e, por este e outros factos, sinto-me confortável em dizer que valeu a pena todas as contribuições que este Centro tem recebido durante os diversos mandatos, pelo que estendemos os nossos agradecimentos a todos que directa ou indirectamente tiveram a sua tinta indelével para os êxitos conseguidos.

Sobre a nossa experiência durante o nosso mandato, no período referido, globalmente podemos resumi-la em quatro eixos fundamentais: a dinamização dos Núcleos Nacionais; - a formação e capacitação dos quadros do CAE/CPLP; o melhoramento do sistema de informação entre o CAE/CPLP e os Núcleos Nacionais; o incremento dos Seminários Internacionais Políticos-Estratégicos nos Estados-Membros.

Para a realização destas tarefas tivemos que priorizar o quadro do pessoal especializado e em constante actualização, completando deste modo o efectivo estatutário do Centro, uma vez que, este tinha apenas 30% dos colaboradores,

que eram sem dúvida bastante reduzidos para cumprir cabalmente a demanda do CAE/CPLP.

A dinamização dos Núcleos Nacionais constituiu um elemento-chave para o funcionamento da actividade do CAE/CPLP, neste contexto, o nosso esforço encontrou-se em ações apelativas dirigidas as entidades ligadas ao sector de Defesa, ligadas ao CAE/CPLP, para tornar os Núcleos Nacionais mais atuantes de forma individual e colectiva.

Com efeito, em todas as reuniões dos órgãos de Defesa da CPLP, o CAE/CPLP solicitou a ajuda dos Estados-Membros para tornarem os Núcleos Nacionais efectivamente funcionais, sublinhando que como consequência, a Componente de Defesa pode não beneficiar de uma contribuição robusta para prevenir e gerir surpresas estratégicas e/ou as múltiplas incertezas abundantes no quadro nacional, regional e global da actualidade.

Em resposta aos Estados-Membros acolheram os apelos e solicitações com a devida sensibilidade sobre a importância dos Núcleos Nacionais para o CAE/CPLP, a prova evidente disso foi a criação e reativação dos Núcleos Nacionais de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Além disso registou-se no ano de 2017 um aumento substancial em termos de comunicação entre o CAE/CPLP e os Núcleos Nacionais. Embora, estivesse subjacente o trabalho fundamental dos Núcleos Nacionais ainda era muito incipiente, isso significava que os Núcleos Nacionais ainda estavam a fazer pouco para as exigências do actual quadro estratégico complexo e as suas constantes metamorfoses que não podiam ser minimizadas sob pena dos Estados da CPLP enfrentarem surpresas.

Sobre o incremento dos Seminários Internacionais Político-Estratégicos nos Estados-Membros, parte desta abordagem foi já mencionada na menção honrosa que tive o prazer de receber. Os Seminários constituem uma plataforma de troca de experiências e debate de vários temas com maior ênfase no papel das Forças Armadas, Defesa e Segurança, mas aberto a outras entidades estatais e não estatais. A temática sobre a Política e Estratégia de Defesa e Segurança dos Estados tem vindo a evoluir no sentido de melhorar e corresponder aos desafios contemporâneos.

Meus Senhores e minhas Senhoras, além da participação nas reuniões dos órgãos da Componente de Defesa da Comunidade, o então director manteve contactos bilaterais estabelecidos para a capacitação do pessoal em serviço no CAE/CPLP e estágios. Uma das apostas que constituiu um dos maiores desafios do Centro na altura foi completar o Centro em pessoal especializado e, em constante actualização, assegurar o preenchimento da orgânica a luz do Regulamento, num mandato cuja relevância foi fundamentada na capacitação e formação do pessoal em serviço neste Centro na perspectiva de harmonizar o seu potencial intelectual, profissional e de competência, de modo a torná-lo efectivamente em um Centro de investigação académica, política, económica, cultural, militarmente estratégico, onde os desafios da actualidade são analisados e processados como base para sustentação da paz e democracia nos nossos países e no mundo em geral e otimizar a imagem deste órgão da Componente de Defesa da CPLP.

Neste âmbito, procuramos junto dos Estados-Membros da Comunidade mobilizar o necessário apoio para colmatar essa carência, tendo os Ministérios da Defesa de Portugal e do Brasil respondido positivamente e atribuído bolsas de formação no Instituto de Defesa Nacional e no Instituto Universitário Militar de Portugal. Quero aqui sublinhar que a maior parte dos quadros investigadores do Centro passaram pelo Instituto de Defesa Nacional de Portugal, o que é uma mais-valia para este Centro.

Distintos convidados, minhas Senhoras e meus Senhores, a temática sobre a Política, Estratégia de Defesa e Segurança dos Estados tem vindo a evoluir no sentido de melhor responder os desafios contemporâneos, por conseguinte o CAE/CPLP constitui um veículo através de vários órgãos da Componente de Defesa, contribuindo na pesquisa e divulgação de temáticas com interesse para Comunidade e com o objectivo de estabelecer uma cooperação militar entre os Estados da CPLP e não só.

As palestras, conferências e outros órgãos de pesquisa, constituem uma oportunidade de partilha de ideias e experiências de organização e planificação no domínio da defesa e segurança. Hoje cito o cientista político português, o Professor Doutor Adriano Moreira, “a defesa e segurança deixou de ser um

encargo exclusivo ou predominantemente das Forças Armadas, instâncias científicas, técnicas, económicas e sociais, éticas e religiosas, partilham a responsabilidade definitivamente multidisciplinar e multipolar”.

Meus Senhores e minhas Senhoras, o CAE/CPLP é um órgão da componente de defesa responsável pela pesquisa, estudo e difusão de conhecimento no domínio da estratégia com interesse para os objectivos da Comunidade, representando por isso uma plataforma de partilha de informação generalizada sobretudo de concertação político-diplomática, ou seja, uma das instituições criadas e vocacionadas para o incremento da cooperação entre os nossos Estados.

Actualmente a estratégia e a segurança internacional, em particular dos Estados-Membros da CPLP se destacam como um dos mais sérios desafios dos quais o futuro do sector da defesa não pode contornar. A cooperação internacional e a troca de experiência são essenciais para alcançarmos os nossos objectivos comuns.

O agudizar de fenómenos como os conflitos intraestatais, criminalidade organizada, terrorismo, narcotráfico, os crimes ambientais, a proliferação de armas de destruição em massa, as migrações, podem minar a estrutura do estado de direito, o que nos leva a aceitar a ideia de que o mundo actual se caracteriza por um ambiente complexo e caótico, marcado por ameaças e riscos e pela dificuldade em prevêê-los face as mudanças aceleradas e a intensificação de relações sociais a escala mundial. Consequentemente o conceito de política e estratégia de defesa nacional e segurança dos Estados-Membros e a forma de providenciar a nível internacional, regional e nacional tem procurado moldar essa realidade.

Minhas Senhoras e meus Senhores, para terminar, é do nosso interesse e acreditamos que estes encontros venham a ser uma boa oportunidade para partilhar as mais valiosas experiências, melhores práticas, desafios e soluções na área da Defesa e Segurança dos Estados-Membros da CPLP e não só. As conclusões dessa concertação política também vão contribuir para a concertação político-diplomática no que concerne a política e estratégia de defesa e segurança para os fora internacionais em que os Estados-Membros da CPLP participam em busca de soluções globais para questões globais actuais.

Meus Senhores e minhas Senhoras, agradeço a vossa atenção.

**DR. CASIMIRO AUGUSTO MUEIO | SECRETÁRIO PERMANENTE DO
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE |
REPRESENTANTE DE SUA EXCELÊNCIA MINISTRO DA DEFESA
NACIONAL**



Figura 32: Exmo. Sr. Casimiro Augusto Mueio, Secretário Permanente - Ministério a Defesa Nacional de Moçambique, durante a sua intervenção

O CAE/CPLP representa para Moçambique um compromisso com a produção e partilha de saberes e experiências dos nossos Estados na componente de Defesa. Com efeito, foi esse cometimento que norteou a nossa aceitação em domiciliar este Centro no nosso solo pátrio, que faz hoje 20 anos.

*Importa lembrar que, Sua Excelência, Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique, foi quem decidiu aceitar entre seus pares essa nobre missão, pois era do seu entendimento, que a produção de conhecimento situacional de cunho geopolítico, estratégico, diplomático e/ou cooperação de defesa, assente no lema “**Estratégia: pesquisar, estudar e difundir**”, fazia-se necessário à bem das nossas nações.*

Ademais, a descontinuidade geográfica que caracteriza a nossa CPLP, não constitui e, nunca constituiu um obstáculo, sendo que a maior materialização desse desiderato teve o seu início com a indicação rotativa dos Directores do CAE/CPLP, a quem de forma merecida endereçamos a nossa palavra de apreço pelo seu inestimável contributo à consolidação do CAE/CPLP como um centro de excelência para assuntos estratégicos de defesa, na íntegra aqui, mencionamos

os seus nomes:

1. *Pela República de Moçambique, Senhor Brigadeiro **Domingos Salazar** - (2003-2013);*
2. *Pela República Portuguesa, Dr. **Francisco Azevedo** - (2013-2016);*
3. *Pela República de Angola, Tenente-General **Luís Diogo Carvalho** (2016-2019);*
4. *Pela República Federativa do Brasil, Capitão-de-Mar-e-Guerra **Francisco Evandro Rodrigues Camelo** - (2019-2022); e*
5. *Pela República de Cabo Verde, Senhor Coronel **Armindo Sá Nogueira Miranda**, Director em funções actualmente.*

A par da congratulação aos Directores, os nossos agradecimentos estendem-se ao empenho, dedicação e contribuições financeiras de cada um dos nossos Estados, com vista a manutenção e funcionamento deste Centro no nosso País.

*Assim, podemos afirmar com convicção que o Centro, hoje faz 20 anos de aprendizado e maturidade, por isso, estamos todos de **PARABÉNS!***

É preciso reconhecer que esta longa trajetória, também, enfrentou desafios dos quais podemos aqui de forma aberta partilhar, designadamente:

- *Exiguidade de efectivos para compor o quadro de pessoal;*
- *A constituição dos núcleos do CAE/CPLP nos nossos respectivos Estados;*
- *A pretensão de transformação do CAE/CPLP num organismo de carácter diplomático;*
- *Assessoria aos nossos estados em assuntos geopolíticos e geoestratégicos; e*
- *Publicação regular de estudos situacionais sobre os nossos Estados.*

Aos nossos Estados endereçamos um apelo, com vista a ultrapassarmos os desafios acima elencados que ainda não foram materializados. Com efeito, como Sector da Defesa da República de Moçambique, reiteramos ainda o nosso cometimento em continuar a prestar o contributo em prol de um CAE/CPLP vibrante e, cada vez mais, notável no espaço geográfico dos nossos Países.

Outrossim, convido Vossas Excelências para que em conjunto reflectamos sobre a CPLP que queremos e que contributos esperamos do CAE/CPLP, para a materialização e implementação efectiva da Célula Civil Militar (CIMIC),

criação do fórum de geointeligência, realização de estudos com recomendações estratégicas, que visem a integração e manutenção de boas práticas e desenvolvimento de capacidades nos nossos Sectores de Defesa. É nossa perspectiva que o CAE/CPLP se torne num centro de Excelência com todas as valências.

A terminar, lembramos que o CAE/CPLP deve ser a nossa causa, como tal, devemos dispensar as nossas sinergias, para que continue sendo um Centro de Excelência sobre assuntos Estratégicos da nossa Comunidade.”



Figura 33: Foto de ocasião

MENÇÕES HONROSAS

No quadro do programa da cerimónia evocativa do 20º aniversário do CAE/CPLP realizou-se a entrega de menções honrosas aos Antigos Diretores do CAE/CPLP, pelo seu contributo na implantação e consolidação dos alicerces institucionais e para a visibilidade e dinâmicas atuais que o Centro vem registando, nomeadamente: Brigadeiro Domingos Salazar Manuel - Moçambique (2003-2013), Dr. Francisco Azevedo - Portugal (2013-2016) Tenente-general Luís Diogo de Carvalho - Angola (2016-2019) e Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo - Brasil (2019-2022).



Figura 34: Brigadeiro Domingos Salazar Manuel
|Diretor na Década 2003-2013



Figura 35: Dr. Francisco Azevedo
|Diretor no Triénio 2013-2016



Figura 36: Tenente-General Luís Diogo Carvalho
|Diretor no Triénio 2016-2019



Figura 37: Capitão-de-Mar-e-Guerra
Francisco Evandro Rodrigues Camelo
|Diretor no Triénio 2019-2022

LANÇAMENTO DO LIVRO

“25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”

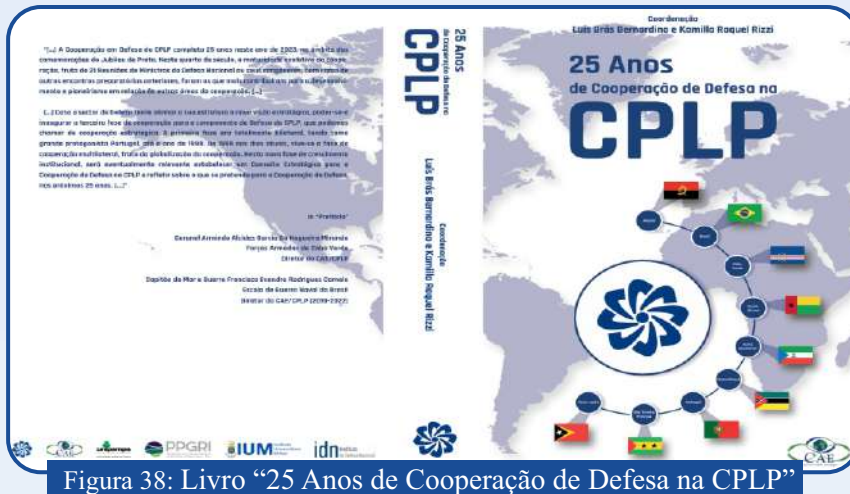


Figura 38: Livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”

Como parte integrante do programa da cerimónia evocativa do 20º aniversário do CAE/CPLP, realizou-se, na sequência, o lançamento do Livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”, que tem como autores o Coronel (Doutor) Luís Manuel Brás Bernardino (Portugal) e a Professora Doutora Kamilla Raquel Rizzi (Brasil), um projeto editorial inovador e inédito iniciado em meados de 2021, em Maputo, com vista a refletir, conjuntamente, sobre o passado, o presente e especialmente olhar para o futuro da Cooperação de Defesa na CPLP. Para além de permitir perceber o que e como somos, o Livro nos leva a olhar para o futuro da Cooperação de Defesa na CPLP nos próximos 25 anos. O mesmo encontra-se disponível no *site* do CAE/CPLP e na Rede de Defesa da CPLP na versão E-book e que aguarda o financiamento para a versão impressa, de modo que possa estar também disponível na rede de bibliotecas, Instituições e Organismos públicos dos ESTADOS MEMBROS. O livro pode ser acedido através do seguinte link: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/6675>

INTERVENÇÃO DE APRESENTAÇÃO DO LIVRO “25 ANOS DE COOPERAÇÃO DE DEFESA NA CPLP” |CORONEL LUÍS BERNARDINO|COAUTOR DO LIVRO|PORTUGAL



Figura 38: Coronel Luís Bernardino, coautor do livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”

Exmo. Sr. Secretário Permanente do Ministério da Defesa Nacional de Moçambique

Exmo. Sr. Diretor do CAE, Cor Armino Sá Miranda

Exmos.. Srs. Embaixadores

Exmos. Srs. Almirantes e Oficiais Gerais dos Países da CPLP

Exmos. Srs. Oficiais e demais Entidades Civas e Académicas que nos acompanham aqui em Maputo e um pouco por todos o mundo

Minhas Sras. e Meus Senhores

Temos o grato prazer de, neste dia em que se celebra os 20 anos do CAE/CPLP, apresentar ao mundo na versão online, um dos projetos editoriais que mais nos deve orgulhar como Comunidade Lusófona..., o livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”.

Este projeto editorial inovador e inédito iniciou-se em meados de 2021, quando decidimos aqui m Maputo, refletir, conjuntamente, sobre o passado, o presente e especialmente olhar para o futuro da nossa Cooperação de Defesa.

Uma tarefa que foi assumida como projeto de investigação no âmbito das atividades dos Núcleos Nacionais do Centro e que permitiu congregar, desde a

primeira hora, muitas vontades e distintas individualidades que abraçaram e viram o enorme potencial e simbologia histórica que o projeto detinha...dando o seu testemunho enriquecendo sobremaneira a Obra que apresentamos.

Neste contexto, o primeiro agradecimento formal que gostaria de fazer hoje, na qualidade de Coordenador do projeto e Coautor da Obra, vai para o Ex Diretor do CAE/CPLP, o Sr. Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Evandro Rodrigues Camelo, do Brasil.

Um devido agradecimento não só pelo imprescindível apoio institucional que envolveu o SPAD, os Núcleos Nacionais e os Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional de todos os Estados Membros, como pelo engajamento direto através da elaboração partilhada do Prefácio do Livro...o que muito nos honra.

Hoje será certamente para o Comandante Evandro, também por este motivo, um dia muito especial, e desde Maputo endereço-lhe um caloroso abraço de apreço e amizade, pois não estaríamos aqui hoje se não fosse o seu compromisso e empenhamento.

Meu Srs.,

Este livro é o trabalho de muita gente, e pretende ser, ousadamente, o testemunho dos muitos milhares de militares e civis que nos países da lusofonia permitiram desenvolver uma das áreas de cooperação que mais significado tem para a Comunidade...a vertente da Cooperação na Defesa.

Uma cooperação no domínio da Defesa, mas que esteve, está e continuará a estar, apoiada estruturalmente numa multicooperação, alicerçada na Língua Portuguesa, da Cultura Lusófona e na procura de Desenvolvimento e Segurança sustentada.

Um paradigma de vontades que nos uniu nestes últimos 25 anos...e que é a temática da Obra que hoje temos o grato prazer de apresentar a tão distinta audiência.

Por tudo isso, a todos quantos contribuíram para que possamos passar este testemunho às gerações vindouras, o reconhecimento público e também certamente para todos o grato sentimento do dever cumprido...pois estou certo

que o legado que deixamos às gerações vindouras com este livro é não só um dever como uma obrigação.

Um dever e uma obrigação que nos motivou a articular a Obra a volta de três questões metodológicas:

O que Fomos?

O que Somos?

E o que Queremos Ser?

Em síntese, para lá do repositório dos principais documentos que deram estrutura a cooperação de Defesa neste lapso de tempo, da enorme coleção de fotografias...algumas delas inéditas e que conhecemos pela primeira vez... como é o caso das fotografias da I Reunião de MDN ocorrida no Forte S. Julião da Barra em Portugal em 1998, e ainda do testemunho, na primeira pessoa, dos Ministros da Defesa Nacional ou representantes de todos os Estados Membros, realço a nota de abertura escrita pelo atual Secretário Executivo da CPLP, Embaixador da Costa que muito nos honrou com este importante testemunho institucional...e que materializa um apoio a edificação do projeto editorial.

O livro, nas suas quase 700 páginas e que será apresentado com mais algum detalhe pela minha colega e Coautor da Obra professora doutora Kamilla Rizzi, procura sistematizar a evolução da cooperação de Defesa desde 1998, para além de nós permitir perceber e responder a pergunta o que somos e como surgimos, vai mais além, quando procura respostas no capítulo III sobre o que queremos ser e para onde poderemos ir.

Um exercício prospetivo que vincula apenas os autores, mas que nos obriga, quase que inconscientemente, a olhar para o futuro da cooperação de Defesa na CPLP nos próximos 25 anos.

A professora Kamilla Rizzi irá detalhar um pouco mais sobre o conteúdo do livro...

Livro que será disponibilizado, já hoje, no site do CAE e na Rede de Defesa da CPLP na versão EBook e que aguarda oportunidade de financiamento para passar de uma edição virtual para uma edição impressa e que possa estar também na rede de bibliotecas, Instituições e Organismos públicos dos Estados Membros

da nossa comunidade alargada...obviamente envolvendo os Observadores Associados e todos quantos queiram aceder através das redes de conhecimento globais.

Este foi e será o propósito do projecto desde o seu início...o de criar um espaço nas redes de conhecimento que aborde a evolução nos últimos 25 anos da cooperação de Defesa da CPLP. E estou certo que já conquistamos parte deste legado...mas também estou certo que iremos conseguir finalizar o projeto quando através da impressão lhe dermos o devido relevo aumentarmos a projeção nas redes de conhecimento.

Uma palavra de apreço e agradecimento a Dra Cláudia Peixoto e á Editora Mercado de Letras em Lisboa, não só pela excelência do trabalho gráfico e da paciência em atender a todos os nossos muitos pedidos, mas pelo rigor e profissionalismo como conduziu o processo de revisão, paginação e montagem do livro...este é também um trabalho que embora não tenha uma vertente economia e comercial, pensamos que prestigia a Editora Mercado de Letras.

Faço votos que possamos continuar a colaborar na fase 2 do projecto...no sentido de podermos contribuir para divulgar melhor um trabalho de muito profissionalismo que nos deve orgulhar a todos. Obrigado Francisco Rodrigues, Obrigado Cláudia Peixoto e Obrigado a Editora Mercado de Letra.

Um agradecimento também às entidades que apoiaram institucionalmente a realização desta Obra, desde logo o staff do CAE/CPLP na pessoa do Sr. Major Humberto Macaringue e de todos quantos contribuíram para a realização desta cerimónia hoje. Obrigado.

Mas também ao Instituto Universitário Militar e ao Instituto da Defesa Nacional de Portugal, e ainda á Universidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul no Brasil.

E ainda um agradecimento especial a Universidade Autónoma de Lisboa pela disponibilização em tempo recorde da versão EBook e antecipadamente grato pela organização no próximo dia 10 de Janeiro de 2024 da apresentação da Obra em Lisboa...estão desde já todos convidados e esperamos que possam existir durante 2024 muitas iniciativas deste género no espaço alargado da nossa

Comunidade.

Ainda nos agradecimentos formais e sem querer ser exaustivo, mas não querendo correr o risco de esquecer ninguém, agradeço novamente todos os participantes dos Estados Membros, nomeadamente no Núcleo Nacionais e aos seus representantes, aos gabinetes dos Ministros da Defesa ou equivalentes, distintas personalidades que quiserem dar o seu testemunho sobre a sua experiência na cooperação de Defesa.

Em último, e porque os últimos são os primeiros, gostaria de salientar o trabalho e o enorme apoio desenvolvido pelo atual Diretor do CAE, o Sr. Coronel Armindo Sá Miranda que desde o primeiro dia que tomou posse se empenhou, pessoalmente, para que pudéssemos hoje estar aqui a apresentar esta Obra ao mundo Lusófono.

Caro Sá Miranda, para além do enorme prazer que tivemos em contar com o teu Prefácio partilhado com o Comandante Evandro Camelo, o que prestigia a Obra também foi muito importante sentir o teu apoio incondicional e o engajamento no compromisso de que tudo farias para termos o livro nos 20 anos do CAE...e cá estamos. Muito Obrigado.

Por fim uma palavra especial para a minha colega e amiga Professora Doutora Kamilla Rizzi. Dizer que foi um prazer trabalhar neste projeto editorial e aprender imenso nas longas horas de reflexão académica, que mesmo separados por um oceano nos permitiu levantar em cerca de dois anos, este livro.

Dizem os poetas que quando damos a alma para escrever um livro damos também parte do nosso corpo...que mostramos um pouco de nós... Espero que este livro passa contribuir para consolidar uma linda amizade que nos une. Obrigado, Kamilla.

Meu Srs.,

Agradeço imenso a todos quantos assistiram e este evento aqui em Maputo e online em todo o mundo, e espero que o livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP” possa ser do vosso inteiro agrado.

Muito Obrigado.

Maputo, 28 de Novembro de 2023

Coronel Luís Manuel Brás Bernardino, PhD

Coordenador do Núcleo Nacional de Portugal no CAE/CPLP



Figura 39: Professora Doutora Kamilla Raquel Rizzi (Brasil), coautora do livro “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”

CAE
Centro de Análise Estratégica

a) Secretário Executivo da CPLP

A honrosa visita do Exmo. Secretário Executivo da CPLP, **Dr. Zacarias Albano da Costa**, ao CAE/CPLP realizou-se em 5 de Junho de 2023, acompanhado da Ministra Conselheira da Missão Permanente de Angola junto da CPLP, Dr.^a Imaculada Carvalho, em representação da Presidência em exercício, e do Embaixador de Moçambique em Portugal, Joaquim Simeão Bule, tendo sido recebido pelo Diretor do CAE/CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda.

Fizeram ainda parte da delegação da visita o Chefe das Relações Diplomáticas, Dr. Miguel Levy e a Chefe de Gabinete do Secretariado Executivo Sra. Chloé Dindo, os Representantes do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Sra. Ilda Trigo Raivoso, Diretora-adjunta da Direção para as Organizações Internacionais e Conferências e do Sr. Inácio Muzime, Chefe de Departamento para a Política Internacional e ainda, a Representante do Ministério da Defesa Nacional, Sra. Tenente Gisene Utui Zualo Chavane, Chefe do Departamento de Relações Multilaterais.

A visita iniciou com o içar da bandeira da CPLP oferecida pelo Secretariado Executivo da CPLP seguida da apresentação da equipe de apoio do Diretor e do briefing sobre as actividades realizadas.

Em sua intervenção, o Diretor do CAE/CPLP agradeceu pela inédita visita do Secretário Executivo da CPLP ao Centro, ressaltando que a mesma se reveste de um grande simbolismo, por se realizar numa data em que se celebra o 48º aniversário de independência de Cabo Verde, Estado Membro da CPLP, que coincidentemente assume a direção do Centro, abordando ainda a importância da visita no reforço e estreitamento dos laços de colaboração existentes.

Em sua intervenção, o Secretário Executivo agradeceu pela hospitalidade e amizade com que foi acolhido e pela pertinente informação prestada sobre o CAE/CPLP e as actividades desenvolvidas e em curso. Ressaltou que o CAE/CPLP desempenha um papel importante, por ser um Centro de irradiação de conhecimento sobre a CPLP e ao mesmo tempo promove a visibilidade da

Comunidade.

Manifestou disponibilidade em continuar a colaborar e consolidar o trabalho conjunto que se tem vindo a desenvolver, nomeadamente a publicação do livro sobre os “25 Anos de Cooperação de Defesa na CPLP”, ao qual o Secretariado Executivo prestou, com entusiasmo, o apoio necessário à correta instrução do pedido de financiamento. Fez referência ao contributo financeiro do Secretariado Executivo para a realização do Espaço CPLP, que resultou num claro reforço da capacidade do CAE/CPLP.

Deu ênfase a questão da falta de pagamento das quotas, que coloca alguns constrangimentos à execução das actividades do CAE, disponibilizando-se a levar esta questão à atenção do Comité de Concertação Permanente, para sensibilizar os EM sobre a importância das contribuições para o funcionamento do CAE cujos resultados todos apreciam.

Agradeceu o contributo de Moçambique em termos de provisão de recursos humanos, de instalações e tomou boa nota do apreço que o Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, General Cristovão Artur Chume, manifestou pelo CAE.

Encorajou o Diretor do CAE e toda a sua equipe, incluindo os Núcleos Nacionais, a continuarem a promover a pesquisa e o pensamento estratégico para a CPLP, prestando assim o seu contributo para a superação dos desafios de natureza tão variada e por vezes difusa com que os nossos Estados se deparam no contexto internacional atual.

Terminando, realizou-se uma visita guiada às instalações do Centro começando pela Biblioteca que culminou com a assinatura do livro de honra no Gabinete do Director.



Figura 41: Foto de ocasião ; da esquerda para a direita: Sra. Chloé Dindo, Sra. Ilda Trigo Raivoso, Dr. Zacarias Albano da Costa, Coronel Tir. Armindo Sá Nogueira Miranda, Embaixador Joaquim Simeão Bule, Dr.ª Imaculada Carvalho e Dr. Miguel Levy

b) Ministro da Defesa Nacional de Moçambique

A honrosa visita do Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, Cristóvão Artur Chume ao Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CAE/CPLP) realizou-se em 4 de Agosto de 2023, acompanhado do Director da Política de Defesa Nacional, Brigadeiro Anastácio Zaqueu Barassa, tendo sido recebido pelo Director do CAE/CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda e sua Equipe de Apoio.

Em sua intervenção, o Director do CAE/CPLP agradeceu pela honrosa visita, ressaltando a importância da mesma no reforço e estreitamento dos laços de colaboração existentes entre as duas instituições.

Abordou sobre as actividades realizadas no primeiro semestre do ano de 2023, ressaltando os constrangimentos causados pela inadimplência do pagamento de quotas pelos EM no cumprimento do Plano de Actividades do Centro, a revisão do Estatuto e Regulamento, a comemoração dos 20 Anos do CAE/CPLP, as perspectivas e as necessidades e constrangimentos associados aos recursos humanos e logísticos alocados ao Centro, tendo solicitado o apoio do Ministério neste sentido.

Por sua vez, o Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, agradeceu pela hospitalidade e amizade com que foi acolhido e pela pertinente informação prestada sobre o CAE/CPLP e as actividades desenvolvidas e em curso, ressaltando que o CAE/CPLP de hoje é diferente do antigamente, fato denotado pelas dinâmicas institucionais atuais, a que se consubstancia a visibilidade e o papel do Centro da dinamização da Cooperação de Defesa na CPLP e na promoção de reflexões e debates em torno de questões estratégicas atuais com interesse para a Comunidade, fato que associa a rotação e a pertinência da rotação da Direção.

Abordou a questão da falta de pagamento das quotas, que coloca alguns constrangimentos na execução das actividades do CAE/CPLP, disponibilizando-se a levar esta questão à atenção dos seus pares, para sensibilizar os EM sobre a importância das contribuições para o funcionamento do CAE/CPLP, cujos resultados todos apreciam.

Ressaltou ainda que tomou boa nota das preocupações apresentadas inerentes aos recursos humanos, ressaltando o privilégio que têm de trabalhar para uma prestigiada instituição de representação ao nível da CPLP, e que trabalharia juntamente com a sua Equipe de Apoio para resolvê-las.

Manifestou total disponibilidade do Ministério em colaborar com o CAE/CPLP, nos termos previstos nos seus Estatutos, de modo a satisfazer as suas necessidades em termos de pessoal, ressaltando a importância da revisão dos Estatutos do Centro, nomeadamente no que concerne a definição de cargos/funções e ao perfil do pessoal para que se possa regularizar a situação do pessoal e/ou fornecer exatamente aquilo que o CAE/CPLP precisa.

Terminando, encorajou o Director do CAE/CPLP e toda a sua equipe, a continuarem a promover a pesquisa e o pensamento estratégico para a CPLP, prestando assim o seu contributo para a superação dos desafios de natureza tão

variada e por vezes difusa com que os nossos Estados se deparam no contexto internacional actual.

Seguidamente realizou-se uma visita guiada às instalações do Centro que culminou com a assinatura do livro.



Figura 42: Fotos de ocasião

c) Ministro do Estado, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social de Cabo Verde

No âmbito da sua visita oficial a Moçambique, o Ministro do Estado, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social de Cabo Verde, **Dr. Fernando Elísio Freire**, realizou uma visita ao CAE/CPLP em 8 de setembro de 2023, tendo sido recebido pelo Director do CAE/CPLP, Coronel Armindo Sá Nogueira Miranda e sua Equipe de Apoio.

Na visita que contou com a participação do Cônsul Honorário de Cabo Verde em Moçambique, Dr. Simão Barbosa, entre outros elementos da delegação, o Director do CAE/CPLP ressaltou a importância da honrosa presença no reforço e estreitamento dos laços de colaboração existentes entre as duas instituições.

Seguidamente, fez uma apresentação sumária sobre o Centro que incidiu sobre o funcionamento e ciclo de decisão da Componente de Defesa da CPLP, o papel do CAE/CPLP na dinamização da Cooperação de Defesa da CPLP e seu enquadramento na arquitetura da Componente de Defesa da CPLP. Abordou ainda sobre a edição do Livro sobre os “25 Anos de Cooperação de Defesa da CPLP”, cuja versão digital já está pronta, aguardando-se pelo financiamento para a produção da versão impressa, e sobre o 20º aniversário do CAE/CPLP, em 28 de Novembro próximo.

Em sua intervenção, o Ministro do Estado, da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social de Cabo Verde agradeceu pela hospitalidade e amizade com que foi acolhido e pela pertinente informação detalhada prestada sobre o CAE/CPLP e as actividades por si desenvolvidas e em curso, ressaltando a importância do pagamento de quotas no cumprimento do plano de actividades do Centro e para a manutenção das dinâmicas institucionais atuais, a que se consubstancia a visibilidade e o notável papel do Centro da dinamização da Cooperação de Defesa da CPLP e na promoção de reflexões e debates em torno de questões estratégicas atuais com interesse para a Comunidade.

Abordou sobre os constrangimentos que a falta de pagamento das quotas coloca no cumprimento do plano de actividades do CAE/CPLP, disponibilizando-se a levar esta questão à atenção dos seus pares, para sensibilizar os EM sobre a

importância das contribuições para o funcionamento do CAE/CPLP, cujos resultados todos apreciam.

Abordou ainda sobre o cometimento e engajamento de Cabo Verde na CPLP, constituindo-se um espaço vital de sua afirmação, ressaltando a importância do Acordo de Mobilidade da CPLP para Cabo Verde e para outros Estados Membros neste quesito.

Terminando, encorajou o Director do CAE/CPLP e a toda sua equipe, a continuarem a promover a pesquisa e o pensamento estratégico para a CPLP, prestando assim o seu contributo para a superação dos desafios de natureza tão variada e por vezes difusa com que os nossos Estados se deparam no contexto internacional atual, decisivamente marcado, entre outros, por múltiplos desafios securitários.

Seguidamente realizou-se uma visita guiada às instalações do Centro que culminou com a assinatura do livro de honra no Gabinete do Director.

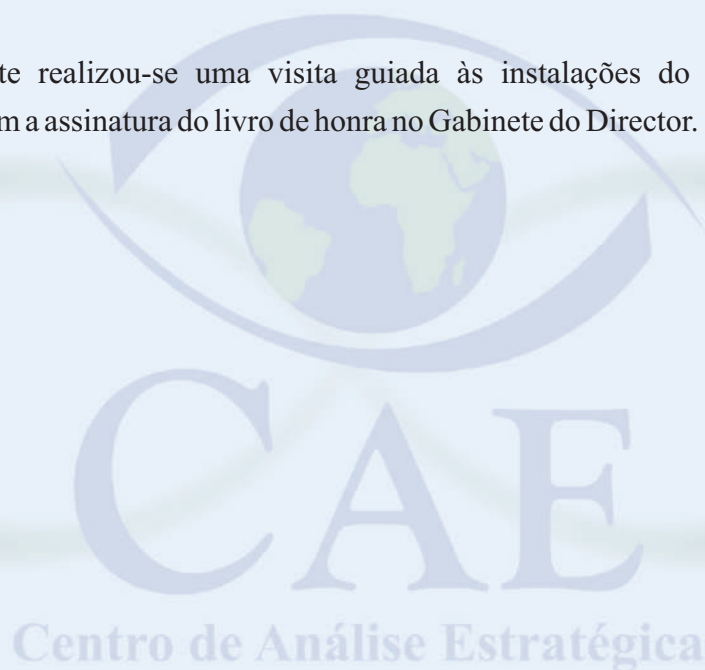




Figura 43: Fotos de ocasião

d) Ministra do Estado e da Defesa Nacional de Cabo Verde

A honrosa visita de S. Excia. Ministra do Estado e da Defesa Nacional de Cabo Verde, **Dra. Janine Tatiana Santos Lélis**, ao CAE/CPLP realizou-se em 29 de Novembro de 2023, tendo sido recebido pelo Diretor do CAE/CPLP, Coronel Tirocinado Armindo Sá Nogueira Miranda e sua Equipe de Apoio.

Participaram também da visita a Diretora do Gabinete e a Assessora de Imprensa da Ministra, **Dra. Carla Sofia Vieira Semento** e a **Dra. Janisa Helena Mendes Correia Alves** respetivamente, a Coordenadora do Núcleo Nacional do CAE/CPLP em Cabo Verde, **Dr^a. Nandixany de Lurdes Souto Amado Alves Vieira Andrade** e a Representante do Ministério da Defesa Nacional de Moçambique, **Coronel Cremilde Constantino Cumbula**, Diretora de Finanças.

Em sua intervenção, o Exmo. Diretor do CAE/CPLP agradeceu pela honrosa visita, ressaltando a importância e o simbolismo de que a mesma se reveste no reforço e estreitamento dos laços de colaboração existentes entre as duas instituições. Seguidamente, realizou-se uma apresentação sumária sobre o Centro, com destaque para a sua missão, objetivos, visão, funcionamento e principais atividades realizadas, ressaltando os constrangimentos causados pela inadimplência do pagamento de quotas pelos Estados Membros no cumprimento do Plano de Atividades do Centro.

Adicionalmente, abordou-se sobre o processo de revisão dos Estatutos e Regulamento do CAE/CPLP em curso, a cerimónia evocativa do 20º Aniversário e o XXVIII Seminário Internacional Político-Estratégico (SIPE) do Centro, realizada em 28 e 29 de Novembro respetivamente. Abordou-se ainda, sobre o papel do Centro na promoção de debates e reflexões em torno de temáticas atuais no domínio da estratégia com interesse para os objetivos da Comunidade e na dinamização da Cooperação de Defesa na CPLP.

Em sua intervenção, S. Excia. Ministra do estado e da Defesa Nacional de Cabo Verde, agradeceu pelo convite formulado, a hospitalidade e amizade com que foi recebida e acolhida assim como, pela pertinente informação prestada sobre o CAE/CPLP e as actividades desenvolvidas, ressaltando a organização do Centro

denotada pelas dinâmicas institucionais atuais, a que se consubstancia a visibilidade e o papel do Centro da dinamização da Cooperação de Defesa na CPLP e na promoção de reflexões/debates em torno de questões estratégicas atuais com interesse para a Comunidade.

Ressaltou ainda, que na atualidade, o sector da Defesa coloca-nos muitos desafios, exigindo-nos maior preparação para sua resposta, e o CAE/CPLP desempenha um papel fundamental nesta vertente para um alinhamento estratégico da CPLP.

Terminando, saudou a equipe de apoio do CAE/CPLP e apelou maior entusiasmo e engajamento no cumprimento dos objetivos institucionais, ressaltando que o produto dos seus trabalhos tem registado maior valorização. Seguidamente realizou-se uma visita guiada às instalações do Centro que culminou com a assinatura do livro de honra.





Figura 44: Fotos de ocasião

2ª Edição do Curso de Análise Estratégica e Prospetiva - 2023

Dedicada a relevante temática da “Segurança Marítima no Espaço CPLP: Perspetivas, Desafios e Oportunidades”, a 2ª Edição do Curso de Análise Estratégica e Prospetiva (CAEP), a primeira a dedicar-se a uma temática específica, realizou-se entre 28 de Agosto a 1 de Setembro de 2023, em formato híbrido, presencialmente a partir do “Espaço CPLP”, sito nas instalações do Centro, Rua Coronel Aurélio Manave, N° 383, Sommerchild – Maputo, e pela via telemática através do canal do Centro na plataforma Zoom.

Participaram da 2ª Edição do CAEP 51 Auditores dos Estados-membros da CPLP, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, dos quais 37 homens (72.5%) e 14 mulheres (27.5%), 15 presencialmente (29.4%) e 36 pela via telemática (70.6%).

A realização do Curso contou com um importantíssimo apoio institucional do Ministério da Defesa Nacional, Marinha de Guerra, Porto de Maputo e Universidade Joaquim Chissano – Moçambique, Escola Superior de Guerra – Brasil; e Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional – Portugal. O curso foi compreendido de 9 módulos, ministrados por oradores provenientes das instituições dos Estados-membros mencionados, incluindo visitas de estudo à Marinha de Guerra e ao Porto de Maputo -Moçambique, nomeadamente:

- ❖ **Módulo A:** Enquadramento do Centro de Análise Estratégica na Componente de Defesa da CPLP | Coronel Armindo Sá Miranda | Director do CAE/CPLP;
- ❖ **Módulo B:** Segurança Marítima: Conceitos, Abordagens Teóricas, Ameaças, Riscos, Desafios e Oportunidades | Dr. Mussá Hosten Aly | Gestor de Operações Marítimas | Porto de Maputo | Moçambique;
- ❖ **Módulo C:** A Governança dos Mares da CPLP: Desafios e Oportunidades para os Estados Membro | Professora Doutora Isabel de Noronha | Analista e Consultor Político Sénior | Cofundador e Presidente | Future Ocean Alliance – FOA | Portugal;

- ❖ **Módulo D:** Segurança Marítima no Espaço CPLP: Perspetivas, Desafios e Oportunidades | Comodoro Paulo Cavaleiro Ângelo | Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional | Portugal;
- ❖ **Módulo E:** Visita de Estudos a Marinha de Guerra de Moçambique | Marinha de Guerra de Moçambique: Missão, Visão, Objetivos e Papel na Securitização do Oceano Índico | Comando da Marinha de Guerra | Moçambique;
- ❖ **Módulo F:** Visita de Estudos ao Porto de Maputo | Segurança e Operações Logísticas do Porto | Moçambique;
- ❖ **Módulo G:** Diplomacia de Defesa, Poder Marítimo e Poder Naval | Almirante António Ruy de Almeida | Escola Superior de Guerra | Brasil;
- ❖ **Módulo H:** A Importância do Oceano Índico para a CPLP | Professor Doutor Emílio Jovando Zeca | Diretor-Adjunto do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais | Universidade Joaquim Chissano | Moçambique;
- ❖ **Modulo I:** Exercício Prático

O CAEP é dirigido a técnicos superiores civis e militares, incluindo estudantes finalistas dos Estados-membros da CPLP de instituições parceiras dentro e fora da Componente de Defesa da CPLP e da CPLP e tem por objetivos: (i) Proporcionar numa perspetiva multidisciplinar ferramentas para a compreensão, interpretação e análise das dinâmicas das relações internacionais (RI) contemporâneas em contexto de cooperação e conflitualidade e; (ii) Fomentar a análise prospetiva, tendo presente os vários fenómenos que caracterizam o sistema internacional e os principais desafios que se colocam as RI contemporâneas, com recurso às técnicas de análise.



Figura 45: Fotos de ocasião

SEGURANÇA SANITÁRIA MUNDIAL: PERSPETIVAS E CONTRIBUTOS DO FÓRUM DE SAÚDE MILITAR DA CPLP

Major Sílvia Sousa

Capitão Pedro Matias

Tenente-coronel Marilice Pontirolli

Tenente-coronel Fernando Tavares

Capitão-de-mar-e-guerra Fernando Assaiemo

Capitão-tenente Eduardo Chicanequisso

Capitão Alfredo Moreira

Tenente-coronel Júlio Carvalho

Resumo

Numa dimensão sem precedentes, a pandemia de COVID-19 reforçou a importância e a necessidade de políticas e estratégias integradas ao nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que visem o fortalecimento dos instrumentos e mecanismos de cooperação entre Estados-membros no contexto da segurança sanitária mundial. Tendo presente esta realidade, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas no âmbito do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa da CPLP com o objetivo de reforçar as capacidades dos serviços de saúde militar dos seus Estados-membros no âmbito da prevenção, deteção e resposta a emergências de saúde pública de âmbito internacional. Nesta esteira, o presente artigo enquadra a temática da saúde militar no contexto da segurança sanitária mundial, tendo como foco principal as atividades de cooperação multilateral desenvolvidas no âmbito do Fórum de Saúde Militar da CPLP. Os resultados obtidos permitem evidenciar um significativo, e crescente, número de iniciativas desenvolvidas pelo Fórum de Saúde Militar da CPLP com grande relevância no contexto da segurança sanitária mundial, bem como apontam inúmeros benefícios no reforço da articulação e colaboração entre as componentes de defesa e da saúde da CPLP, através de um maior envolvimento da saúde militar nas atividades previstas no âmbito do eixo de intervenção 6 –

prontidão para emergências em saúde pública – do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP 2023-2027.

Palavras-chave: CPLP; Regulamento Sanitário Internacional; Saúde Militar; Saúde Pública; Segurança Sanitária Mundial.

Abstract

In an unprecedented dimension, the COVID-19 pandemic reinforced the importance and need for integrated policies and strategies at the level of the Community of Portuguese Speaking Countries (CPLP) that aim to strengthen the instruments and mechanisms of cooperation between Member States in the context of global health security. Bearing this reality in mind, several initiatives were developed within the scope of the CPLP Defense Cooperation Protocol with the aim of strengthening the capabilities of the military health services of its Member States in the context of prevention, detection and response to public health emergencies of international concern. In this matter, this article is framed within the theme of military health in the context of global health security, with the focus on the multilateral cooperation activities carried out within the scope of the CPLP Military Health Forum. The results highlight a significant, and growing, number of initiatives developed by the CPLP Military Health Forum with great relevance in global health security context, as well as pointing out numerous benefits in strengthening articulation and collaboration between the CPLP defense and health components, through greater involvement of military health in the activities planned under axis 6 – preparedness for public health emergencies – of the CPLP Health Cooperation Strategic Plan 2023-2027.

Keywords: CPLP; Global Health Security; International Health Regulations; Military Health; Public health.

1. Introdução

Segundo Cruz (2020), a história mostra-nos que os fenómenos decorrentes da disseminação natural, acidental ou intencional de agentes biológicos “[...] representam sérias ameaças à segurança nacional, dada a capacidade de causarem problemas de segurança interna, perturbarem o relacionamento entre nações ou o funcionamento das organizações internacionais, com desfechos muitas vezes imprevisíveis”.

Inserida neste contexto, a pandemia de COVID-19 reforçou a importância e a necessidade de políticas e estratégias integradas ao nível da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) que visem o fortalecimento da cooperação bilateral e/ou multilateral entre Estados-membros no contexto da segurança sanitária mundial, consideradas necessariamente numa lógica de reforço dos tratados e mecanismos internacionais existentes.

Neste sentido, a interligação entre as áreas da saúde e da defesa, sob o conceito de segurança sanitária (*health security*), assume crescente relevância nos documentos estruturantes das políticas e estratégias de cooperação da CPLP, visando o fortalecimento de capacidades de prevenção, deteção e resposta a emergências em saúde pública dos seus Estados-membros, através da criação de mecanismos de articulação adequados e eficazes.

Ao nível da componente de defesa da CPLP, e em sede das reuniões do Fórum de Saúde Militar da CPLP (FSM/CPLP), especialistas da saúde militar apontam inclusivamente a segurança sanitária como um dos contextos prioritários de cooperação, designadamente nas áreas da prevenção e controlo das doenças infecciosas e da biossegurança e bioproteção.

Neste contexto, e tendo em conta os recursos disponíveis, tem sido desenvolvido um conjunto de iniciativas ao nível do FSM/CPLP no âmbito da segurança sanitária mundial que intersetam as áreas da saúde e da defesa, e que enquadram um espectro de oportunidades que importa também considerar no quadro dos instrumentos e mecanismos de cooperação aprovados pela componente da saúde da CPLP.

Neste enquadramento, o presente artigo, elaborado com os contributos de membros da Comissão Técnica de Segurança Sanitária Mundial do FSM/CPLP de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, tem como objetivos principais enquadrar a problemática da saúde militar no contexto da segurança sanitária mundial e descrever as principais atividades de cooperação multilateral desenvolvidas no âmbito do FSM/CPLP.

Observando o carácter exploratório do presente artigo, elegeu-se uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, com recurso a análise documental, tendo como principal *corpus* documental atas, relatórios, declarações e comunicados publicados em fonte aberta pela componente de defesa da CPLP.

Em termos de estrutura, o artigo encontra-se organizado em três capítulos, para além da presente introdução e das considerações finais. Num primeiro capítulo apresenta-se o conceito de segurança sanitária mundial. Num segundo capítulo enquadra-se o tema saúde militar no contexto da segurança sanitária mundial, realçando a sua relevância no âmbito da prevenção, deteção precoce e resposta a emergências de saúde. Num terceiro capítulo descrevem-se as principais atividades desenvolvidas pelo FSM/CPLP com relevância para o tema em análise.

2. Segurança Sanitária Mundial

Introduzido em 1994 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o conceito de segurança sanitária decorre da conceptualização da segurança humana, que engloba também, e de modo interligado, os conceitos de segurança económica, segurança alimentar, segurança ambiental, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política (PNUD, 1994).

Esta conceptualização estabelece o fundamento para a consideração das emergências de saúde pública de âmbito internacional como problemas securitários, tanto na perspetiva da segurança humana, como também no contexto da segurança nacional e internacional e emerge da teoria da securitização desenvolvida pela Escola de Copenhaga.

Neste sentido, e considerando o atual quadro multidimensional de riscos e ameaças à segurança dos Estados e das pessoas, onde se incluem riscos e ameaças à segurança sanitária, observa-se ainda que a evolução dos quadros conceptuais relacionados com a securitização da saúde tende a consolidar uma abordagem global, observada no seu sentido geográfico (mundial), considerando o elevado potencial de transmissão transfronteiriça dos agentes infecciosos.

Sobre esta temática, Nunes (2014) refere ainda que a teorização relacionada com a securitização da saúde contribuiu para uma melhor definição e compreensão da relação entre segurança e saúde e os seus efeitos, para além da identificação da segurança sanitária como resultado de um processo. Neste sentido, observa-se que as práticas dominantes de segurança sanitária pressupõem uma convergência entre os objetivos dos sectores da saúde e da defesa, em que a colaboração intersectorial é um meio para a sua realização, através, designadamente, da conciliação de esforços que visem a implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI).

Constituindo-se como o tratado internacional de referência no âmbito da segurança sanitária mundial, o RSI vincula os 196 Estados que aderiram à sua implementação, entre os quais os Estados-membros da CPLP, à obrigatoriedade de implementação de medidas nos domínios da preparação, deteção e resposta em tempo oportuno a potenciais emergências de saúde pública de âmbito internacional, bem como de notificar tais eventos à Organização Mundial da Saúde (OMS), com vista a determinar a eventual necessidade de uma resposta mundial coordenada (OMS, 2005).

No contexto da aprovação da 3.^a edição do RSI, a 58.^a Assembleia Mundial da Saúde instou, ainda, os Estados signatários a dar apoio aos países em desenvolvimento e aos países com economia em fase de transição, reforçando a sua capacidade de aquisição, reforço e manutenção das áreas técnicas que apoiam a implementação do referido tratado internacional, e que englobam: i) instrumentos legais; ii) financiamento; iii) coordenação, funções de ponto focal nacional e advocacia do RSI; iv) resistência aos fármacos antimicrobianos; v) doenças zoonóticas; vi) segurança alimentar; vii) biossegurança e bioproteção;

vii) vacinação; ix) sistema nacional de laboratórios; x) vigilância; (xi) recursos humanos; xii) gestão de emergências de saúde; xiii) ligação as entre autoridades de saúde pública e as autoridades de segurança e defesa; xiv) prestação de cuidados de saúde; xv) prevenção e controlo de infeção; xvi) comunicação do risco e envolvimento da comunidade; xvii) pontos de entrada; xviii) eventos químicos; e xix) emergências radiológicas (OMS, 2022).

Em junho de 2024, a 77.^a Assembleia Mundial da Saúde aprovou um conjunto de emendas ao RSI com o objetivo de fortalecer a arquitetura global de segurança sanitária. Das referidas emendas, destaca-se, pela sua relevância no contexto do presente artigo, a introdução da definição de “emergência pandémica”, enquanto fenómeno que não se deve ser classificado apenas pela ampla propagação geográfica de doenças infecciosas, mas também em função da capacidade de resposta dos sistemas de saúde e das consequências sociais e económicas associadas (OMS, 2024).

3. Saúde Militar no contexto da Segurança Sanitária Mundial

No âmbito das crises sanitárias de dimensão transfronteiriça decorrentes de epidemias e pandemias causadas por agentes infecciosos, a história testemunha que as Forças Armadas assumiram sempre uma presença central, com especial destaque no contexto da resposta às epidemias que assolaram a Europa no século XIX (Bicho, 1926).

Hoje, passado um século, quando se toma como referência a resposta à pandemia de COVID19, constata-se que a atuação das Forças Armadas continua a assumir uma relevância central na capacidade dos Estados no âmbito da resposta a emergências de saúde pública de âmbito internacional. Segundo Pires (2020), ainda a pandemia dava os seus primeiros indícios e já os militares planeavam e se preparavam, “[...] faz parte do ethos, antecipar, perspetivar, planear para o cenário mais provável acautelando sempre o mais perigoso”.

Na perspetiva de Michaud et al. (2019), as Forças Armadas têm significativas capacidades com aplicabilidade no contexto da segurança sanitária mundial,

nomeadamente capacidades ao nível da logística, dos transportes, da segurança e da projeção de ativos em grande escala. Facto que motiva uma crescente disposição dos países para envolver o setor da defesa no apoio ao esforço global na área da segurança sanitária, através do uso dual de capacidades militares.

Chretien et al. (2007) referem ainda que a cooperação militar-militar, na qual as Forças Armadas com capacidades mais avançadas na área da saúde pública apoiam outras Forças Armadas a desenvolver capacidades laboratoriais e de vigilância epidemiológica, são também uma forma de promover as capacidades nacionais dos Estados no âmbito da segurança sanitária.

Neste âmbito, cabe a prospeção de modelos colaborativos, considerando aqui a cooperação internacional em prol da prossecução de objetivos comuns no contexto da segurança sanitária mundial, e onde encontra também espaço a cooperação entre serviços de saúde militar da CPLP, com o objetivo de reforçar as capacidades dos seus Estados-membros na prevenção, deteção precoce e resposta oportuna a emergências pandémicas.

Ainda segundo Chretien et al. (2007), as Forças Armadas devem procurar promover também a colaboração civil-militar na área da saúde pública ao nível local, regional, nacional e internacional, sempre que as suas capacidades possam contribuir para melhorar as capacidades civis. Os autores sublinham que esta tipologia de colaboração apresenta elevada utilidade, permitindo reforçar, inclusivamente, a capacidade dos sistemas de informação sobre a frequência e distribuição das doenças infecciosas e sobre os fatores ou condições que propiciam o aumento do risco de transmissão das mesmas.

Decorrente desta realidade, a colaboração civil-militar no contexto da segurança sanitária configura-se atualmente como um tema emergente, num campo pelo qual se têm vindo a interessar profissionais e académicos de todo o mundo e onde, naturalmente, o FSM/CPLP também pode fornecer importantes contributos.

Ainda a propósito da colaboração civil-militar, um modelo conceptual de referência importante no contexto do presente artigo encontra-se materializado pelo documento da OMS “*National civil-military collaboration framework for*

strengthening health emergency preparedness: WHO guidance document” (OMS, 2021). Modelo onde podem, inclusivamente, ser identificados os aspetos chave para o reforço da colaboração entre as componentes de defesa e da saúde da CPLP em áreas técnicas que apoiam a implementação do RSI.

4. Perspetivas e contributos do Fórum de Saúde Militar da CPLP

O FSM/CPLP, cuja criação foi aprovada em sede da XVI Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados da CPLP, em Maputo, Moçambique, em maio de 2013, é um fórum especializado da componente de defesa da CPLP que tem por missão propor as linhas de orientação política e estratégica no domínio da saúde militar da CPLP, bem como coordenar as atividades de cooperação entre serviços de saúde militar desenvolvidas no âmbito do Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (CPLP, 2006; CPLP, 2013).

Atendendo aos objetivos definidos para o presente artigo, descrevem-se nos pontos seguintes as principais atividades desenvolvidas pelo FSM/CPLP que encontram relação direta com a temática da segurança sanitária mundial.

4.1. Reuniões do Fórum de Saúde Militar da CPLP

Da análise dos diversos relatórios e atas das reuniões do FSM/CPLP, constata-se que a preocupação com assuntos relacionados com a segurança sanitária têm sido alvo de debate e reflexão desde o I FSM/CPLP realizado em 2014, com especial incidência nos temas da prevenção e controlo das doenças infecciosas e dos eventos Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos (NRBQ). Porém, a inclusão explícita do tema da segurança sanitária mundial na agenda do FSM/CPLP encontra a sua origem na reunião do VII FSM/CPLP, realizada em 2021 por videoconferência devido às restrições impostas pelo contexto epidemiológico decorrente da pandemia de COVID-19.

Na referida reunião, foi introduzido este tema com a apresentação “Segurança Sanitária Mundial: Imperativos e desafios à Saúde Militar”, recordando a centralidade do RSI no contexto da segurança sanitária mundial e salientando a

importância da colaboração entre os setores da saúde militar e da saúde pública no âmbito da preparação e resposta a emergências de saúde pública de âmbito internacional. Neste contexto foi apresentado ainda um potencial modelo de colaboração entre serviços de saúde militar e de saúde pública, composto pelos seguintes elementos: protocolos de colaboração; formação, comunicação e sensibilização; grupos de trabalho multisectoriais; planos de contingência; sistemas de informação; exercícios de simulação; partilha de recursos; e intercâmbio de profissionais (FSM, 2021).

Ainda no decurso da reunião do VII FSM/CPLP, os chefes das delegações presentes partilharam os principais desafios e lições identificadas na resposta à COVID-19, dando a conhecer as diferentes intervenções adotadas nos respetivos Estados e destacando a relevância do duplo uso das capacidades dos serviços de saúde militar no apoio às autoridades sanitárias civis e às populações (FSM, 2021).

Em 2022, por ocasião da reunião do VIII FSM/CPLP o Coordenador do FSM/CPLP, Dr. Vasco Hilário, salientou a importância das questões de saúde pública e da necessidade de reforçar a cooperação entre os Estados-membros na preparação, deteção e resposta a emergências em saúde pública de âmbito internacional, destacando o papel crucial das Forças Armadas, em particular dos serviços de saúde militar, neste contexto (FSM, 2022).

No seguimento dos assuntos debatidos nas reuniões anteriores, em março de 2023, em sede do IX FSM/CPLP, foi proposto pelos Diretores de Saúde Militar ou equiparados da CPLP o reforço das atividades de cooperação no âmbito da preparação e resposta a emergências de saúde pública, não só na esfera da saúde militar, mas também numa perspetiva de articulação e colaboração civil-militar, através de um maior envolvimento do FSM/CPLP com as atividades desenvolvidas neste âmbito pela componente da saúde da CPLP (FSM, 2023).

No âmbito da sessão de abertura da X reunião do FSM/CPLP, realizada em fevereiro de 2024, na sede da CPLP, em Lisboa, Portugal (Figura 1), o Diretor-Geral da CPLP, Embaixador Armindo de Brito Fernandes, realçou a importância

do FSM/CPLP no fortalecimento da cooperação e na criação de sinergias na área da saúde, frisando que a colaboração entre as componentes de defesa e da saúde da CPLP encerra grande potencial, nomeadamente nas áreas da “Uma Só Saúde” (*One Health*), da biossegurança e bioproteção e da prontidão para emergências em saúde pública (FSM, 2023a).



Figura 45: X Fórum de Saúde Militar da CPLP – Lisboa, Portugal (2023)

4.2. Encontros de Saúde Militar da CPLP

Da análise das declarações finais dos Encontros de Saúde Militar da CPLP (ESM/CPLP) disponíveis para consulta (desde 2009), observa-se a inclusão de temas relacionados com segurança sanitária no programa científico de todas as edições, desancando-se, a título de exemplo: “Grandes endemias”, “Malária”, “Dengue” e “Segurança alimentar” no XIV ESM/CPLP (Portugal, 2009); “Gripe A (H1N1): O que aprendemos com a pandemia?” no XV ESM/CPLP (Cabo Verde, 2010); “NRBQ” no XVI ESM/CPLP (Brasil, 2013); “Globalização e as doenças emergentes como desafios do século XXI” no XVII ESM/CPLP (Angola, 2015); e “Grandes endemias” e “Biossegurança na CPLP” no XVIII ESM/CPLP (Portugal, 2018).

Mais recentemente, o XIX ESM/CPLP realizado em fevereiro de 2023, em Maputo, Moçambique, teve como tema central a “Saúde Militar no contexto da Segurança Sanitária Mundial” e incluiu no seu programa científico os seguintes

tópicos: i) Segurança sanitária mundial; ii) Planos de ação nacionais para a segurança sanitária; iii) Colaboração civil-militar na resposta a emergências de saúde pública; e iv) Biossegurança e bioproteção na CPLP (FSM, 2023b).

No decurso da sessão de abertura, o Ministro da Defesa Nacional de Moçambique, General Cristóvão Chume, recordou a vulnerabilidade dos Estados face ao terrorismo, imigração ilegal, crime organizado transnacional, desastres decorrentes da ocorrência de eventos naturais extremos, pandemias, entre outros, que requerem o aprofundamento de abordagens de conjugação de sinergias para a promoção de um ambiente de estabilidade internacional. Sublinhou ainda a que pandemia de COVID19 realçou o papel preponderante do sector da defesa na preparação e resposta a crises no âmbito da segurança sanitária mundial, reforçando o espírito de serviço público das Forças Armadas e a importância da sua contribuição para a segurança nacional e bem-estar das populações (Chume, 2023).

Ao longo das várias sessões do evento foram apresentadas boas práticas de colaboração entre os setores da defesa e da saúde para preparar e responder conjuntamente face a emergências de saúde pública, permitindo consolidar uma visão conjunta para a segurança sanitária mundial numa perspetiva multisectorial e multinacional.

Ainda no âmbito do XIX ESM/CPLP, foram realizados nas instalações da sede do Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP) dois *workshops* subordinados às temáticas do RSI e da biossegurança e bioproteção.

Envolvendo cerca de 30 participantes, militares e civis, oriundos de Angola, Brasil, Moçambique e Portugal, das áreas da medicina, medicina veterinária, enfermagem, psicologia, farmácia e biologia, entre outras, o *workshop* no âmbito do RSI permitiu o debate em torno do contributo dos serviços de saúde militar para a capacitação dos Estados na implementação do RSI (Figura 2).



Figura 46: *Workshop* no âmbito do Regulamento Sanitário Internacional CAE/CPLP (2023)

Com base em quatro cenários-caso de doenças infecciosas de notificação clínica e laboratorial obrigatória (Síndrome Respiratória Aguda Grave, Doença Meningocócica, Cólera e Febre Hemorrágica Viral) os participantes foram conduzidos a debater questões transversais relativas à temática da colaboração entre entidades de saúde civis e militares no contexto do RSI.

O *workshop* realizado permitiu evidenciar as inúmeras vantagens no reforço da colaboração civil-militar, designadamente, nas seguintes áreas técnicas que apoiam a implementação do RSI: vigilância epidemiológica; biossegurança e bioproteção; capacidade laboratorial; eventos químicos; e emergências radiológicas.

Com base nos resultados e conclusões do *workshop* foi apresentada a comunicação “*Military health services in the context of the international health regulations: perspectives from lusophone countries*” no âmbito da Cimeira Militar de Segurança Sanitária e da Conferência de Segurança Sanitária Mundial, realizadas em junho de 2024 em Sydney, Austrália (Figura 3).



Figura 47: Global Health Security Conference – Sydney, Australia (2024)

4.3. Comissão Técnica de Segurança Sanitária Mundial do FSM/CPLP

Decorrente das recomendações emanadas pela Assembleia de Chefes de Delegação dos Estados-membros da CPLP presentes no XIX ESM/CPLP, foi proposta em sede do IX FSM/CPLP, e aprovada pelo atual ciclo de decisão da componente de defesa da CPLP, a criação de uma Comissão Técnica (CT) de Segurança Sanitária Mundial do FSM/CPLP, constituída por especialistas da saúde militar indicados pelos Diretores de Saúde Militar ou equiparados dos Estados-membros da CPLP (FSM, 2023a; FSM/2023b).

A referida CT tem como atividade principal prestar assessoria técnica ao FSM/CPLP, bem como desenvolver iniciativas e atividades que visem o avanço da área da saúde militar no contexto da segurança sanitária mundial, tendo como objetivos, numa primeira fase (2023/25): i) analisar o envolvimento dos serviços de saúde militar da CPLP nos processos nacionais de preparação, deteção e resposta a emergências de saúde pública; e ii) identificar e propor eixos de intervenção e áreas de atuação prioritárias no âmbito do FSM/CPLP que visem o reforço das capacidades dos serviços de saúde militar em áreas técnicas que apoiam a implementação do RSI.

Desde a sua criação, em 2023, a CT de Segurança Sanitária tem reunido semestralmente por videoconferência em conjunto com a CT de Biossegurança e Bioproteção do FSM/CPLP. No contexto das referidas reuniões foi debatida a

importância da articulação do FSM/CPLP com a OMS, através da sua Unidade de Envolvimento Multissetorial para a Segurança Sanitária, considerando a relevância desta agência especializada das Nações Unidas no contexto das atividades da CT. Na última reunião, que decorreu em setembro 2024, foram discutidos os resultados do envolvimento do FSM/CPLP no exercício FELINO 2024 com o objetivo de fornecer contributos para o relatório final desta atividade a apresentar em sede do XI FSM/CPLP, em 2025.

Ainda no quadro das suas atividades, e com o intuito de extrair boas práticas e lições identificadas, a CT encontra-se atualmente a analisar a informação parametrizada partilhada pelos Estados-membros da CPLP referente atuação das Forças Armadas na resposta à pandemia de COVID-19. Previsivelmente, os resultados preliminares da referida análise serão apresentados pela CT no âmbito XX ESM/CPLP, que terá lugar em fevereiro de 2025 em Brasília, Brasil.

4.4. Programa de Intercâmbio de Formação em Saúde Militar da CPLP

Com o objetivo promover a formação de profissionais de saúde dos serviços de saúde militar da CPLP em áreas identificadas como prioritárias em sede das reuniões do FSM/CPLP, o programa de Intercâmbio de Formação em Saúde Militar da CPLP, contribuiu, desde a sua criação em 2017, para a formação de 75 militares de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Com uma oferta formativa crescente, o referido programa de intercambio integra atualmente 27 cursos de curta duração, e dos quais se destacam, pela relação com a temática da segurança sanitária, os cursos nas áreas da segurança alimentar, da medicina do viajante e da biossegurança e bioproteção (Figura 4).



Figura 48: Curso de biossegurança e bioproteção do programa de Intercâmbio de Formação em Saúde Militar da CPLP – Lisboa, Portugal (2023)

4.5. Exercício FELINO 2024

Na sequência das recomendações do XIX ESM/CPLP, e com o objetivo de validar e otimizar a interoperabilidade entre capacidades dos serviços de saúde militar das Forças Armadas dos Estados-membros da CPLP, foi apresentada no IX FSM/CPLP a proposta de maior envolvimento do FSM/CPLP nos processos de planeamento e condução dos exercícios conjuntos e combinados da série FELINO, bem como a inclusão de cenários de treino em áreas da saúde militar identificadas como prioritárias em sede das reuniões do FSM/CPLP, designadamente, nas áreas da vigilância epidemiológica, da biossegurança e bioproteção e da resposta a emergências sanitárias (FSM, 2023a; FSM/2023b).

Concretizando este desígnio, foi integrado no contexto do macro cenário proposto para a edição de 2024 do exercício FELINO, realizado em Portugal, e que envolveu 244 participantes (11 da saúde militar), um treino dirigido no âmbito da segurança sanitária baseado na ocorrência de um evento relacionado com a emergência do surgimento de possíveis casos de febre hemorrágica viral, com potencial origem em contaminação intencional, e que permitiu testar a interoperabilidade na área da biossegurança e bioproteção de uma equipa multinacional, composta por elementos dos serviços de saúde militar de Angola, Guiné-Bissau, Portugal e Timor-Leste (EMGFA, 2024; DGRDN, 2024).



Figura 49: Equipa multinacional de biossegurança e bioproteção - FELINO 2024 (Portugal)

4.6. Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP 2023-2027

No quadro das suas atribuições, o FSM/CPLP tem desenvolvido diversas iniciativas que visam o reforço da colaboração entre as componentes de defesa e da saúde da CPLP, designadamente, no âmbito do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP) 2023-2027.

Aprovado em março de 2022, em sede da IV Reunião Extraordinária de Ministros da Saúde da CPLP realizada em Luanda, Angola, o PECS-CPLP, referente ao quinquénio 2023-2027, reitera a vontade política dos Estados-membros da CPLP para, de forma coordenada e em cooperação, prosseguirem a implementação de políticas e estratégias que visem consolidar o desenvolvimento sustentável, a boa governação dos respetivos sistemas nacionais de saúde e promover a saúde global (CPLP, 2022).

Estruturado em eixos de intervenção, o PECS-CPLP 2023-2027 integra um eixo dedicado à prontidão para emergências em saúde pública (eixo 6) com o objetivo de ampliar a coordenação de ações e capacidade de respostas rápidas e conjuntas a emergências, bem como de apoiar os Estados-membros da CPLP a melhorarem a implementação das recomendações resultantes das avaliações externas conjuntas do RSI (CPLP, 2022).

Para a consecução dos referidos objetivos, o eixo 6 prevê como atividades principais o reforço da cooperação bilateral e/ou multilateral no âmbito do fortalecimento de capacidades de vigilância e resposta a emergências de saúde pública dos Estados-membros e o desenvolvimento de um Metaplano de Resposta a Emergências Sanitárias da CPLP, identificando um conjunto de ações facilitadoras da execução das referidas atividades, nomeadamente, o reforço da articulação entre setores de cooperação da CPLP numa lógica de complementaridade, subsidiariedade e eficácia.

Em linha com esta perspetiva, e em sede do X FSM/CPLP, realizado em fevereiro de 2024 na sede da CPLP, em Lisboa, Portugal, o Diretor da Cooperação da CPLP, Dr. Manuel Lapão, realçou a relevância da articulação entre entidades civis e entidades militares no contexto do eixo 6 do PECS-CPLP 2023-2027, aludindo ao potencial de liderança da componente de defesa, mais especificamente da saúde militar, no desenvolvimento do Metaplano de Resposta a Emergências Sanitárias da CPLP (FSM, 2024).

Mais recentemente, o Comunicado final da XXIX reunião ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, que decorreu em junho de 2024 em São Tomé, São Tomé e Príncipe, regista com satisfação a realização do X FSM/CPLP na sede da CPLP, em estrita colaboração com o Secretariado Executivo da CPLP, permitindo fortalecer a cooperação e a dinâmica de trabalho das Redes da CPLP no setor da saúde e reforçar o diálogo e sinergias com o PECS-CPLP 2023-2027 (CPLP, 2024).

Ainda o âmbito PECS-CPLP 2023-2027, o FSM/CPLP integrou a sessão plenária “Preparação e resposta a emergências em saúde pública” da Conferência de Saúde Pública da Lusofonia, realizada em novembro de 2023, em Lisboa, Portugal. A referida sessão integrou, além do FSM/CPLP, palestrantes dos Ministérios da Saúde do Brasil e de Moçambique e do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge de Portugal, sob a moderação da Direção-Geral da Saúde de Portugal (Figura 6).



Figura 50: Conferência de Saúde Pública da Lusofonia – Lisboa, Portugal (2024)

No decurso da intervenção do FSM/CPLP foi destacada a importância da cooperação civil-militar nos Estados e em redes ao nível da CPLP e os benefícios de uma aproximação, de modo consistente, do FSM/CPLP às atividades previstas no eixo 6 do PECS/CPLP, através da integração de peritos ou equipas de peritos da saúde militar no Grupo de Trabalho sobre Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública (EMARESP-CPLP), bem como nos processos conducentes à elaboração do Metaplano de Resposta a Emergências Sanitárias da CPLP.

Numa perspetiva futura, e dando continuidade ao debate e reflexão em torno da colaboração civil-militar no âmbito do PECS-CPLP 2023-2027, prevê-se a incorporação do tema “prontidão para emergências em saúde pública” no programa científico do XX Encontro de Saúde Militar da CPLP, que terá lugar em fevereiro de 2025, em Brasília, Brasil.

5. Considerações finais

A emergência do conceito de segurança sanitária instituiu novas linhas de debate relacionadas com os assuntos da securitização, colocando na agenda da segurança nacional e internacional questões relacionadas fenômenos epidemiológicos que intersem competências e responsabilidades atribuídas aos setores da saúde e da defesa.

Neste âmbito, a pandemia de COVID-19 demonstrou ser um catalisador para muitos países e organizações intergovernamentais envolverem o setor da defesa nas estratégias e ações desenvolvidas no âmbito da preparação, deteção e resposta a emergências de saúde pública de âmbito internacional. Facto que tem conduzido também a um crescente compromisso dos serviços de saúde militar com a segurança sanitária mundial, através, designadamente, do seu envolvimento nos processos conducentes à implementação do RSI.

Neste contexto, e acompanhando as preocupações decorrentes do aumento de fenómenos epidemiológicos à escala global, e de que são exemplo as epidemias de febres hemorrágicas virais ou a pandemia de COVID19, têm-se observado avanços significativos nas iniciativas desenvolvidas ao nível do FSM/CPLP com grande relevância no contexto da segurança sanitária mundial, particularmente na área técnica da biossegurança e bioproteção. Observa-se ainda uma progressiva afirmação internacional do FSM/CPLP através do seu crescente envolvimento em comunidades científicas internacionais das áreas da saúde militar, da saúde pública e da segurança sanitária mundial.

Dada sua matriz intersectorial, constata-se ainda que a segurança sanitária mundial gera um contexto de necessidades e oportunidades no âmbito da colaboração civil-militar, facto que pode ser demonstrado pela crescente relevância atribuída pelas componentes de defesa e da saúde da CPLP ao envolvimento do FSM/CPLP em atividades conducentes à consecução dos objetivos previstos no eixo de intervenção do PECS-CPLP 2023-2027 referente à prontidão para emergências de saúde, numa perspetiva de criação de sinergias em prol das capacidades globais dos Estado-membros da CPLP.

Referências bibliográficas

Bicho, F. (1926). *Organização dos Serviços Sanitários em Portugal*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

Chume, C. (2023). *Discurso de abertura do XIX Encontro de Saúde Militar da CPLP*. 16 de fevereiro de 2023. Maputo, Moçambique.

Chretien J. (2007). *The importance of militaries from developing countries in global infectious disease surveillance*. Bulletin of the World Health Organization. OMS. Genebra.

CPLP (2013). *Declaração final da XIV Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou equiparados da CPLP*. 22 de maio de 2013. Maputo, Moçambique. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cplp/orgaos/mdn/Paginas/-declaracoes_finais.aspx

CPLP (2016). *Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa*. 01 de julho de 2013. Cidade da Praia, Cabo Verde. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cplp/sobre/Paginas/-documentos.aspx>

CPLP (2024). *Comunicado final da XXIX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP*. Disponível em: <https://secretariadoexecutivo.cplp.org/-informacoes/noticias/noticias-detalhe/?id=21062>

Cruz, P. (2020). *Reserva estratégica do medicamento: uma ferramenta (in)vulgar*. IDN Brief especial pandemia: COVID-19: que impacto nas Forças Armadas? Edição de 29 de abril de 2020. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/idnbrief/Paginas/IDN-Brief-29-abril-2020.aspx>

DGRDN (2024). *Serviços de Saúde Militar da CPLP treinam interoperabilidade no Exercício FELINO 2024*. Lisboa: Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional. Disponíveis em: <https://dgrdn.gov.pt/noticias/348-2024-07-22-servicos-saude-militar.html>

- Michaud J., et al. (2019). *Militaries and global health: peace, conflict, and disaster response*. Lancet 2019; 393: 276–86.
- FSM (2021). *Relatório do VII Fórum de Saúde Militar*. 29 de março de 2021. Lisboa, Portugal. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cplp/atuacao/saude/Documentos_Forum/Relatorio_Final_VII_FSM_CPLP.pdf
- FSM (2022). *Relatório do VIII Fórum de Saúde Militar*. 21 de março de 2022. Lisboa, Portugal. Disponível em: https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cplp/atuacao/saude/Documentos_Forum/Relatorio_Final_VIII_FSM_CPLP.pdf
- FSM (2023a). *Declaração final do XIX Encontro de Saúde Militar da CPLP*. 17 de fevereiro de 2023. Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/-pdefesa/cplp/atuacao/saude/Paginas/encontros-de-saude-militar.aspx>
- FSM (2023b). *Relatório do IX Fórum de Saúde Militar da CPLP*. 28 de março de 2023. Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/-pdefesa/cplp/atuacao/saude/Paginas/forum-de-saude-militar.aspx>
- FSM (2024). *Ata do X Fórum de Saúde Militar da CPLP*. 21 de fevereiro de 2024. Lisboa, Portugal. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/-cplp/atuacao/saude/Paginas/forum-de-saude-militar.aspx>
- FSM (2024). *Regimento Interno do Fórum de Saúde Militar da CPLP*. Disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cplp/sobre/Paginas/documentos.aspx>
- EMGFA (2024) *Relatório final do exercício FELINO 2024*. 16 de julho de 2024. Lisboa: Estado-Maior-General das Forças Armadas. Lisboa, Portugal.
- Nunes, J. (2014). *Questioning health security: Insecurity and domination in world politics*. Review of International Studies, 50, N.º 4, 939-960.
- OMS (2005). *Regulamento Sanitário Internacional*. OMS, Genebra. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/international-health-regulations#tab=tab_1

OMS (2021). *National Civil-Military Health Collaboration Framework for Strengthening Health Emergency Preparedness: WHO guidance document*. OMS, Genebra. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/343571/9789240030343-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

OMS (2022). *Joint external evaluation tool: International Health Regulations (2005) - Third edition*. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240051980>

OMS (2024). *Regulamento Sanitário Internacional*. 77.^a Assembleia Mundial da Saúde. OMS, Genebra. Disponível em: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_ACONF14-en.pdf

Pires, N. (2020). *Antecipar - Servir – Antecipar*. IDN Brief especial pandemia: COVID-19: que impacto nas Forças Armadas? Edição de 29 de abril de 2020. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. Disponível em: <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/idnbrief/Paginas/IDN-Brief-29-abril-2020.aspx>.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1994). *New dimensions of human security. Human Development Report 1994*. Oxford University Press, 22-41. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-1994>

CAE
Centro de Análise Estratégica

A SEGURANÇA MARÍTIMA NO CORREDOR DO ATLÂNTICO MÉDIO DA ÁFRICA OCIDENTAL E GOLFO DA GUINÉ: - AS INCIDÊNCIAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO MULTINACIONAL DE COORDENAÇÃO MARÍTIMA (CMCM) DA ZONA GEM CABO VERDE

Coronel Tirocinado Armindo Alcides Garcia Sá Nogueira Miranda

Resumo

A questão da Segurança Marítima na Costa Ocidental Africana mormente o Golfo da Guiné, afigura-se como um grande problema para os Estados da região, principalmente os situados ao longo do corredor Marítimo que se estende de Cabo Verde até Angola. Estes Estados têm envidado grandes esforços para desenvolver estratégias conducentes ao combate de ilegalidades e criminalidade na região. Dentre vários esforços envidados, destaca-se a implementação de uma estrutura mais funcional de troca de informação, para que a implementação das ações quer táticas, operacionais e estratégicas possam ser organizada, efetiva e funcional. Neste processo de procura desenfreada de soluções que possam contribuir para o controlo dos ilícitos e criminalidades na região conta-se com importante apoio de parceiros como a União Europeia (EU), os Estados Unidos da América (EUA) e nos últimos anos o Brasil. Dentre esses parceiros destaca-se o maior envolvimento da UE que tem participado activamente dando suporte, para que sejam cumpridos os objectivos que estão pré-definidos para fazer funcionar a arquitectura que foi criada em 2013 – em Yaoundé/Camarões, para fazer face ao controlo da questão de insegurança, saque e pirataria no corredor da costa ocidental africana em particular no Golfo da Guiné (GG).

Hoje, muitas das acções gizadas em prol desse controlo de insegurança na região foram realizadas, mas continuam alguns aspectos pendentes ou com dificuldades de implementação por constituir um processo moroso e com contornos diversos e difusos. Existem acções que carecem de ajustamentos na debelação dos ilícitos e crimes que fustigam não só os países africanos da costa ocidental africana no seu todo como no GG propriamente dito, sem esquecer os países de outras regiões do mundo com incidência para os do sul da Europa e do norte de África que

indirectamente são confrontadas com as repercussões das acções de ilicitudes e criminalidades perpetuadas por grupos armados que na maior parte se movem não só pela sobrevivência mas também por enriquecimento ilícito.

Na senda da organização para localização dos Centros previstos na Arquitectura de Yaoundé para operacionalização das acções conducentes ao controlo dos ilícitos e crimes no corredor da costa ocidental africana e GG, Cabo Verde foi um dos países da região que à semelhança de Angola, Camarões, Nigéria e Costa de Marfim, foi escolhido para albergarem Centros agrupados por Zonas. O Centro A, D, E e F com sede em Angola, Camarões, Nigéria e Costa de Marfim respectivamente, sendo os da Zona A e D ligados ao Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC) e os restantes, incluindo a Sede de Zona G (Sita na Praia – Capital de Cabo Verde) ligados ao Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental (CRESMAO).

Palavras-chaves

Segurança Marítima, Costa Ocidental Africana, Golfo da Guiné, União Europeia.

Abstract

Summary

The issue of Maritime Security on the african west coast, especially the Gulf of Guinea has been a major problem for some States in the region, especially those located along the Maritime corridor that stretches from Cape Verde to Angola. These States have made great efforts to develop strategies to combat illegality and crime in the region. Among several efforts undertaken, we highlight the implementation of a more functional structure for exchanging information, so that the implementation of Tactical, Operational and Strategic Actions can be effectively organized. In this process of searching for solutions that can contribute to the control of illicit activities and crimes in the region, we have had important support from partners such as the European Union (EU), the United States of America (USA) and recently Brazil. Among these partners, the greater involvement of the EU stands out. In fact, the EU has actively participated in achieving the pre-defined objectives in 2013 in Yaoundé/Cameroon, in order to

tackle the issue of insecurity, looting and piracy in the West African coast corridor, particularly in the Gulf of Guinea (GG).

Today, many of the actions outlined in favor of controlling insecurity in the region have already been carried out, but some aspects remain pending or with difficulties in implementation as it is a lengthy process with diverse and diffuse contours. There are actions that require adjustments in the reduction of illicit activities and crimes that plague not only the African countries on the West African coast as a whole but also in the Gulf of Guinea itself, without forgetting the countries in other regions of the world with an impact on those in the south of Europe and North Africa, which are indirectly confronted with the repercussions of illicit and criminal actions perpetuated by armed groups that, for the most part, are driven not only by survival but also by illicit enrichment.

In the path of organizing the location of the Centers foreseen in the Yaoundé Architecture to operationalize actions leading to the control of illicit activities and crimes in the corridor of the West African coast and GG, Cape Verde was one of the countries in the region that, like Angola, Cameroon, Nigeria, and Ivory Coast, was chosen to house Centers grouped by Zones. Centers A, D, E and F with headquarters in Angola, Cameroon, Nigeria and Ivory Coast respectively, with those in Zone A and D linked to the Central African Regional Maritime Security Center (CRESMAC) and the rest, including the Headquarters of Zone G (Praia, Capital of Cape Verde) linked to the West African Regional Maritime Security Center (CRESMAO).

Keywords

Maritime Security, West African Coast, Gulf of Guinea, European Union.

1. Introdução

A Segurança Global é um assunto que diz respeito a todos Estados e cabe a estes trabalharem para esses objetivos. Para o efeito, é de extrema pertinência que tomem parte na configuração de uma Segurança Marítima que possa ser integrada com objetivos bem definidos em prol da defesa das Nações. Esse envolvimento exige uma ação a nível nacional, regional e internacional. Não importa quem é e como? O que conta é todos Estados estarem empenhados direta ou indiretamente no processo onde quer que seja.

Abordar a Segurança Marítima (SM) do Atlântico Médio-Sul com enfoque na Costa Africana - (GG), significa um emvidar esforço de todos os Estados de forma integrada em que seus efeitos tenham um papel determinante para se atingir os objetivos em prol de uma Segurança Marítima eficiente e eficaz no GG.

O GG assenta numa área marítima que abarca uma região da costa ocidental africana com importantes recursos naturais e intensa atividade petrolífera “*offshore*”, onde emergem ameaças ligadas ao terrorismo, ao crime organizado e a tráficos diversos. Nesta região perfilam países como Angola, Benim, Burquina Faso, Camarões, Cabo Verde, República Centro Africana (RCA), Chade, Congo, Costa de Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Guiné-Equatorial, Gabão, Gambia, Ghana, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

A região do GG se estende numa linha de costa com um enorme potencial para se desenvolver atividades marítimas com destaque para o turismo costeiro, também rica em recursos naturais essenciais para alavancar a economia regional/continental e porque não mundial.

Não obstante a esse imenso potencial, consta que o desemprego no GG ronda os 40% e desse número 60% são jovens¹. Poucas são oportunidades para se integrar os jovens em actividades económicas (sem desigualdade exacerbada), o que resulta em insuficiências e insegurança alimentar com implicações na migração das regiões rurais para as cidades situadas na costa atlântica, por um lado. Por

1. |online:<https://www.uneca.org/org/pages/ecowas-economic-community-westafrican-states>, (consultado em 15.06.2023)

outro lado, o aumento da população urbana tem impactando negativamente todo o sistema de satisfação económica e social. Fontes bem identificadas² atestam que o desemprego acentuado e concentração da população ao longo da Costa, proporcionam condições propícias para atividades ilícitas como forma de ganhar a vida degradando a paz social.

A incapacidade dos Estados do GG em fiscalizar e controlar as águas sob sua jurisdição advém de ameaças que derivam da degradação social. A fragilidade no controlo no acesso ao litoral e o conseqüente controlo das águas sob a jurisdição e soberania dos Estados da região tem contribuído e muito para a insegurança.

Essas fragilidades para a garantia de um ambiente marítimo seguro representam o maior desafio para o avanço de uma segurança melhor conseguida para os países da região. Daí terem se organizado à volta das Organizações já existentes (Centro Inter-regional de Coordenação – CIC, Comunidade Económica de Estados da África Ocidental – CEDEAO e Comunidade Económica de Estados da África Central - CEEAC) e outras criadas para garantir condições de poder lutar contra esses males de forma conjunta e integrada como é o caso do CRESMAO e CRESMAC, com suporte nos Centros Multinacional de Coordenação Marítima-CMCM dos Centros de Operações Marítimas - COM das Zonas - Zn. Pois, sem uma segurança sustentada na região nunca conseguirão alcançar o desenvolvimento económico e social desejado para torná-la resiliente às ameaças ligadas ao terrorismo, ao crime organizado e a tráficos diversos.

2. As Organizações suporte do GG

À semelhança de outras regiões do globo, o GG também tem várias organizações, sendo de destacar uma de foro económico (CEEAC e CEDEAO) e a outra de cariz securitária que é a Comissão do Golfo da Guiné (CGG). Qualquer destas organizações, quer as económicas como a securitárias, tem feito muito para a construção de uma estrutura efetiva em prol da segurança regional.

2. |online:<https://www.uneca.org/org/pages/ecowas-economic-community-westafrican-states>, (consultado em 15.06.2023) |

Para fazer face a estas insuficiências em termos de securitários os Estados região se organizaram para criar um mecanismo que possa controlar essa onda de insegurança e criar condições para um ambiente seguro na região. Chamaram inicialmente essa iniciativa de arquitetura para o combate aos ilícitos e criminalidade, através de um Centro de Coordenação (Centro Inter-regional de Coordenação (CIC))³.

A Arquitetura montada que se veio a chamar mais tarde de “Arquitetura de Yaoundé” em homenagem à cidade onde foi acordada, tem o fito de dar resposta ao controlo/combate às ilicitudes que gravitam em torno do corredor da costa ocidental africana (Atlântico Médio) com incidência para o GG e que tem vindo a perturbar a paz e segurança na região. Esta, espelha os meandros como funciona o fluxo de informações quer vertical como horizontal entre os diversos Centros Operacionais marítimos criados para o efeito e as organizações internacionais e nacionais.

Olhando para a estrutura dos departamentos inerentes aos referidos Centros logo se depara com a CEEAC, CEDEAO e a CGG que interagem diretamente com o principal Centro (CIC) que tem a sede em Yaoundé – Camarões. É nestes órgãos que ocorre o processo de decisão Estratégica/Política para uma posterior disseminação segundo a estrutura hierárquica definida. É a CIC o elo entre o nível Tático/Operacional e o nível Estratégico/Político.

Revisitando novamente a estrutura ora abordada, descortina-se imediatamente abaixo do CIC, o CRESMAO⁴, com a sede em Abidjan – Costa de Marfim, e o CRESMAC⁵.

3. |online:<https://www.uneca.org/org/pages/ecowas-economic-community-westafrican-states>, (consultado em 15.06.2023) |

4. <http://africancenter.org/wp-content/uploads/2017-07-MSS-camaron>

5. |online: <http://www.ceeac-eceris.org/index.php/fr/>, (Consultado em 15.06.2023) |

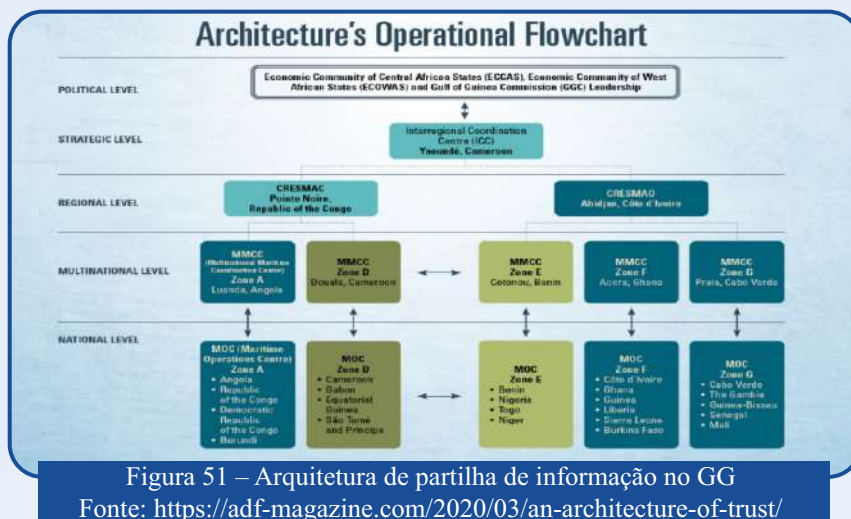


Figura 51 – Arquitetura de partilha de informação no GG
 Fonte: <https://adf-magazine.com/2020/03/an-architecture-of-trust/>

Dado a problemática do surgimento e aumento da pirataria na região do corredor do Atlântico Médio e do GG, criou-se o CIC com o intuito de dar resposta efetiva à ameaça latente na região. Neste contexto, em 2009 a CEEAC criou o CRESMAC que efetivamente é o órgão militar para a coordenação operacional/Estratégica, sob a supervisão da Secretária-geral de CEEAC⁶.

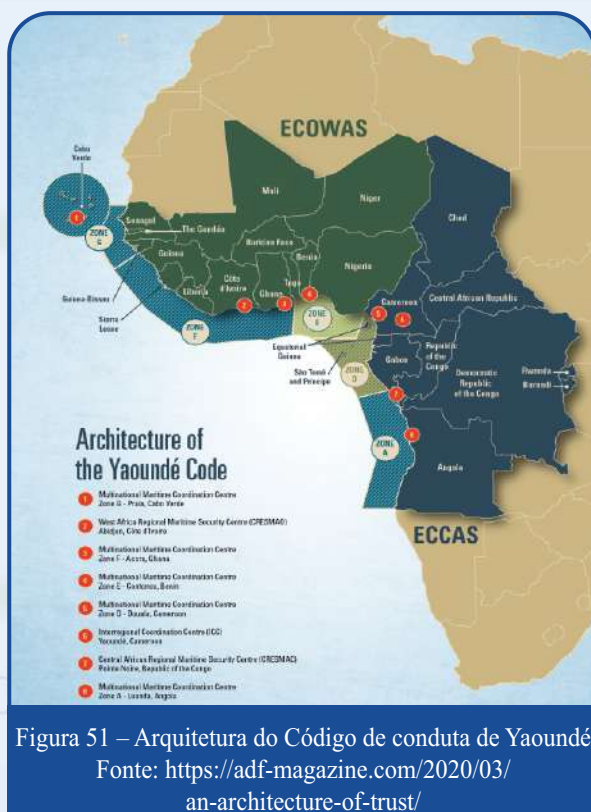
O CRESMAO em pleno exercício das suas atividades, goza da mesma funcionalidade do CRESMAC, mas enquanto a primeira encarrega das incidências que gravitam em torno da Segurança Marítima para a África Central, a segunda exerce a mesma função voltada para a região da África Ocidental. A Estrutura do CRESMAO está praticamente funcional com a exceção da Zona G em Cabo Verde a qual mais à frente far-se-á a abordagem sobre o seu estado de implementação.

Quando foram criadas o CRESMAC e CRESMAO, os países onde estes Centros estão sediados, foram agrupados em Zonas de nível Multinacionais com os seus respetivos Centros de Operações Marítimas (COM). No nível Multinacional encontra-se os Centros Multinacional de Coordenação Marítima (CMCM) da Zn A em Luanda – Angola, Zn D em Douala – Camarões, Zn E em Cotonou – Benim, Zn F em Acra – Ghana e Zn G em Praia – Cabo Verde.

6. |online:<http://cresmacpointnoire.org/about/?long=pt> (Consultado em 15.6.2023)

Por sua vez, estes CMCM abrangem os seguintes países que podem dispor de 1 (Um) ou mais COM, consoante as suas necessidades e/ou disponibilidades⁷.

- Zona A (Angola, República Democrática de Congo e Congo);
- Zona D (Camarões, Gabão, Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe);
- Zona E (Benim, Níger e Nigéria);
- Zona F (Costa de Marfim, Ghana, Guiné, Libéria e Serra Leoa); e
- Zona G (Cabo Verde, The Gambia, Guiné-Bissau, Mali e Senegal).



Os CMCM partilham informações entre si de acordo com as suas necessidades. O CIC tem uma enorme relevância na atual arquitetura de combate as ilicitudes e crimes marítimos na região do GG.

7. |online:<http://www.grip.org/fr/node/2023>, (Consultado em 15.06.2023)|

Na verdade, esse é o principal objetivo da sua criação. Edificada em 2009 com o propósito dos países da CEEAC estabelecerem um protocolo com vista a elaboração de uma Estratégia de Segurança, com o subsequente plano de implementação dessa estratégia, indicando as etapas para a efetivação da defesa dos interesses marítimos.

Desta forma, com o aumento da pirataria e roubo à mão armada na região do GG, em 2011, o Presidente de Benim – Thomas Boni Yayi (2006/2016), avançou com a iniciativa de solicitação de apoio ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), no sentido de se obter uma ajuda para a região do GG para o combate/Controlo das criminalidades marítimas que figurava aumentar vertiginosamente.

Confirmada a veracidade dos factos que também preocupava a Comunidade Europeia (CE) e outros interessados na segurança desta região do Atlântico Médio, face aos seus interesses comerciais, no mesmo ano, foi aprovada a Resolução 2018 da CSNU, sobre o patrulhamento marítimo bilaterais e regionais, dando nota de uma recomendação aos Estados Membros da região para que elaborassem uma Estratégia de Segurança Marítima capaz de assegurar o controlo da situação e que privilegiasse a partilha de informações e uma forte sinergia na elaboração de mecanismo de implantação das operações marítimas em ações coordenadas para fazer face à pirataria marítima⁸.

A Resolução em causa deu um importantíssimo impulso ao encorajamento das organizações Internacionais regionais nomeadamente, a CEDEAO, CEEAC e CGG, dando suporte aos países desta região, os parceiros internacionais/as organizações outras pertinentes e interessadas na procura de soluções securitárias para a região, passando para a procura de equipamentos e treinos com vista a levarem a cabo as suas ações táticas, operacionais e estratégicas.

As Resoluções do CSNU acabaram por ser um “*input*” para a questão da procura de soluções para a segurança marítima na região do Atlântico Médio com

8. Presentation to the Interregional coordination Center of the execution of the regional strategy on maritime safety and security in the Gulf of Guinea Yaoundé, July,13,2017| Disponível em, <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2017/07/2017.07-MSS-Cameron-Bell.Bell-EN.pdf>

epicentro no GG, ao dar um maior suporte aos países da região e aos parceiros internacionais aliados às organizações regionais, mormente a CEDEAO, CEEAC e CGG.

Estes suportes consistem em fornecimento de equipamentos e treinamento necessário para operações marítimas com recursos e orientações estratégicas, operacionais e táticas para que os Estados da região possam se capacitar para a prevenção e/ou gestão da crise com um nível de prontidão capaz de responder com eficiência e eficácia as incidências das ações da pirataria marítima e insegurança na região.

No histórico dessas intervenções se destaca as ações conjuntas da CEDEAO, CEEAC e CGG quando em 2013 organizaram uma conferência interministerial sobre a Segurança e Proteção (a 19 de Março), o Simpósio Internacional sobre os desafios da Segurança Marítima (21 de Junho), o encontro alargado dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países que constituem o GG, seguido da Cimeira dos Chefes de Estados dos países da região a (24 e 25 de Junho) em Yaoundé – Camarões, incluindo o governo anfitrião.

Neste evento, os responsáveis dos Governos e dos Estados presentes manifestaram pragmático interesse em enfrentar os desafios identificados e reinantes na região, através de uma política que agregou todos os Estados Membros (EM) da CEDEAO, CEEAC e CGG, para fazerem face aos preceitos que constam do documento final aprovado na Cimeira. Estava em causa o cumprimento das orientações legais que a cláusula do documento destaca a volta da repressão da pirataria, roubo á mão armada contra os navios e outras ilegalidades marítimas no Atlântico Médio abarcando a África Central e Ocidental⁹.

Das reuniões e cimeiras realizadas saíram importantes decisões com fito de criar uma certa robustez na segurança da região. São elas: - A Declaração dos Chefes do Estados e Governos; - O Memorando de Entendimento entre o CEEAC, CEDEAO e CGG seguindo assim o Código de Conduta de Yaoundé (CCY) e a criação do principal CIC.

9. Código de conduta concernente a repressão de pirataria e roubo á mão armada contra navios na parte Ocidental do Oceano Indico e Golfo de Áden

Essa iniciativa de 2013, foi crucial para uma organização à volta da problemática de (in)segurança no GG onde saíram os importantes diplomas ora elencados. Entretanto, de seguida entrou-se numa fase de aceitação por parte dos países da região e as organizações onde surgiram várias estratégias da segurança marítima como: - Estratégia Marítima integrada da CGG; - Estratégia Integrada para o Mar e o Oceano Horizontal 2015; - Estratégia Marítima Integrada da CEDEAO e outras intrinsecamente ligadas aos países como Costa de Marfim, Camarões, Ghana e São Tomé e Príncipe.

3. O Código Yaoundé¹⁰

Integrado no Código de Conduta de Djibouti (CCD), adaptado a 29 de janeiro de 2009, o código de Yaoundé foi aprovado pelos 25 (vinte e cinco) países que compõem o GG e figura como um instrumento legal para o fortalecimento de segurança dos Estados da região do Atlântico Centro e do GG, com o objetivo Central o combate no domínio marítimo ao terrorismo marítimo e outras atividades ilegais no mar, através de uma nova cooperação e facilitação dos países da região.

O documento em si, inspira acordos bilaterais e multilaterais salvaguardando sempre as disposições legais do Art.º 111º da Convenção das Nações Unidas que versa sobre o Direito do Mar, e abre via para perseguição aos novos infractores das leis e regulamentos dos Estados costeiros indo até ao limite das águas territoriais dos Estados abrangidos pelo acordo atrás mencionados.

No CCY consta também operações conjuntas e promoção de embarque de militares de várias Nações numa mesma embarcação com intuito de facilitar as ações no mar e evitar eventuais atos ilícitos com contornos de corrupção nas operações de abordagem e apreensão dos “Navios Infratores”. Este código, proporciona a promoção de ações de formação com formato em seminários, treinos, habilitando aos intervenientes de conhecimentos em leis e técnicas

10. Código de Conduta concernente a repressão de pirataria e roubo à mão armada contra navios na parte Ocidental do Oceano Indico e Golfo de Áden.

operacionais de forma a atingir níveis capazes de obter sucesso nas missões de segurança marítima¹¹.

À semelhança da maioria das leis, normas ou procedimentos que se acordam nos fora intencionais, são necessário tipificar nas leis dos Estados da região todos os atos e práticas criminais de forma a acusar e criminalizar os infratores. Destaca-se o suporte dos Grupos de Operações Especiais de Segurança no mar, a segurança dos portos, a proteção ambiental sem esquecer o concurso marítimo.

Julga-se pertinente dizer que o CCY é um instrumento legal que veio evidenciar uma maior partilha de informação entre os sectores dos Estados e organização da região numa clara promoção de uma linha de partilha de informações que possa ajudar na garantia de segurança regional e intencional visando a uniformização de critérios.

Para tudo que foi dito até aqui com relação ao CCY funcionar é necessária uma interligação eficiente entre as diversas autoridades estaduais do mar de forma a poder reagir ao mais importante que é a segurança marítima nacional e regional. É preciso saber onde se localiza os malfeitores, quando e como atuam, para se poder contrapor com ações de repressão e/ou combate.

Para isso, é sempre necessário que as partes regionais interessadas se juntem e analisem as potencialidades e vulnerabilidades com objetivo de cada um oferecer as suas contribuições por forma a contrapor as demandas à volta de insegurança marítima no Atlântico Médio e o GG. É com base neste processo de integração que se reúnem as condições para arquitetura de uma estratégia de segurança marítima plasmado na Resolução 2039 do CSNU materializada pelo CCY.

4. As Incidências sobre implementação do Centro Multinacional de Coordenação Marítima da Zona G (Zn G)

Após a CEDEAO ter configurado a sua estratégia de segurança marítima integrada à luz da Arquitetura de Yaoundé, em 2014 estruturou a sua Região agrupando os países em 3 (Três) Zns com os respetivos CMCM. São eles a Zn E

11. Condigo de Conduta de Yaoundé p.8 e 11

que cobre a Nigéria, Níger e Togo; a Zn F que abrange a Costa de Marfim, Burquina Faso, Gana, Guiné-Conacri, Libéria e Sêria Leoa e a Zn G que estende por Cabo Verde, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali e Senegal.

Os países incluídos nas Zn E e F, organizaram-se de imediato e lideraram o processo de instalação ficando apenas a Zn G designado com sede na cidade de Praia - Cabo Verde. De acordo com as normas gizadas, na altura da configuração das Zn, cabia o país anfitrião da sede, criar as condições logísticas para acolher o denominado CMCM.¹² Estava em causa a necessidade de se organizar as condições conducentes à Instalação e funcionamento do dito CMCM.

Com efeito, faltava no processo a assinatura do Acordo Sede do CMCM, órgão multinacional que promove a implementação do CCY da Zn G entre a CEDEAO e a República de Cabo Verde. O referido Acordo Sede acaba por ser um instrumento onde Cabo Verde e a CEDEAO selavam os termos e as condições para a instalação do CMCM da Zn G em formato de lei¹³, destacando o formato da Afetação do Pessoal Administrativo e Técnico (Capítulo I), o Funcionamento do Centro (Capítulo II), A Comunicação e Serviço Público (Capítulo III), Os Privilégios e Imunidades (Capítulo IV) assim como, as Disposições Especiais Aplicáveis ao Pessoal e ao Equipamento Militar (Capítulo V).

A missão CMCM versa essencialmente em fortalecer as atividades que visam a cooperação, coordenação, agrupamento e a interoperabilidade de recursos dos Estados que pertencem a Zn G. É responsável por promover o desenvolvimento de um quadro único para a coordenação e o compartilhamento de informações, que incluía questões relacionadas com a segurança e proteção marítima, bem como operações no espaço marítimo da Zn G, além de ser responsável pela aplicação do princípio de responsabilidade no que diz respeito as formas mais graves de crimes cometidos no mar.

12. É um órgão multifuncional que proveio da implementação do CCY composto por militares e civis, provenientes dos Estados Membros, selecionados nas Forças de Defesa e Segurança e da Administração civil, com experiência no ambiente Marítima

13. Resolução n. 122/X/2023, de 4 de Agosto, Publicado na I Série do Boletim Oficial N° 82 da República de Cabo Verde

Os Centros estão sob a autoridade do Comissário para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança de CEDEAO e de acordo com as normas previamente estabelecidas será chefiado por um diretor oriundo de um EM que não é aquele que alberga a Sede do CMCM e um Diretor Adjunto. Este último, por norma é do país sede do CMCM que neste caso é Cabo Verde. O Diretor tem direito a uma equipa de apoio composta por 1 (um) responsável das Relações-Públicas, 1 (um) Assistente, 1 (um) Secretário bilingue e 1 (um) motorista.

O Centro Compreende 4 (quatro) Unidades: - Informações e Operações; - Assuntos jurídicos; - Administrativos e Finanças; - Suporte Logístico. A divisão de informações e operações é composta por 13 (treze) elementos sendo 1 (um) Oficial de Operações que é o chefe, 1 (um) Oficial de Informações e 8 (oito) Elementos de Forças de Espera e de Segurança que funciona na Sala de Operações/Situações.

Quanto à Divisão de Assuntos Jurídicos, ela é chefiada por 1 (um) Oficial jurídico e composto de pessoal com formação jurídica responsável pela codificação e relações internacionais, 1 (um) jurídico encarregue de litígios, assuntos internos e responsável pelo acompanhamento de procedimentos cometidos.

A Unidade de Administração e Finanças compõe 1 (um) Diretor como chefe da Divisão, 1 (um) especialista em Recursos Humanos, 1 (um) Contabilista e 1 (um) Motorista.

A Logística por sua vez, tem 1 (um) chefe da Divisão Encargo e Infraestrutura, 1 (um) Responsável de Compra e 1 (um) Técnico de Monitoramento e Manutenção.

O espaço físico onde está instalado o CMCM da Zn G fica à entrada do Porto marítimo da cidade da Praia na ilha de Santiago – Cabo Verde.

5. A Situação da implementação da CMCM da Zn G

Após Cabo Verde ter aceitado em 2016, acolher o Centro de Zn G, com a condição de comprometimento dos parceiros internacionais a ajudar-lhe na concretização do projeto, várias missões e reuniões foram organizadas pela CEDEAO, das quais contou com a participação de Cabo Verde, nomeadamente: - A Reunião de peritos

do Governo dos Estados Membros da CEDEAO realizada em Abidjan - Costa de Marfim, a Julho de 2017; - A visita de trabalho a Cabo Verde da então Comissária da CEDEAO para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança, Sra. Halima Ahmed, em Julho de 2017; - A visita de uma delegação de Cabo Verde, ao Centro da Zona E (Cotonou/Benim), em Setembro de 2017, para tomar contacto e recolher experiência; - A reunião de peritos dos Membros da Zn G, teve lugar em Cabo Verde, em Dezembro de 2017; - A reunião sobre a dotação dos Centros em termos de pessoal, realizada em Abidjan/Costa de Marfim, em Setembro de 2018; - A missão da equipa de CEDEAO à Cabo Verde, no quadro do processo de instalações do Centro da Zona G, em Setembro de 2018, liderada pelo chefe da Divisão do Departamento de Segurança Regional da Comissão da CEDEAO - Coronel Dieug, com o objetivo principal a discussão e revisão do documento jurídico “Acordo Sede” visando a sua oportuna assinatura¹⁴.

De uma forma geral, o documento composto por 25 Art.º foi consensual salvo o 8º, da qual as autoridades cabo-verdianas apresentaram reservas. O referido artigo tinha a ver com a obrigatoriedade do Estado anfitrião assumir encargos com alojamento para o pessoal internacional. Após uma minuciosa análise ao citado Art.º 8º à luz da realidade cabo-verdiana em termos de encargos com o pessoal das Forças de Defesa e Segurança, a posição de Cabo Verde manteve-se reservada. Face a situação, assumiram comunicar oficialmente as autoridades da CEDEAO em março de 2019¹⁵.

Diante da posição de Cabo Verde, a CEDEAO agendou uma nova missão ao arquipélago sob a égide do General Francis BEHANZIN, Comissário para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança em janeiro de 2020. A missão prendeu com a finalização conjunta o “Acordo de Sede” de forma a poder ser assinado como o interlocutor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde.

Enquanto se aguardava o momento da assinatura do “Acordo de Sede” que veio a acontecer na Cidade da Praia a 26 de outubro de 2022, o Governo de Cabo Verde assumiu um conjunto de encargos preparativos atinentes às condições para

14. MNECCV – Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades de Cabo Verde.

15. DND CV – Direcção Nacional de Defesa de Cabo Verde.

implementação do CMCM da Zn G com realce para: - A disponibilização do espaço 300 m2 no Porto da cidade da Praia – Ilha de Santiago, para albergar o Centro com a sua respetiva reabilitação incluindo a climatização e instalações de telefone/Internet; - Apetrechamento com mobiliários, equipamento informático, de comunicação e visualização fornecido pelo governo alemão incluindo um veículo de transporte de Pessoal.

Entretanto, preparando o possível cenário para a CEDEAO assumir os encargos com o possível que era a maior preocupação de Cabo Verde, a Direção Nacional de Defesa (DND) de Cabo Verde organizou o orçamento anual que situou na ordem dos 300.000EUR (trezentos mil Euros), além de mais 150.000€ (cento e cinquenta mil euros) para despesas de instalação.

Após intensos contactos entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde e a Comissão para os Assuntos Políticos, Paz e Segurança da CEDEAO, em 26 de outubro de 2022, foi assinado na Cidade de Praia - Cabo Verde, o tão almejado “Acordo de Sede” aguardando apenas a formação dos Operadores, a chegada dos elementos que por imposição legal são oriundos do Estados Membros de Zn G incluindo o Diretor que nos termos assumidos é nomeado por Senegal.

O mencionado “Acordo de Sede”¹⁶, foi rubricado pela Vice-presidente da Comissão de CEDEAO, Sra. Dantien Larbi Tchint CHIBIDJA e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Cooperação e Integração Regional Dr. Rui Figueiredo Soares. A ratificação deste “Acordo de Sede” aconteceu por meio da Resolução N° 122/X/2023, de 4 de agosto, Publicado na I Série do Boletim Oficial da República de Cabo Verde N° 82.

Ultrapassadas as dificuldades quer de ordem orçamental quer de ordem jurídica que imperaram desde 2016, após a assinatura a 26 de outubro de 2022 e a ratificação deste “Acordo de Sede” através da Resolução N° 122/X/2023, de 4 de agosto, com presença de altas entidades da CEDEAO e do Governo de Cabo

16. Resolução N° 122/X/2023, de 4 de Agosto, Publicado na I Série do Boletim Oficial N° 82 da República de Cabo Verde.

Verde, foi inaugurado o CMCM a 31 de janeiro de 2024 e a 9 de fevereiro foi plasmada na lei cabo-verdiana a criação do CMCM da Zn G¹⁷.

A cerimónia oficial de inauguração foi presidida pela Ministra da Defesa de Cabo Verde, Dra. Janine Tatiana Santos Lélis, com a presença de representantes de todos os países que integram a Zn G e os diretores, além de Altas Entidades da CEDEAO e do governo cabo-verdiano assim como os Diretores do CMCM das Zonas A, F, H e o recém-nomeado da Zn G. Também esteve presente no ato inaugural os parceiros envolvidos no apoio á instalação do Centro nomeadamente a Alemanha (Financiou as obras de reestruturação e aquisição dos equipamentos), Portugal (Formação aos Operadores e UE (Equipamentos e materiais de comunicações).



Figura 53 – Inauguração do CMCM
Fonte: Ministério da Defesa Nacional de Cabo Verde

Com esta inauguração ficou assim anunciada oficialmente o início do funcionamento do último CMCM da atual arquitetura para o combate a criminalidade no corredor do Atlântico Médio, adjacente à costa ocidental africana e do GG, que será dirigido pelo Capitão-de-mar-e-Guerra Seidyna Djibril Mbemgue, indigitado por Senegal.

17. Publicado na I Série do Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 13/2024, de 9 de fevereiro.

A partir da nomeação do Diretor prosseguiu-se com a nomeação dos outros integrantes do CMCM (oriundos de todos os países que integram a Zn G). Entretanto o Diretor adjunto que de acordo com a estrutura aprovada para os CMCM, deve ser nomeado pelo país que alberga a Sede – Cabo Verde, aconteceu através do despacho (Nº 7/2024, de 12 de fevereiro)¹⁸ da Sra. Ministra da Defesa Nacional – Dra. Janine Tatiana Santos Lélis, seguido da nomeação do Oficial de Informações e Operador. Assim o CMCM está minimamente pronto para operar enquanto se aguarda a nomeação dos outros elementos orgânicos e formação de mais operadores especializados.

Estas iniciativas do Governo caboverdeano vem sustentar a tese da Ministra da Defesa de Cabo Verde, Dra. Janine Tatiana Santos Lélis ao afirmar que ...Para Cabo Verde, acolher a sede deste Centro, representa não só, a materialização de um projecto, mas também um marco significativo, pois enaltece o comprometimento e a relevância de Cabo Verde, no contexto da segurança marítima regional e global, privilegiando a importância estratégica que o CMCM representa tanto para Cabo Verde quanto para a CEDEAO.

6. Considerações Finais

A denominada região do GG em que nesta abordagem trata-se por corredor do Atlântico que banha a costa ocidental africana até o GG é detentora de um enorme potencial para se desenvolver atividades marítimas com destaque para o turismo costeiro e é rica em recursos naturais essenciais para alavancar a economia regional/continental e do Mundo.

A incapacidade dos Estados do GG na fiscalização e, contudo, das águas sob as suas jurisdições advém de ameaças que derivem da degradação social. A fragilidade no controlo e acesso ao litoral e o conseqüente controlo das águas sob a jurisdição e soberania dos Estados do GG tem contribuído sobremaneira para a insegurança na região que dista ao longo do corredor marítimo e que se estende de Cabo Verde até Angola.

18. Publicado na II Série do Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Nº 29/2024, de 16 de fevereiro.

São essas fragilidades no asseguramento de um ambiente marítimo seguro que preocupa todas comunidades que direta ou indiretamente estão ligadas ao Atlântico e leva vários parceiros dentre eles a UE a investir junto com as organizações regionais para melhorar essa segurança ancorada na Arquitetura de Yaoundé e no seu respetivo Código de Conduta.

A situação de Implementação do CMCM - Zn G em Cabo Verde está no processo final após longa negociação à volta do Artigo 8º do documento jurídico sobre “Acordo Sede” em que faltava apenas a decisão do CEDEAO em definir a assunção dos custos do funcionamento e subsídio de pessoal.

Revisitando o que foi abordado aqui neste trabalho, descontinua-se a operacionalização do CMCM - Zn G não obstante a reserva apresentada por Cabo Verde a despeito dos custos com pessoal e funcionamento, ela é primordial a par da Zn A, D, E e F para incrementar a segurança marítima permitindo assim melhor condição das operações, coordenações, recolha de informação dos EM, com a UE a apoiar ancorado nos preceitos de Acordo de Yaoundé e Estratégia Marítima Integrada de CGG.

O CMCM - Zn G com sede na cidade da Praia – Cabo Verde, que desde 26 de Outubro de 2022 estava pronta para receber os operacionais, a nomeação do pessoal dos outros Estados pertencentes a Zn e a formação dos operadores, finalmente entrou em funcionamento com a sua inauguração a 31 de Janeiro de 2024, com a presença do Capitão Seidyna Djibril Mbemgue, indigitado por Senegal como diretor deste Centro, em que a cerimónia oficial foi presidida pela Ministra da Defesa Nacional de Cabo Verde – Dra. Janine Tatiana Santos Lélis.

Logo após a inauguração da sede do CMCM, o Governo de Cabo Verde através dos Despachos Nº 7,8 e 9/2024, de 12 de fevereiro, a Sra. Ministra da Defesa, nomeou o Diretor Adjunto, o Oficial de Operações e Operador do CMCM da Zn G deixando assim o CMCM minimamente pronto para operar enquanto se aguarda a nomeação dos outros elementos orgânicos e formação de mais operadores especializados.

BIBLIOGRAFIA

Acordo África Ocidental – União Europeia, Programa indicativo regional 2014-2020. Disponível na net <URL: <https://ec.europa.eu/europaaaid/sites/devco/files/eeas-2015-rip-west-africa.pt.pdf>, (Consultado em 25.09.2023)

Apresentação do Professor Doutor Marques Guedes, (A Evolução do Atlântico Sul e as suas Transformações Geopolíticas). Disponível na net: <URL https://www.academia.edu/34676384/amg_25_de_setembro_de_2017_MDEM_A_evolu%C3%A7%C3%A3o_do_Atl%C3%A2ntico_Sul_e_as_suas_transfma%C3%A7-%C3%B5es_geopol%C3%Adticas.pptx (Consultado em 25.09.2023).

Council of European Union, (EU Strategy on the Gulf of Guinea) Brussels 17.03.2014. Disponível na internet: <URL <http://www.ecowas.int/sobrecedeo/informacao-basica/!lang=pt-pt>, (Consultado em 25.09.2023)

Council of European Union, (Council conclusions on the Gulf of Guinea Action Plan 2015-2020), Brussels 16.03.2015. Disponível na internet: <URL <http://www.consilium.europa.eu/media/21521/st07168en15.pdf>, (Consultado em 27.09.2023).

Critical Maritime Routes in the Gulf of Guinea. Disponível na internet: <URL <http://www.consilium.europa.eu/media/21521/st07168en15.pdf>, (Consultado em 25.09.2023).

Expertise France, Project GoGIN Gulf Guinea Inter-regional network, p.1, Disponível na internet: <URL https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/presentation_gogin_finale_frr_06-02-2017.pdf, (Consultado em 27.09.2023).

Henrique Peyroteo Portela Guedes, A Pirataria Marítima Contemporânea: as últimas décadas (“Edições Revista de Marinha”, 2014), p.41

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, Allied Joint Publication (AJP) 01(B), Allied Joint Doctrine, NATO Standardization Agency, Brussels, 2001.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, Allied Joint Publication (AJP) 3.1, Allied Joint Maritime Doctrine, NATO Standardization Agency, Brussels, 2003.

Presentation to the Interregional Coordination Center for the execution of the regional strategy on maritime safety in the Gulf of Guinea Yaoundé, July, 13, 2017. Disponível na internet: <URL <http://africacenter.org/wp-content/uploads/2017/07/2017-07-MSS-Cameroon-Bell-Bell-EN.pdf> (Consultado em 27.09.2023).

TOFFLER, Alvin, Os Novos Poderes, Edições Livros do Brasil, Lisboa, 2001
[online:<http://www.ceeac-eccas.org/index.php/fr/> (Consultado em 15.06.2023)]
[online:<http://cresmacpointenoire.org/about/?lang=pt>, (Consultado em 17.06.2023)]

[online:<https://www.uneca.org/fr/oria/pages/ceeac-communaut%C3%A9-economique-des-%C3%A9tats-de-%E2%80%99afrique-centrale>, (Consultado em 15.06.2023)]

[online:<http://www.ecowas.int/?s=CRESMASO>, (Consultado em 17.06.2023)]
[online:<http://www.africom.mil/what-we-do/exercises/obangame-express>, (Consultado em 17.06.2023)]

[online:https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/presentation_gogin_finale_frr_06-02-2017.pdf, (Consultado em 15.06.2023)]

[online:<http://www.ceegmea.org/index.php/joomla-templates>, (Consultado em 15.06.2023)]

[online:<http://www.africom.mil/about-the-command/our-team/u-s-naval-forces-africa>, (Consultado em 17.06.2023)]

LISTA DE ACRÓNIMOS

| | |
|---------------|---|
| ACIPOL..... | Academia de Ciências Policiais |
| AFRICOM..... | Africa Command |
| APSA..... | Arquitectura Africana de Paz e Segurança |
| ANU..... | Agência das Nações Unidas |
| ASEAN..... | Associação das Nações do Sudeste Asiático |
| ASWJ..... | Ansar al-Sunnah wa-Jammâ |
| CAE/CPLP..... | Centro de Análise Estratégica da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CCD..... | Código de Conduta de Djibouti |
| CCY..... | Código de Conduta de Yaoundé |
| CDD..... | Cooperação no Domínio da Defesa |
| CEDEAO..... | Comunidade Económica de Estados da África Ocidental |
| CEEAC..... | Comunidade Económica de Estados da África Central |
| CEMA..... | Chefe do Estado-maior da Armada |
| CEMIC..... | Célula de Cooperação Civil Militar |
| CEMGFA..... | Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas |
| CFR..... | Capitão-de-fragata |
| CGG..... | Comissões do Golfo da Guiné |
| CIC..... | Centro Inter-regional de Coordenação |
| CMCM..... | Centro Multinacional de Coordenação Marítima |
| CMG..... | Capitão-de-mar-e-guerra |
| CNUDM..... | Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar |
| COM..... | Centro de Operações Marítima |
| CPLP..... | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CRESMAC..... | Centro Regional de Segurança Marítima da África-Central |
| CRESMAO..... | Centro Regional de Segurança Marítima da África Ocidental |
| CRIMAGO..... | Critical Maritime Routers in the Gulf of Guinea |
| CSNU..... | Conselho de Segurança das Nações Unidas |
| C2..... | Comando e Controlo |

| | |
|-------------------|--|
| DDR..... | Desmobilização, Desarmamento e Reintegração |
| DIDH..... | Direito Internacional dos Direitos Humanos |
| DIH..... | Direito Internacional Humanitário |
| DH..... | Direitos Humanos |
| DND CV..... | Direcção Nacional de Defesa de Cabo Verde |
| EM..... | Estado-Membro |
| EMARESP/CPLP..... | Capacitação em Resposta a Emergências em Saúde Pública da CPLP |
| ESM/CPLP..... | Encontros de Saúde Militar da CPLP |
| EUA..... | Estados Unidos da América |
| EU HRVP..... | European Union High Representative / Vice President |
| EUTM..... | Missão de Treino da União Europeia |
| EUTM-MOZ..... | Missão da União Europeia para Treino em Moçambique |
| FADM..... | Forças Armadas de Defesa de Moçambique |
| FFAA..... | Forças Armadas |
| FSM/CPLP..... | Fórum de Saúde Militar da CPLP |
| GG..... | Golfo da Guiné |
| GNR..... | Guarda Nacional Republicana |
| GOGIN..... | Gulf of Guinea Inter-regional Network |
| G7..... | Grupo das sete maiores economias do mundo |
| IDE..... | Investimento Direto Estrangeiro |
| INE..... | Instituto Nacional de Estatística |
| INTERPOL..... | International Police |
| ISEDEF..... | Instituto Superior de Estudos de Defesa |
| MGA..... | Marinha de Guerra de Angola |
| MGM..... | Marinha de Guerra de Moçambique |
| MINURSO..... | Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental |
| MPS..... | Mulher Paz e Segurança |
| NRBQ..... | Nucleares, Radiológicos, Biológicos e Químicos |

| | |
|----------------|---|
| NN..... | Núcleos Nacionais |
| OIC..... | Operação de Capacidades Iniciais |
| OMA..... | Organização Mundial das Alfândegas |
| OMACO..... | Organização Marítima Ocidental e Central |
| OMI..... | Organização Marítima Internacional |
| OMS..... | Organização Mundial da Saúde |
| ONU..... | Organização das Nações Unidas |
| OTAN..... | Organização do Tratado de Atlântico Norte |
| PALOP..... | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PECS-CPLP..... | Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP |
| PESC..... | Política Externa e de Segurança Comum |
| PNA..... | Plano Nacional de Acção |
| PNA-MPS..... | Plano Nacional de Acção sobre Mulheres, Paz e Segurança |
| PNUD..... | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| QRF..... | Força de Reacção Rápida |
| RCA..... | República Centro Africana |
| RSI..... | Regulamento Sanitário Internacional |
| SADC..... | Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral |
| SAMIM..... | Missão de Intervenção Militar da África Austral em Moçambique |
| SIPE..... | Seminário Internacional Político-Estratégico |
| SM..... | Segurança Marítima |
| TACP..... | Equipas Táticas de Controlo Aéreo |
| UE..... | União Europeia |
| UPA..... | Unidade de Prevenção de Assédio |
| VTC..... | Videoconferência |
| ZEE..... | Zona Económica Exclusiva |
| ZOPACA..... | Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul |

